

IX

CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SÃO PAULO



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

FGV EAESP

CEAPG
Centro de Estudos
em Administração
Pública e Governo

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

São Paulo, dezembro de 2018

Este relatório é resultado do contrato para (i) pesquisa, sistematização do conteúdo e análise dos resultados das Conferências Regionais dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2018; (ii) Pesquisa para elaboração de metodologia participativa, realização de oficinas, sistematização do conteúdo e análise dos resultados das Conferências Municipais dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2018 (Lúdica e Convencional); e (iii) Pesquisa e elaboração de documento norteador do Plano Municipal de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Coordenação Geral do CEAPG

Fernando Burgos

Coordenação do Eixo de Educação do CEAPG

Fernando Luiz Abrucio

Coordenação Geral do Projeto

Fernando Burgos

Fernando Luiz Abrucio

Coordenação Executiva do Projeto

Ilza Val[eria] Moreira Jorge

Equipe de Coordenação

Juliana Reimberg

Letícia Daidone

Marcello Baird

Mariana Haddad

Marina Exner

Tatiana Lemos Sandim

Outros(as) Pesquisadores(as)

Kate Dayana Rodrigues de Abreu

Camila Oliveira Ribeiro

Sistematizadores(as)

Camila Oliveira

Dominique do Vale de Mattos

Fabiana Maria

Juliana Reimberg

Laís de Brito Martins

Larissa Santos Duarte

Marcelo Augusto Marques

Marina do Couto Rosa Liuzzi

Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Centro de Estudos em Administração Pública e Governo – CEAPG

Av. 9 de Julho, 2029 – 11º andar – Bela Vista

01313-902 – São Paulo, SP – Brasil

Telefones: (55 11) 3799-7960

www.fgv.br/ceapg

Ficha técnica

Prefeitura Municipal de São Paulo

Bruno Covas – Prefeito

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Berenice Maria Giannella - Secretária

Elizete Regina Nicolini – Coordenadora de Planejamento e Informação

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CMDCA Representantes do Poder Público

Titulares

Marisa Fortunato (*Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania*); Jacielma Cleide Nascimento Costa (*Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social*); Caio Felipe Ferriani Coelho (*Secretaria Municipal de Justiça*); Rafael Carvalho de Moraes (*Secretaria da Fazenda*); Andréa da Silva Munhoz (*Secretaria da Saúde*); Clóvis Bueno de Azevedo (*Secretaria de Educação*); Dilvânia Ferreira de Santana (*Secretaria de Cultura*); Alan Queiroz da Costa (*Secretaria de Esporte e Lazer*);

Suplentes

Esequias Marcelino da Silva Filho (*Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania*); Mariângela Sant'Anna da Silva (*Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social*); Adriana de Rezende Schoeller Paiva (*Secretaria Municipal de Justiça*); Otávio Carneiro de Souza Nascimento (*Secretaria da Fazenda*); Thais Romoli Tavares (*Secretaria de Educação*); Fernanda Gargel de Sousa (*Secretaria de Cultura*); Alcione Helena Borner Campos (*Secretaria de Esporte e Lazer*);

Representantes da Sociedade Civil

Segmento – Atendimento Social

Titulares: João Aparecido Trevisan Neto; Aracélia Lúcia Costa,

Suplentes : Eduardo Pedro de Carvalho; Fernando Antônio dos Santos Júnior

Segmento – Melhoria das Condições de Vida da População

Titulares: Wilsilene Cabral Chaves; Solanje Agda da Cruz de Paula Pinto

Suplentes : Edivaldo Luiz Vicente da Silva; Lourival Nonato

Segmento – Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titulares: Ivaneti de Araújo; Rita Luciana Bispo dos Santos

Suplentes: Edmarcos Souza Alves; Écio Almeida Silva

Segmento – Estudos e Pesquisas

Titulares: José Armando Hussid; Kedemilson Bezerra de Carvalho

Segmento – Trabalhadores vinculados à questão

Titular: Solange Cristina Castro Sampaio

Suplente: Mauro Caseri

Secretaria Executiva

Gabriela Maria Feijó

Anna Carolina Lousa

Juliane Manes Alves

David Tho

Lucas de Freitas Pereira

Elizabethete Ribeiro

Composição da Comissão Central de Organização das Conferências DCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fernando Antonio dos Santos Junior; Solange Cristina de Castro Sampaio; Solanje Agda da Cruz de Paula Pinto; Rita Luciana Bispo; Adriana Rezende Schoeller Paiva; Esequias Marcelino da Silva Filho; Thais Romoli Tavares; Rafael Carvalho de Moraes.

Conselheiros Tutelares

Cristina Marques da Silva (Setorial Leste – CT São Mateus); Silvana Biondani (Setorial Leste – CT Vila Prudente); Fernando Rodrigo Prata (Setorial Sul – CT Vila Mariana); Antonio Aureliano Brito Vieira (Setorial Sul – CT M’Boi Mirim); Fernanda Abreu da Silva (Setorial Centro/Norte – CT Sé); Enides de Sousa Lima (Setorial Centro/Norte – CT Bela Vista); Monalisa Tassiana Gato – (Setorial Oeste – CT Jaraguá)

Alexandre Teixeira da Silva (Setorial Oeste – CT Freguesia do Ó); Rosângela da Rocha Sousa (Comissão Permanente); José Antonio de Neto (Comissão Permanente)

Adolescentes

Luis Henrique Granjeiro da Silva Almeida; Clever Pereira Teixeira; Heloísa Barbara Vieira de Oliveira; Giovanna Bueno Soares Zanini; Vinicius Soares de Oliveira

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rudnéia Arantes; Roberta Reiko Durante Sato; Luana Cunha Bhering; Carlos Alberto de Souza Júnior; Tânia Lima.

Secretarias Municipais

Luciano Santos Araújo (Secretaria Municipal de Subprefeituras); Ana Carolina Weiss Barrilari (Secretaria Municipal de Educação); Jane de Lima (Secretaria Municipal de Assistências e Desenvolvimento Social); Andréa da Silva Munhoz (Secretaria Municipal de Saúde); Ilacir de Jesus Chagas (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania)

Fundação Getúlio Vargas

Coordenação Geral: Fernando Burgos Pimentel dos Santos; Fernando Luiz Abrucio

Coordenação Adjunta: Tatiana Sandim; Letícia Daidone; Marina Exner; Mariana Scaff Haddad; Marcello F. Baird; Camila Oliveira; Kate Dayana Rodrigues de Abreu; Ilza Valéria Moreira Jorge e Juliana Reimberg

Palestrantes: Melina Risso (Instituto Igarapé); Adriana Alvarenga (UNICEF); Carlos Alberto de Souza Júnior e Keila Mendes de Souza

Equipe técnica: Bruna Rodrigues Ferreira, Helena Allegro, Fabiana Maria, Olivia Laban, Dominique Mattos, Isadora Coelho, Brida Renata L. Silva, Larissa Santos T. Duarte, Marcelo Marques, Julia Pessoa, Lais B. Martins, Samira Moraes, Marina Luzzi

Sumário

Apresentação.....	6
Perfil dos Participantes	8
Programação	12
Metodologia	13
Relatoria da Conferência.....	17
Primeiro dia - 07/11/2019	
Credenciamento e café da manhã.....	17
Abertura e Apresentação Cultural.....	18
Reunião com os representantes das Comissões Regionais.....	21
Leitura e aprovação do regimento interno.....	25
Segundo dia - 08/11/2019	
Roda de Conversa com os adultos.....	29
Relatoria das oficinas por eixo temático.....	33
Eixo 1 - Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social -	
Grupo crianças	34
Grupo adolescentes	43
Eixo 2 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes -	
Grupo crianças	56
Grupo adolescentes	68
Eixo 3 - Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes	
Grupo adolescentes	75
Eixo 4 – Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes	
Grupo crianças	84
Grupo adolescentes	92
Eixo 5 - Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes	
Grupo crianças	101
Grupo adolescentes	110
Plenária Final	116
Propostas Elaboradas	118
Moções Aprovadas.....	122
Delegados Eleitos para a Conferência Estadual	125
Anexo I: Alinhamento conceitual sobre conferências	128
Anexo II: Metodologia	130

Apresentação

A IX Conferência Lúdica Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de São Paulo aconteceu entre os dias 07 e 08 de novembro de 2018, na Galeria Olido, Centro da capital. A Conferência ocorreu após a realização das Conferências Regionais, que foram realizadas entre 2017 e 2018, nas 32 subprefeituras de São Paulo.

Como principais produtos, as Conferências Regionais deram fruto a centenas de propostas elaboradas por crianças e adolescentes de cada região, que visavam contribuir para o enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente, avançar na garantia de direitos assegurados a esse público, considerando a participação e o controle sociais, bem como as estratégias de financiamento público destas ações. Essas propostas foram conduzidas por cinco eixos temáticos, apresentados adiante. Outro resultado das Conferências Regionais foi a eleição dos delegados e delegadas para participação na Conferência Lúdica Municipal.

Os principais temas de debate orbitaram em torno dos eixos propostos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda. De acordo com o documento orientador¹ elaborado por este Conselho, a Conferência Nacional, que ocorrerá em outubro de 2019, terá como proposta central debater o tema da "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências". A definição do tema baseou-se no reconhecimento dos desafios ainda hoje envolvidos na concretização dos dispositivos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estatuto da Criança e do Adolescente, marco legal que posicionou os direitos de crianças e adolescentes como prioridade absoluta no Brasil e modernizou os conteúdos do debate, bem como a forma de intervenção com esse público, está prestes a completar 30 anos. Esse período, apesar dos muitos avanços, não assistiu ao fim da busca incessante da criação de políticas capazes de garantir proteção integral efetiva, que considere a diversidade e as especificidades das crianças e adolescentes no país. Ademais, esse período tampouco presenciou o fim das ameaças aos direitos estabelecidos no ECA, mantendo, assim, viva a necessidade de combater aos possíveis retrocessos

Para o aprofundamento no debate nas várias dimensões envolvidas neste tema central, o documento-base do Conanda estabeleceu cinco eixos temáticos a serem trabalhados, listados abaixo. Considerando a situação da cidade de São Paulo e os desafios que lhes são próprios, concluiu-se que os

¹ Brasil. Documento-Base XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Conanda, 2018.

temas propostos eram pertinentes também para o debate em nível local. Sendo assim, os temas foram mantidos, em alinhamento com o Conanda.

Eixo 1: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

Eixo 2: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

Eixo 3: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes

Eixo 4: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes

Eixo 5: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes

A partir da discussão destes temas foram aprovadas as 43 propostas apresentadas ao final deste relatório. Estas propostas foram elaboradas pelos 143 participantes, sendo 22 crianças e 118 adolescentes, moradores de 28 Subprefeituras do município. A quantidade de participantes ficou abaixo das expectativas dos organizadores, sobretudo, em razão da realização da Prova São Paulo² nos mesmos dias da realização da Conferência.

Neste documento estão apresentadas, além das propostas, a relatoria de toda a Conferência, as discussões empreendidas nos eixos temáticos e o processo de eleição dos delegados e delegadas, bem como os nomes das pessoas eleitas para representar o município na Conferência Estadual, a ocorrer em 2019 e as moções aprovadas.

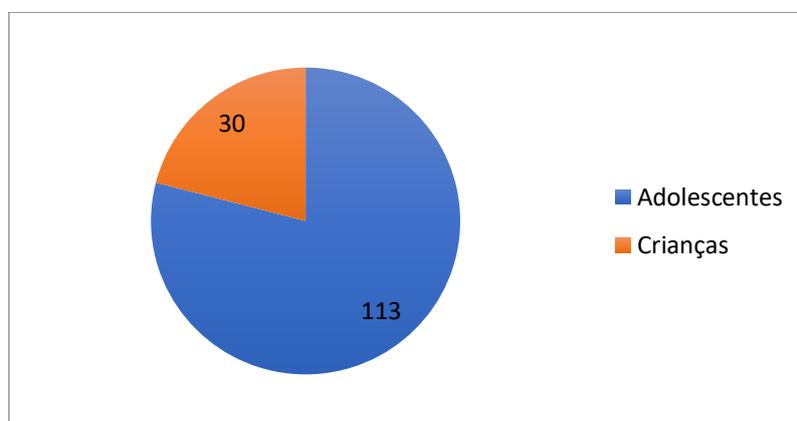
Ademais, o documento apresenta o detalhamento da metodologia utilizada para a discussão dos eixos temáticos, um breve alinhamento conceitual sobre o funcionamento das Conferências que foi apresentado para os participantes, como registro complementar dos acontecimentos e contribuição para as próximas conferências.

² Avaliação do Ensino Fundamental realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

Perfil dos Participantes

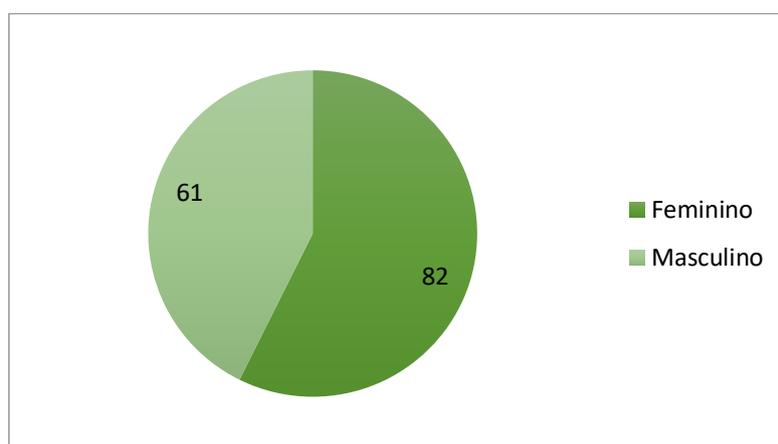
Participaram da Conferência Lúdica Municipal 22 crianças de 6 a 11 anos e 11 meses e 118 adolescentes de 12 anos a 17 anos e 11 meses³. A maioria (57%) dos participantes era do sexo feminino, enquanto 43% eram do sexo masculino.

Gráfico 1: Quantidade de participantes da Conferência Lúdica 2018
(Crianças e Adolescentes)



Fonte: Elaboração própria, 2018

Gráfico 2: Sexo das crianças e dos adolescentes participantes



Fonte: Elaboração própria, 2018

³ Destaca-se que 3 participantes não declararam sua idade.

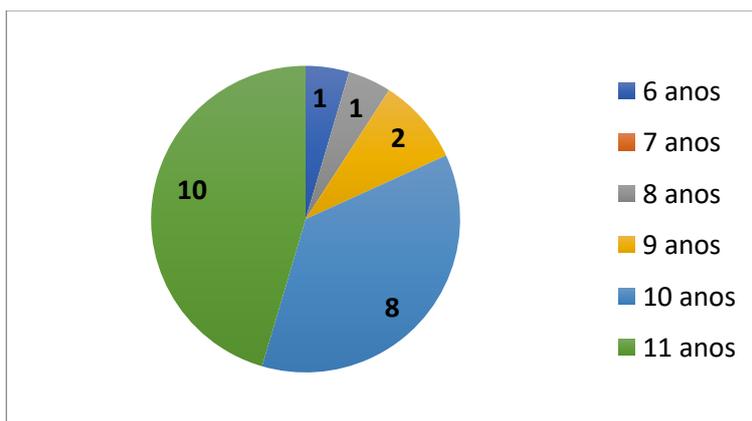
Ainda, dos 143 participantes, 130 estudavam em escolas da rede pública, 9 não declararam e apenas 4 estudavam em escolas da rede particular de ensino.

Gráfico 3: Distribuição por tipo de Rede escolar



Fonte: Elaboração própria, 2018

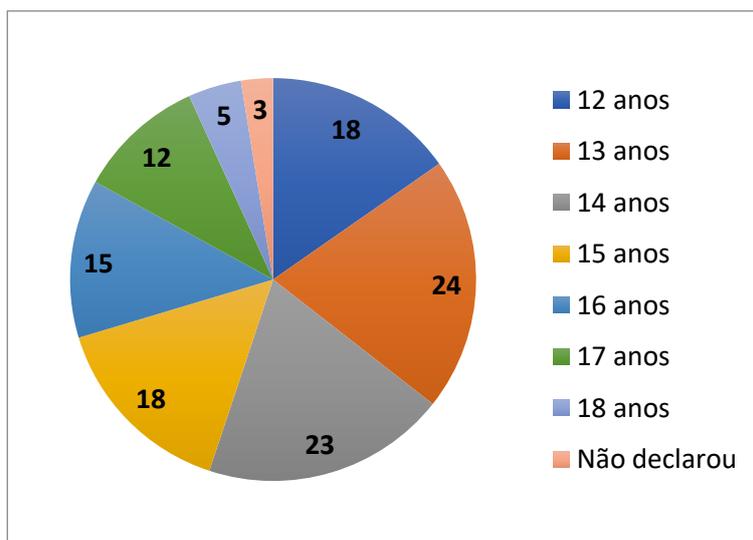
Gráfico 4: Distribuição das crianças por faixa etária



Fonte: Elaboração própria, 2018

Dentre as crianças, percebe-se uma prevalência das mais velhas (10 e 11 anos), estando subrepresentadas aquelas menores de 10 anos. Já em relação aos adolescentes, remarca-se um equilíbrio maior entre as diferentes faixas etárias. Inclusive, embora a Conferência Lúdica previsse a presença de adolescentes de, no máximo, 17 anos e 11 meses, participaram 5 jovens de 18 anos.

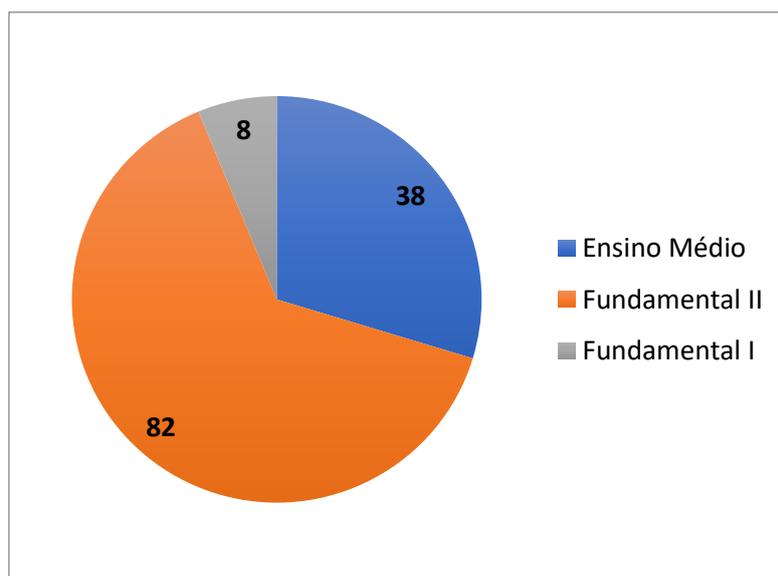
Gráfico 5: Distribuição dos adolescentes por faixa etária



Fonte: Elaboração própria, 2018

A maioria (64%) dos participantes, portanto, era estudante do ensino fundamental II (entre o 5º e 8º ano); 30% frequentava o ensino médio; e apenas 6% o ensino fundamental I (1º ao 4º ano). Somente uma das adolescentes afirmou já ter se formado na escola.

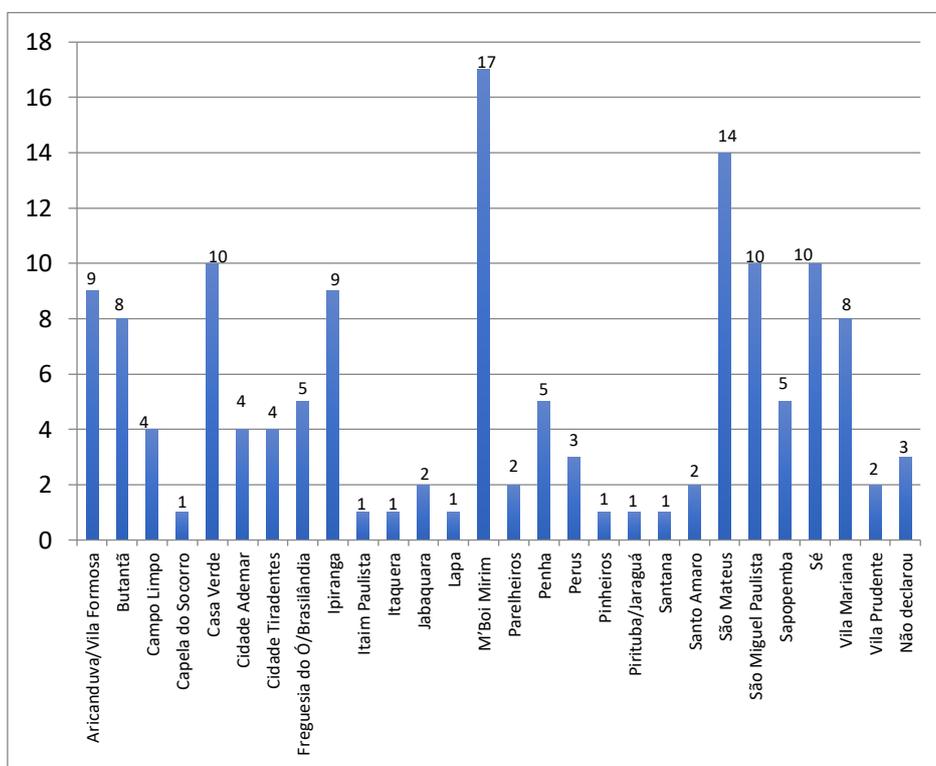
Gráfico 6: Nível de escolaridade dos participantes



Fonte: Elaboração própria, 2018

Em relação à representação das subprefeituras, percebe-se a maior presença de jovens e crianças provenientes do M'Boi Mirim (17 representantes), em relação a todas as demais regiões. A segunda região com maior representação é São Mateus (14 crianças e/ou adolescentes), seguida da Sé, de São Miguel Paulista e da Casa Verde, cada uma sendo representada por dez crianças e/ou adolescentes. Também, as subprefeituras de Aricanduva/Vila Formosa, Butantã, Ipiranga e Vila Mariana tiveram entre oito e nove representantes, cada. O restante das regiões do município de São Paulo foi representado por entre uma e cinco crianças e/ou adolescentes.

Gráfico 7: Distribuição dos representantes por Subprefeitura



Fonte: Elaboração própria, 2018

Programação

A programação prevista para os dois dias da Conferência Lúdica está apresentada a seguir.

Quarta – Feira - 07 de Novembro de 2018

Local: Galeria Olido

9h00 - Credenciamento e Café da Manhã

10h00 - Apresentação Cultural

10h30 - Reunião com os representantes das Comissões Regionais

12:30 – Almoço

13:30 – Apresentação dinâmica de plenária, leitura e aprovação do Regimento Interno;

15:00 – Bate papo sobre a Importância da Participação Social e Protagonismo infanto-juvenil;

17:00 – Lanche da Tarde e Encerramento

Quinta-Feira - 08 de Novembro de 2018

09h00 - Assinatura da lista de Presença e Café da Manhã

10h00 – Grupos Temáticos:

1. Garantia de direitos e política pública integradas e de inclusão social
2. Prevenção e enfrentamento da violência contra C&A
3. Orçamento e financiamento das políticas (apenas para adolescentes)
4. Participação, comunicação social e protagonismo
5. Espaços de gestão e controle social das políticas públicas para crianças e adolescentes

12h30 – Almoço

14h00 – Retorno para os grupos temáticos

14h45 – Mini plenárias por conferência regional: escolha dos Delegados

15h30 - Plenária Final

17h – Encerramento

Metodologia

Para o segundo dia da IX Conferência Lúdica Municipal da Criança e do Adolescente estava prevista a discussão em cada um dos cinco eixos temáticos, definidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), listados a seguir:

Eixo 1: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

Eixo 2: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

Eixo 3: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes

Eixo 4: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes

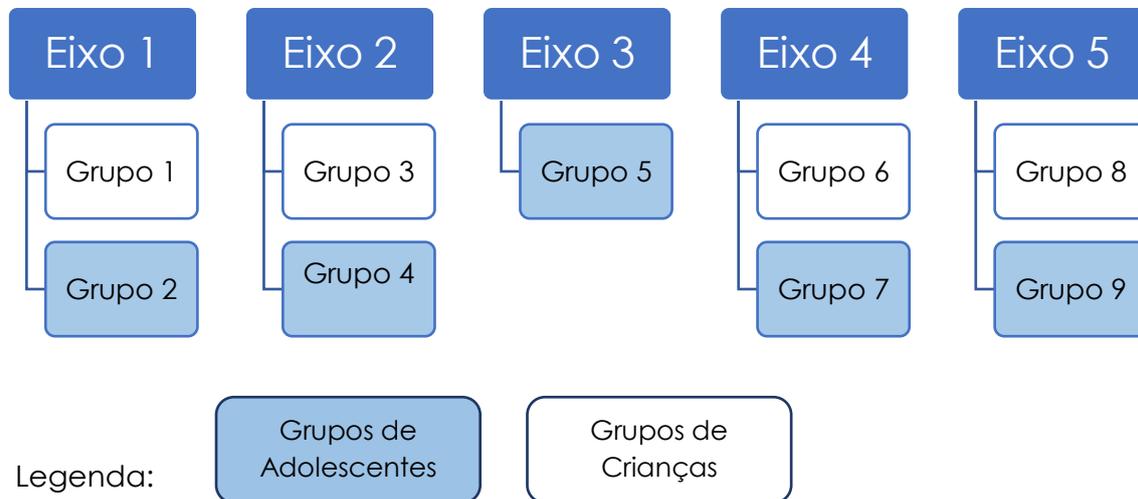
Eixo 5: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes

Ao fim dessa discussão deveriam ser elaboradas de três a cinco propostas a serem levadas para a Conferência Estadual em 2019 e, ainda, contarem no Plano Municipal da Criança e do Adolescente a ser elaborado neste mesmo ano.

Entendendo que a Conferência Lúdica deve garantir o protagonismo e a voz das crianças (6 a 11 anos e 11 meses) e dos adolescentes (12 anos a 17 anos e 11 meses), e que cada um desses grupos utiliza distintas linguagens para comunicar-se entre si e com os adultos, considerou-se mais adequado que a metodologia utilizada para definir o processo de elaboração das propostas respeitasse essas diferentes linguagens, separando, para cada eixo, um grupo de crianças e um de adolescentes. Acredita-se que essa separação facilitaria a troca de ideias entre os participantes de cada grupo, de modo que todos pudessem sentir-se mais à vontade para participar e contribuir com suas diferentes ideias.

Deste modo, a metodologia foi pensada para nove grupos distintos. Para todos os eixos havia uma turma composta por crianças e outra por adolescentes - com exceção do eixo 3, "Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes", em que participaram apenas adolescentes, por considerar-se um tema de difícil compreensão e abstração para as crianças. Cada grupo foi facilitado por um(a) pesquisador(a) da Fundação Getúlio Vargas e acompanhado por um(a) relator(a), responsável por registrar todo o processo, da mesma instituição. A seguir, estão sistematizados os nove grupos e os respectivos eixos com os quais cada um trabalhou:

Imagem 1: Separação dos grupos para a metodologia



Fonte: Elaboração própria, FGV, 2018

Importante destacar que as crianças e os adolescentes foram destinadas aos grupos no credenciamento, desta forma, não lhes foi facultado escolher qual eixo eles gostariam de trabalhar. No credenciamento, os crachás já estavam previamente preparados com adesivos coloridos que tinham correspondências com os eixos temáticos. Assim, ao receberem os crachás, os participantes eram designados para um grupo, ainda que só tenham vindo a saber para qual grupo foi designado no dia seguinte, no momento da montagem das turmas. Embora a separação tenha sido feita previamente, de modo a garantir o equilíbrio na participação em todos os grupos, a quantidade de participantes em cada turma variou bastante: o mínimo observado foi de quatro crianças, no eixo 5, e o máximo de 30 adolescentes no eixo 3.

Também enfatiza-se que nem todos os grupos tiveram acesso a salas onde pudesse ser realizada a oficina. Devido à ausência de espaço para todos os grupos, alguns grupos foram alocados em áreas livres da Galeria Olido, como o palco do auditório e os *halls* do primeiro e do segundo andar.

A construção da metodologia utilizada para orientar as oficinas com as crianças e os adolescentes desenvolveu-se a partir das informações coletadas nos relatórios das Conferências Lúdicas Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorridas ao longo do ano de 2018, em diferentes regiões de SP. A partir da leitura desses documentos, foi possível diagnosticar tanto as ações que foram bem sucedidas nesses espaços e que, portanto, poderiam ser reproduzidas na Conferência Lúdica, quanto pontos de atenção, que

exigiriam um trabalho mais focado e aprofundado sobre alguns temas na Conferência Lúdica Municipal.

Como forma de iniciar a oficina, foi proposta uma breve apresentação de cada integrante do grupo, na qual cada um deveria falar seu nome, qual região está representando e o que gosta de fazer. Em seguida, pensou-se em uma dinâmica de "quebra gelo", de modo a promover uma maior integração entre as crianças ou entre os adolescentes. Optou-se pelo jogo "escravos-de-jó"⁴, uma vez que estimula a cooperação entre o grupo e exige que todos estejam muito focados para que possam terminar cada rodada do jogo com sucesso. A ideia era ter uma conversa com os participantes do grupo, ao final desse momento, de modo a fazê-los compreender que, para conseguirem chegar nas cinco propostas para o eixo, seria necessário que todos cooperassem, que estivessem focados e que se escutassem.

A próxima etapa tinha como objetivo depreender quais crianças e adolescentes já haviam participado de uma conferência antes e o que entendiam por esse espaço de participação; considera-se essencial que todos os participantes estejam alinhados quanto à compreensão da importância desse espaço, tendo a clareza de que estão *representando* as crianças e os adolescentes da cidade de São Paulo e que, por isso, eles têm um papel muito importante. Também, buscava-se explicar que, ao final do dia, os participantes teriam que eleger deputados para a Conferência Estadual, que ocorrerá em 2019, garantindo que todos tivessem clareza dos encaminhamentos, após a realização da Conferência Lúdica Municipal.

Em seguida, foi prevista uma conversa sobre o tema relativo ao eixo. Essa etapa foi considerada essencial, após feita a análise dos relatórios das Conferências Lúdicas Regionais nos quais pode-se destacar que muitas das propostas elaboradas não dialogavam com a temática e com os sentidos que cada eixo carregava. Uma possível hipótese para explicar esse fenômeno seria uma falta de entendimento acerca do significado de cada eixo; percebe-se que alguns deles, como os eixos 3, 4 e 5 tratavam de temas que poderiam ser de difícil abstração para crianças e adolescentes. Por isso, foi proposta uma conversa com cada grupo, a respeito da temática a ser trabalhada. Como produto dessa etapa, esperava-se que as crianças e os adolescentes escrevessem no papel *kraft* todas as suas ideias e concepções sobre esse tema, criando, assim, uma "chuva de palavras". Esse material serviria de referência para o desenvolvimento das propostas, que deveriam sempre dialogar com os conceitos presentes nessa "chuva de palavras".

⁴ Cada participante recebe uma caixinha de fósforo e deve passar para o(a) colega ao lado, no ritmo da música.

Após a introdução aos principais conceitos referentes ao eixo, seria apresentado um caso para cada eixo e faixa etária, o que possibilitaria uma maior sensibilização dos participantes com o tema. Cada caso seria baseado em um problema - identificado nas Conferências Regionais -, a ser resolvido. Acredita-se que a metodologia de resolução de problemas poderia gerar bons *insights* para que, posteriormente, as crianças e os jovens pudessem elaborar as propostas para seu eixo com maior facilidade. Assim, após a leitura do caso, haveria uma breve discussão com os participantes, com a finalidade de chegar a um consenso sobre qual era o principal problema que o caso pretendia resolver.

Tendo o problema definido, as crianças ou os adolescentes seriam instigados a pensar em quais atores/serviços/lugares/situações poderiam contribuir para acabar com esse problema (a serem escritos nos *post-its* verdes) e quais deles iriam apenas atrapalhar e piorar o problema (a serem escritos nos *post-its* laranjas). Com isso, seria desenvolvido, como produto, uma espécie de "mapa da cidade", contemplando todos os atores, serviços, equipamentos e lugares identificados pelas crianças ou adolescentes, que interferem (positiva ou negativamente) no problema definido anteriormente.

A partir disso, os participantes de cada grupo teriam subsídios para pensar em propostas mais concretas para solucionar esse problema. Enfatiza-se que embora esse problema tenha sido apresentado no contexto do caso, esperava-se que o(a) facilitador(a) da FGV trabalhasse com essa questão de uma maneira mais ampla, sem se limitar às informações contidas nesse caso. Assim, seria conduzido um momento de criação de propostas, por parte das crianças e dos adolescentes, de modo que, ao final da oficina, fossem definidas, no máximo, cinco propostas por grupo.

Ao final foi proposto que, como atividade de fechamento, as crianças e os adolescentes fizessem algum desenho ou expressão artística, de modo a responder à pergunta: "Como você está saindo desse encontro". No Anexo III encontra-se uma sistematização da metodologia.

Claro, essa metodologia visou oferecer orientações gerais para que o(a) facilitador(a) da FGV conduzisse a oficina com seu grupo; no entanto, observa-se que houve bastantes variações quanto ao uso da metodologia entre os grupos, o que será revelado adiante, quando forem descritas as dinâmicas ocorridas em cada um deles. Também, é importante destacar que, a depender da faixa etária com quem se trabalhou, a metodologia também sofreu alguma alteração.

Relatoria da Conferência

Relatoria do primeiro dia de Conferência – 07/11/22018

Atividades previstas:

10h00 –

10h30 -

12:30 – Almoço

13:30 – Apresentação dinâmica de plenária, leitura e aprovação do Regimento Interno;

15:00 – Bate papo sobre a Importância da Participação Social e Protagonismo infanto-juvenil;

17:00 – Lanche da Tarde e Encerramento

Credenciamento e Café da Manhã

A Conferência teve início às 9h00 do dia 07 de novembro de 2018 na Galeria Olido. Neste dia foram utilizados o hall de acesso ao auditório para as atividades de café da manhã e reunião com os representantes das Comissões Regionais. O auditório (Sala Olido) foi utilizado para a apresentação cultural e para a abertura da Conferência. No patamar da escadaria de acesso à Sala Olido foi montada a estrutura para o credenciamento composta por várias mesas e atendentes distribuídas entre as regiões do município. Assim, logo na chegada delegados e delegadas eleitos nas Conferências Regionais recebiam o crachá de identificação com seu nome e região de origem e, ainda, com um adesivo redondo e colorido, indicativo do Eixo Temático do qual participaria no dia seguinte. Os nomes dos delegados e delegadas constavam nas listas e as atendentes solicitavam a assinatura e indicavam na lista qual era o grupo para o qual cada participante foi encaminhado. Os delegados não podiam escolher em que grupo participariam e a organização providenciou que as delegações fossem distribuídas nos cinco eixos temáticos. Os adultos também foram credenciados. O crachá dos adultos não tinha o adesivo colorido, indicando que eles não participariam da discussão dos eixos temáticos. Além de conselheiros tutelares e profissionais vinculados às políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, outros adultos estiveram presentes como acompanhantes de das crianças e adolescentes

participantes. Também foi distribuído o material do evento que consistia em uma bolsa de pano contendo uma cópia do Estatuto da Criança e do Adolescente, cópias do regimento interno e da programação e uma caneta.

O credenciamento se estendeu por toda a manhã, uma vez que vários ônibus vindos das regionais se atrasaram. No horário previsto para início das atividades, poucas crianças haviam chegado. As delegações de Vila Maria, Jabaquara, Parelheiros e Santana não participaram da Conferência. Além de dificuldades relacionadas à logística do transporte saindo das regionais, contribuíram para o atraso e as ausências o fato de a Conferência ter acontecido no mesmo dia da Prova São Paulo, aplicada para toda a rede municipal de ensino básico. Os crachás disponíveis para o credenciamento dos adultos estavam em quantidade insuficiente, ocasionando filas de espera desse público.

O café da manhã foi servido às 9h15. Foram servidos café, leite achocolatado, suco, bolos, frutas, pães e sanduíches e ficaram disponíveis durante o período da manhã.

Abertura e Apresentação Cultural

As atividades no auditório começaram por volta das 10h45. Até esse momento, as pessoas estavam ocupando seus lugares, enquanto eram exibidos vídeos de músicas para entretenimento. Algumas crianças e adolescentes já demonstravam inquietação pelo atraso no início das atividades, enquanto outras brincavam e corriam pelo auditório.

Sem que fosse feito um anúncio prévio, teve início a projeção de vídeos dos Fóruns em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Butantã e de Pinheiros. Os vídeos divulgavam as reuniões e as atividades realizadas pelos grupos, com alguns relatos de crianças, adolescentes e adultos participantes dos mesmos. Também foi apresentado um vídeo de um trabalho escolar realizado por algumas meninas para uma disciplina de cinema na escola, chamado "Vozes de Mulheres", da autora Conceição Evaristo. Na sequência, Fernando Júnior da Comissão Central convocou os representantes das Comissões Regionais de organização da Conferência para se apresentarem. Subiram 10 jovens ao palco, que foram recebidos com palmas e disseram seus nomes e regiões de origem.

Em seguida, teve início uma série de apresentações culturais. O primeiro grupo era composto por quatro crianças de 9 a 12 anos, atendidas pelo Centro de Crianças e Adolescentes (CCA) Heliópolis. Elas cantaram o rap sobre respeito que haviam composto para um projeto do CCA chamado Helimusic. Depois delas, um grupo de 5 jovens de 11 a 15 anos do CCA Isaura, localizado na

comunidade Boqueirão, do Ipiranga, se apresentou. A apresentação começou com a melodia do Hino Nacional, em ritmo de funk e os jovens cantaram a letra que compuseram sobre a importância do ECA e da defesa dos direitos das crianças. Quando a melodia, por falha técnica, parou de tocar, a plateia manteve o ritmo batendo palmas até que eles terminassem a música. Nesse momento, foi possível perceber que o auditório já estava bastante cheio. A próxima música cantada pelo grupo foi um rap sobre as injustiças sofridas por negros, mulheres, moradores de periferia e sobre a resistência que esses grupos têm e devem ter. Antes de começar afirmaram cantar “para falar do nosso dia-a-dia”. A música também fazia referência à vereadora do município do Rio de Janeiro morta a tiros em março de 2018, Marielle Franco.

A próxima apresentação foi de uma criança, que não se apresentou. Ela leu um artigo do ECA, acompanhada por uma adolescente, ambas do CCA Isaura. A apresentação cultural se encerrou com um poema de Sara, de 15 anos, moradora do bairro Aclimação e aluna da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Brigadeiro Faria Lima. Sara recitou um texto de autoria própria sobre empoderamento em face do racismo e machismo sofrido por mulheres e pela população negra.

Nesse momento, Júnior retornou ao palco e agradeceu pelas apresentações e, informou que o microfone estava aberto para quem quisesse ir ao palco e se apresentar. Teve início um período de manifestações espontâneas por parte das crianças e adolescentes presentes. O primeiro a se candidatar foi Renan, de 11 anos, do Tucuruvi, que leu seu poema chamado “LGBT”. Em seguida, Cleber, de 17 anos, de Ermelino Matarazzo, participante do Cedesp, subiu ao palco para recitar a música “Favela Vive - Parte 3”. Luisa Silva, de Santo Amaro, foi a terceira a assumir o microfone. Recitou parte de um espetáculo que fez na escola, com a seguinte frase: “Somos vozes que talvez você não queira ouvir”. É acompanhada por Barbara, do Butantã, que leu um poema sobre o desabamento do prédio no Largo do Paissandú, em 1º de Maio de 2018. Uma adolescente chamada Daniele, subiu ao palco e leu o poema autoral “Sente Minha Dor” sobre vários tipos de violência, dentre eles o mais enfatizado foi o *Bullying*. A próxima criança a se apresentar foi Douglas, de Morro Doce, Perus, que leu um poema que escreveu sobre racismo. Em seguida, Rai, do CCA Ipiranga leu um poema seu sobre direitos humanos e racismo. Gabriel, uma criança do Campo Limpo, subiu ao palco para cantar uma música que fez junto com a sala, na escola. Antes de começar, introduziu: “é uma música sobre os negros”. Foi seguido por Vitória, adolescente de Guianases que apresentou-se como representante do CCA Casa dos Meninos 1. Leu um poema autoral em forma de Cordel. Na sequência, Natan foi até o palco. Ele é de Ferraz, em Itaquera e cantou uma música composta para sua namorada e um poema que fez.

Após isso, Júnior apresentou Luciana, também da Comissão Central, para que ela desse as boas-vindas aos participantes. Em sua fala ela reiterou a importância da participação das crianças e dos adolescentes nesse processo, e disse que apesar da dificuldade de organizar uma Conferência e do desestímulo do Estado, a vibração dos jovens estimula a burocracia a insistir na causa. Reiterando sua fala, Solange Sampaio, Vice Presidente do CMDCA disse que as manifestações artísticas deles demonstravam o quanto a vida não está nada fácil para esses jovens. Mencionou também o último pleito eleitoral e a vitória do candidato do PSL, Jair Bolsonaro e as possíveis incertezas trazidas para o campo e deu continuidade às apresentações culturais.

Luis Kelvin, que já é aluno de enfermagem, pediu o microfone para ler uma poesia que fez sobre seu passado e sobre como superou suas dificuldades, sendo um jovem de Guaianazes, participante do CCA Casa dos Meninos 1. Em seguida, Fernando, representante do Conselho Tutelar (CT), deu as boas-vindas aos jovens e adultos presentes, e ressaltou o papel do CT como parceiro das crianças e adolescentes, diferentemente do estigma que ronda o órgão. Depois destas falas foram reiniciadas as manifestações dos jovens. Vanessa, do Butantã, leu um poema que acabara de escrever sobre tempo e o amor. A partir dela, muitos começaram a compor e ler poemas recém-escritos. Larissa, 6 anos, moradora do Cambuci, leu um artigo do ECA. Fabrício, em seguida, leu um poema escrito por seu amigo sobre a amizade. Sara, subiu novamente ao palco e leu um poema sobre o que denominou de "a onda fascista" que está em curso e resistência. O próximo a tomar o microfone foi Lin, um adolescente de Vila Mariana, que leu um poema autoral. Cleber também voltou ao palco para ler um poema onde havia o seguinte trecho: "Hoje o rap salva mais que a viatura". Riquelme, de 10 anos, leu um poema que acabara de criar sobre racismo. Vitória retornou para ler um poema também recém criado.

Nesse momento, Júnior convidou a secretaria adjunta da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Marisa Fortunato, também presidente do CMDCA para subir ao palco e dar as boas-vindas aos presentes. No mesmo momento, entrou no auditório um grande grupo levando uma enorme faixa ilustrada onde se podia ler: "Repúdio ao Descaso com a Conferência". A presidenta, contudo, seguiu sua fala, ainda que houvesse dificuldade em ouvi-la diante de toda a manifestação em curso. Este grupo foi identificado como a delegação de São Mateus, motivada pelo atraso de três horas do ônibus que os levou até a Conferência. Depois da presidente do CMDCA, subiu ao palco uma representante de um dos Fóruns que pediu à delegação de São Mateus para levar a faixa para o palco, onde foi recolhida e, momentos depois, pendurada no fundo do palco, visível para todos os presentes. Em sua fala, reiterou que aquele era um dia de resistência para os jovens exercerem seus direitos de fazerem propostas para o futuro. Deu também sua opinião quanto

ao descaso com a conferência, alegando ser uma “desorganização organizada”, mas que se os jovens têm esse espaço, não é por favor de ninguém, mas pela luta deles mesmos. “O descaso não é por acaso”, complementou, e disse que o papel da sociedade civil é estar ali, participando, mesmo que o poder público não favoreça esse movimento. No mesmo clima de protesto, uma menina subiu ao palco e começou a cantar a música “Para Não Dizer que Não Falei das Flores”. Toda a plateia acompanhou em coro.

Junior retomou o microfone na tentativa de encaminhar as apresentações culturais para o fim. Foi exibido um vídeo sobre o termo “*Ubuntu*”, que diz sobre coletividade. Junior ressaltou que as políticas públicas devem ser pensadas para todos, para o coletivo, porque se para um grupo a vida não está boa, ela não pode estar para outro. Encerrou dando orientações com a finalidade de organizar a saída para o almoço, previsto para 12:30. Às 12:22 informou que as crianças deveriam ser as primeiras a se dirigirem ao restaurante. Elas saíram e o restante da plateia seguiu no auditório esperando novas orientações.

Enquanto esperavam, os adolescentes se organizaram para continuar as apresentações culturais. Teve início, então, uma batalha de rimas organizada por Alexandre, um jovem de São Mateus. O primeiro tema da batalha foi “igualdade”. Alguns se apresentaram e logo o tema se dispersou, sendo o microfone livre novamente, porém agora com batidas produzidas em *beatbox* por Alexandre.

Reunião com os representantes das Comissões Regionais

Durante esse período da manhã ocorreu, de forma simultânea às apresentações culturais no auditório, a reunião dos adolescentes membros da Comissão Organizadora da Conferência. O deslocamento do grupo de nove adolescentes até o hall da Sala Olido deu-se a partir das 11 horas. No momento inicial, Júnior conversou com o grupo sobre a importância da participação deles para a representação de suas demandas e anseios no momento de criação de políticas públicas. Também destacou que a Conferência tinha uma forma parecida com a Conferência Regional que eles haviam participado e que era deles a responsabilidade de conduzir a Conferência e a realização das atividades e debates. Ademais, ele incitou liderança e confiança para os membros do grupo e ressaltou que eles devem debater para que as políticas que serão criadas considerem a identidade e o pensamento deles. Luciano, integrante da Comissão Central pediu desculpas em nome da Comissão pela falta de diálogo e protagonismo dos jovens na construção da Conferência. Ele lamentou que o regimento tivesse chegado

somente naquele momento para o grupo. Para ele, “essa participação já deveria ter ocorrido muito antes em outros processos”.

Júnior retomou a palavra e orientou o grupo para a reunião. Informou sobre a necessidade de acontecer a leitura e a aprovação do Regimento Interno da Conferência e a seleção de um membro do grupo para realizar a leitura do regimento para os demais participantes, um membro para anotar os destaques e observações apontados pelos participantes até que seja aprovado o Regimento pela plenária. Após esta conversa inicial, os jovens se deslocaram até uma sala no primeiro andar da Galeria Olido, dar andamento às atividades.

Antes de começarem os adolescentes se apresentaram, informando para o grupo o nome, a idade, a subprefeitura a que pertenciam e uma pequena fala sobre suas trajetórias de participação até aquele momento. O primeiro a se apresentar foi Jonathan de Perus, no extremo da Zona Norte de São Paulo. Foi sua primeira vez como representante em uma Conferência Municipal. Sua ida para Conferência foi incentivada pelo Centro de Juventude (CJ), uma vez que demonstrou interesse pela temática dos direitos humanos. Além disso, ele quer conhecer o movimento para entender sobre a participação infanto-juvenil.

A próxima adolescente, Kathleen, é moradora da Vila Mariana. Afirmou viver em uma comunidade, apesar do seu bairro ser considerado nobre no contexto da Zona Sul. Definiu sua trajetória como “uma experiência de vida lutando pelos meus direitos”. Ela conheceu as formas de participação nas Conferências por meio de seu irmão que sempre participava desses eventos de representação.

Nessa mesma linha se apresentou Eduardo, do Ipiranga. Falou que ser “criança com essa cor” torna até o “engajar-se mais difícil”. Ana Beatriz do M’Boi Mirim se definiu como ativista dos direitos humanos e a favor do protagonismo adolescente de maneira a ressaltar “a importância de serem ouvidos.: “é fácil falar da realidade de um lado da ponte, quando você na verdade está no outro”. Ela vê o momento como forma de dar voz para o que ela tem a dizer sobre a sua vida e ela se sente escutada no espaço, ressalta a felicidade em ver que no grupo de delegados há muitas pessoas negras e da periferia, o que é importante para a representação de suas realidades e conquista dos espaços.

Gabriel também de M’Boi Mirim, ressaltou através de sua fala que “nossa luta é diária e só quem sofre na pele vai entender”. Disse também que o protagonismo não pode se deslocar da vivência e do lugar de fala, do poder que isso engendra. Ele participa de rodas e movimentos culturais. Kathleen pediu para retomar a palavra e disse que alguns professores “querem respeito, mas, não respeitam”. Relatou alguns enfrentamentos com a diretoria de sua

escola que, segundo ela, abusava de sua autoridade: “o direito dela começa quando o meu termina” e “você não vai me fazer nada porque sou uma delegada mirim”. Que na comunidade onde ela vive já ouviu da Polícia Militar a seguinte frase “a mãe cria e ‘nós’ mata (sic)”. Para ela, dadas essas circunstâncias é impossível não reagir, “quando um jovem cresce, um adulto recua”.

André do Peri Alto, bairro do extremo da Zona Norte de São Paulo, ingressou na Conferência através do convite de um coordenador do Fórum da Cachoeirinha: “eu nem queria participar, mas, só para comer coisa gostosa”. Sua fala é seguida da Giovanna, do Butantã, que representa a juventude adolescente no Comitê Central. Para ela, as Conferências representam a “capacidade de assumir protagonismo” e que nesse processo, identificou que os adultos “são mais complicados que nós”. Kléver também se manifestou. Contou que é de Cidade Ademar e que, em sua primeira conferência foi “colocado por alguém” e “não sabia de nada”, mas, que através dela aprendeu a pensar nos problemas e na transformação da realidade.

Sobre o protagonismo da juventude na Conferência, disse: “você pode falar porque quem manda aqui somos nós”. Ele foi o único a relatar uma participação em uma Conferência Estadual. Após a rodada de apresentação, os adolescentes iniciaram uma discussão sobre a realidade em que vivem. Falaram que deveriam conhecer mais sobre a sua história para articular os movimentos em prol da sua atuação e importância na sociedade. Mesmo sendo obrigatório o ensino da histórica africana, dos negros no Brasil, na escola, muitos afirmam não terem estudado ou que os professores não deram a atenção necessária para o tema. Jonathan conta que há pouco tempo entendia a África como um país, e não continente. Falou sobre consciência negra e a “integração de todos”. Compartilhou que gostaria de aprender na escola não “mais do mesmo” sobre a escravidão, mas, sobre os impérios e as grandes riquezas africanas, do “poder da negritude” e suas lideranças, do empoderamento da juventude negra.

Falaram, também, sobre a naturalização da escravidão na sociedade atual e o estigma de ser visto como descendente de escravo. Ana Beatriz disse que queria ser reconhecida não como descendente de um escravo, mas, “descendente de uma pessoa que foi escravizada”, em um “país que foi construído sobre sangue negro” e que o “braço negro” ajudou a erguer: “a USP foi construída por negros, mas, só 8% são negros”. Ana Beatriz rememorou Rafael Braga e Cláudia Silva Ferreira, ambos negros e vítimas da violência do Estado, terminou falando sobre o fato que a agressão e os crimes contra as mulheres negras aumentaram nos últimos anos no Brasil.

Os jovens também criticaram a ideia de racismo reverso que tem circulado na sociedade e a ideia de “vitimismo” quando eles falam o que acontece em

sua realidade. Jonathan falou do Coletivo Fronte e do movimento hip hop, como vias possíveis para muitos jovens e jovens negros que “só conseguem se salvar por essas vias”. Ressaltou que é importante ocupar outras frentes e espaços também e se impor uma vez que há “muito sangue para viver”, sendo esse momento de revolucionar e de reinventar.

Para Kathleen, “a educação derruba o governo”. Dando seguimento à reunião, os adolescentes iniciaram a leitura do Regimento Interno em voz alta. Cada participante que quis leu um trecho. Terminaram a leitura e a aprovação em cerca de vinte minutos. Decidiu-se por aclamação que Ana Beatriz, Gabriel e Kathleen leriam o documento para aprovação na Plenária Geral. Késia e Giovanna fariam as anotações necessárias.

Ainda nesse momento o grupo de adolescentes deliberou sobre a escolha dos delegados que iriam participar da instância imediatamente superior, a Conferência Lúdica Estadual, uma vez que nem todas as delegações estavam presentes na Conferência Municipal e, com isso, haveriam vagas remanescentes. Discutiram três propostas: (i) repassar as vagas às subprefeituras ausentes para definirem os delegados e comunicarem à organização da Conferência Estadual posteriormente; (ii) sortear as vagas entre aqueles 9 jovens ali reunidos; (iii) sortear como vagas extras para as regiões que estavam presentes e com muitos interessados para participarem da Conferência Estadual. Por votação, a segunda opção foi a escolhida.

Houve, por fim, uma discussão sobre a proposta de escola sem partido e relatos sobre o abuso de autoridade dos professores na sala de aula. Também comentaram sobre a negligência do Estado com a educação, o que afeta os professores. Nesse sentido, acreditam que a ameaça sofrida pelos professores passa para os alunos e se torna um ciclo. Muitos pais criam um terror para os filhos sobre o Conselho Tutelar, impedindo que os mesmos o comuniquem sobre problemas vividos. Ao final desta reunião, os participantes retornaram à Sala Olido, no momento em que aconteciam as apresentações culturais.

Minutos depois da saída das crianças da sala, chegou aos adolescentes a informação do atraso do almoço e a necessidade de aguardar até que a empresa contratada para servir essa refeição chegasse. Os participantes foram, então, orientados a prosseguir com as apresentações até a chegada do almoço. Tem início, assim, um período de aproximadamente 1h45min de apresentações culturais espontâneas.

Leitura e aprovação do regimento interno

Às 14:40, Kléver, representante da Comissão Central dos adolescentes, tentou engajar os presentes para a leitura do regimento da Conferência. Marcello, da FGV, interveio com o intuito de, então, compartilhar orientações conceituais sobre o funcionamento da conferência, incluindo a dinâmica prevista para a leitura do regimento e as funções das ações de “destaque”, “questão de ordem”, “questão de esclarecimento” e “moção”. Em seguida, explicou também como se dariam as atividades no dia seguinte. As crianças e adolescentes começaram a conversar paralelamente e em tons de voz cada vez mais altos e informar ao interlocutor que ele estava sendo repetitivo e utilizando uma linguagem “muito difícil”.

Após o alinhamento, dois jovens da Comissão Central, Kléver e Giovana, começam a leitura do regimento. Antes solicitaram que os adultos presentes deixassem o auditório para que pudessem conduzir o processo sem a presença deles. Poucas pessoas saíram e, por consequência, a maior parte dos adultos permaneceu onde estava.

A leitura do Regimento Interno era permeada por pedidos de destaque, indexadas com as reclamações pertinentes sobre os atrasos que prejudicam as atividades originais da Conferência: o enorme atraso do almoço e, dos ônibus e das formas de transportes que conduziram dos bairros mais periféricos até a central Galeria Olido. Esses destaques eram seguidos por protestos ou por gritos de apoio por parte da platéia, quem iam sendo refletidos em falas de diversos delegados próximos dos relatores. As falas apontavam no sentido de reforçar e indignar-se com as situações dos atrasos nos ônibus ou de sua descoordenação sobre avisos dos horários em que os mesmos passariam, tendo se repetido em seus bairros e em suas próprias experiências. Um delegado fez um pedido por moderação e que eles reunidos em Plenária deveriam tentar encontrar melhores soluções e uma melhor compreensão com a organização da IX Conferência. O barulho gerado pelas falas dissonantes e vozes exaltadas instaurou na Plenária um clima de confusão. Kléver tomou para si a responsabilidade de recolocar a ordem no interior do debate ao pedir que essas reclamações fossem oficializadas como moções e, portanto, legitimadas no âmbito das regras do Regimento Interno. Minutos depois de iniciada a leitura, porém, eles foram interrompidos, pois o almoço seria servido. Os organizadores pediram aos presentes que se dirigissem calmamente ao restaurante. O almoço foi servido em outro espaço, preparado para essa finalidade. Não foram dadas justificativas para o atraso do almoço nesse momento.

Quando o almoço foi servido, já havia um clima de agitação e desconforto. Apesar disso, o cardápio foi elogiado pelos participantes.

Às 16h15 retomaram a leitura do Regimento Interno no auditório. Os adolescentes selecionados para a leitura se posicionaram no palco, acompanhados daqueles que iriam anotar os destaques e de Kléver e Giovanna que conduziram o momento. A aprovação das normas da Conferência, expressas no regimento, seria alcançada quando todas e todos que quisessem tivessem a oportunidade de alterar as cláusulas com as quais não concordavam ou acrescentassem os conteúdos faltantes e considerados necessários. A leitura do documento segmentado por seções causou algum tumulto entre os participantes que não compreenderam muito bem a organização do momento.

Várias crianças e adolescentes apresentaram destaques e moções sobre o regimento que deveriam ser discutidas posteriormente. Foi possível perceber o engajamento do público para o andamento da plenária. Os adultos foram mais uma vez convidados a se retirar do auditório, mas nem todos respeitaram e alguns continuaram acompanhando a leitura do Regimento. Havia tradução simultânea em libras. Os destaques apresentados foram:

Capítulo III, Artigo 5º, por Bruna: ela pediu que credenciamento fosse mantido até o início da Plenária Final do dia seguinte, já que diversas pessoas não havia conseguido chegar a tempo no dia por problemas com transporte e a Prova São Paulo;

Capítulo V, Artigo 7º, Parágrafo 3, por Sarah: acha que haveria melhor comunicação sem a interferência de professores/diretores, ao que Kléver garantiu que haveria melhor comunicação entre delegados titulares e suplentes;

Capítulo VII, Artigo 11º: referente à programação do dia, muitas pessoas destacaram esse artigo, já que ela não havia sido respeitado. Kléver explicou que seria o caso de criar moções para isso, não destaques.

Em dado momento, uma criança reclamou que não havia crianças no palco lendo o Regimento Interno, ao que Kléver replicou que, de fato, poderiam ter prestado mais atenção nesse fato, mas que também as crianças poderiam ter se voluntariado para tanto mais cedo. Após isso, três crianças subiram no palco. Estava programado que a Plenária Inicial seria encerrada no primeiro dia de Conferência, porém, descobriu-se que havia uma programação prevista para o auditório. Assim, a leitura do Regimento foi interrompida e seria retomada no dia seguinte para votação dos destaques.

Relatoria do Segundo dia de Conferência

Atividades Previstas

09h00 - Assinatura da lista de Presença e Café da Manhã

10h00 – Grupos Temáticos:

1. Garantia de direitos e política pública integradas e de inclusão social

2. Prevenção e enfrentamento da violência contra C&A

3. Orçamento e financiamento das políticas (apenas para adolescentes)

4. Participação, comunicação social e protagonismo

5. Espaços de gestão e controle social das políticas públicas para crianças e adolescentes

12h30 – Almoço

14h00 – Retorno para os grupos temáticos

14h45 – Mini plenárias por conferência regional: escolha dos Delegados

15h30 - Plenária Final

17h – Encerramento

Às 9h o credenciamento já estava em funcionamento e o café da manhã servido nos mesmos espaços utilizados no dia anterior. Às 10h15 tiveram início as atividades no auditório. Na abertura, Júnior destacou a importância da conferência lúdica. Em sua fala enfatizou que seria um dia de muito trabalho para todos. Em seguida, Kléver pediu desculpas pelos atrasos do dia anterior e disse que a organização se mobilizou para que estes problemas não se repetissem. Kléver também informou sobre o andamento das atividades daquele dia. Nesse momento, pediu às delegações regionais para indicar uma criança e um adolescente para comporem um grupo que teria a tarefa de ajudar a organização ao longo do dia, destacando que não seriam essas as pessoas escolhidas para serem delegadas da Conferência Estadual. O pedido suscitou movimentações e conversas simultâneas e algumas pessoas não compreenderam muito bem o que estava acontecendo. Esse grupo subiu ao palco cerca de 10 minutos depois e foi aclamado pela plateia. O grupo era formado por: Klever, 16; Gabriel, 10; Guilherme 11; Sabrina 13; Andressa 14; Alessandra 12; Victor 12; Ana Alice 14; Sarah 12; Késia, 12; Giovanna 15; Kéven;

Amabiele 10; Richard 14; Karen 14; Marcela 9; Ana Gabriele 10; Yasmin 13; Cláudio 16; Ana Júlia 13; Matheus 18; André 14; Kauê 15; Nicolas 10; Riquelme 12; Maísa 10; José 17; Samantha 17; Yasmin 10; Mônica 16; Ana Beatriz 16; Gabriel 16; Alessandra 13; Kleber 17; Gabriel 15; Caíque 16; Gabriel 12; Luiza 17; Renan 11. Na sequência, o grupo desceu do palco e Giovanna propôs que os adultos não saíssem do auditório, mas se concentrassem do lado esquerdo da sala, deixando o centro e o lado direito para as crianças e adolescentes. A proposta tinha como finalidade evitar que os adultos interferissem nas discussões e teve boa aceitação por parte do público. Alguns minutos se passaram até que os adultos trocassem de lugar. Finalizado esse processo, Marcelo, da FGV, explicou novamente os conceitos envolvidos na realização da Conferência e a distribuição dos participantes nos grupos temáticos. Enquanto isso, os representantes da Comissão Central saíram do palco e se reuniram em uma sala atrás do palco. Marcelo explicou o que é questão de ordem, moção e destaque. Uma participante perguntou sobre a possibilidade de eles trocarem de eixo temático e o porquê de eles não terem escolhido seu eixo. Outra adolescente complementou e questionou sobre a previsão de apresentação das propostas das regionais. Marcelo justificou que os participantes haviam sido divididos de modo a garantir o equilíbrio na quantidade de participantes em todos os grupos, uma vez que todos são importantes para a discussão de propostas que serão encaminhadas para a plenária final e se aprovadas, serão levadas para a Conferência Estadual, contribuindo para a criação de políticas públicas direcionadas ao público infanto-juvenil. Uma adolescente questionou o porquê do tema "Orçamento Público" ser exclusivo para os adolescentes. A resposta apresentada pela Comissão Central foi que o tema era complexo e por isso destinado ao público adolescente. Sobre as propostas das Conferências Regionais foi informado que elas não seriam lidas na Conferência Lúdica. Quando o Marcelo finalizou sua fala, os representantes da Comissão Central voltaram e teve início leitura dos destaques do dia anterior. Kléver explicou que não seria possível pedir novos destaques. Os destaques foram lidos e votados em um processo rápido que culminou com a aprovação do regimento interno às 10h50. Houve um destaque sobre o Capítulo VIII, Artigo 11º: Da Programação. Jaqueline, Micaela, Gabriel, Jennifer, João Pedro, Bianca, Barbara, Giovana e André destacaram esse capítulo. Quase todos os destaques feitos neste artigo eram reclamações sobre o cronograma do dia anterior. Kléver orientou que esta questão deveria ser tratada, na verdade, em moções de repúdio apresentadas na plenária final.

A Comissão Central então propôs a votação de duas opções de atividades. A primeira opção foi a realização da palestra conforme previsto para o dia anterior e não realizada por conta do atraso na programação. A segunda foi seguirem imediatamente para a discussão nos eixos temáticos. A Plenária votou para o cancelamento da palestra. Durante esta votação, alguns

adultos notaram que havia um adulto votando com o crachá e reclamaram sobre isso, gritando para a pessoa abaixar o crachá. Foram, então, informadas quais eram as salas onde aconteceriam os eixos temáticos e todos os participantes saíram de uma só vez para se encaminharem para os locais indicados, o que gerou algum tumulto, dada a quantidade de participantes. Durante a discussão dos temas da conferência nos eixos, os adultos presentes participaram de uma roda de conversa com o professor Fernando Abrucio, da FGV, conforme relatado abaixo.

Roda de Conversa com os adultos

Mediação: Prof. Fernando Abrucio (FGV)

Aos adultos não foi facultada a participação nos eixos temáticos que foram reservados exclusivamente às crianças e adolescentes. Ainda que alguns adultos tenham manifestado o interesse de participar, todos foram conduzidos até uma das salas da Galeria Olido para uma roda de conversa com o Professor. Fernando Abrucio (FGV).

Essa atividade teve início às 11h15. Segundo ele, o objetivo daquele encontro era discutir o sentido de haver uma conferência lúdica com crianças e adolescentes. Ele falou que a história brasileira é marcada pela falta de espaços para participação social e debate da sociedade na construção das políticas públicas. Em suas palavras: “se não há espaço para discutir, os governantes podem fazer o que quiserem”. Como exemplo ele mencionou o sistema de saúde pública brasileiro que foi constituído a partir da atuação dos conselhos participativos que deliberaram a criação de milhares de UBS no país. Para ele, é preciso reconhecer que apesar de hoje termos problemas e críticas ao sistema de saúde, há 30 anos atrás não tínhamos um sistema universal de saúde.

Abrucio também falou sobre o papel daqueles que participam de conferências de defesa de direitos como esta. Para ele, “quem vem a uma conferência tem o dever de comunicar o que está sendo discutido para quem não está aqui. Quem não está aqui é a maioria da sociedade e esta maioria acha que a participação social atrapalha, não ajuda. Eles acreditam que basta escolher alguém técnico que os problemas do Brasil se resolvem”. Ele pontuou que a participação é fundamental para a garantia de direitos.

Propondo uma reflexão sobre o papel da criança e do adolescente em nossa existência, ele mencionou que, conforme Joaquim Nabuco aponta em O Abolicionismo, a sociedade brasileira foi montada em torno de privilégios, onde todos queriam ser senhores, mas nem todos conseguiram. Nesse sentido, é importante refletirmos sobre como criar a ideia de igualdade no

Brasil e quais são as consequências desta desigualdade para as crianças e adolescentes.

Ele disse que primeiro efeito é que o Brasil não universalizou o sistema de educação. A noção de educação no Brasil que temos hoje também não havia há 30 anos atrás. Dessa maneira, criamos uma desigualdade sobre o que deve ser uma criança e um adolescente. Ele defende que “temos muito o que fazer em educação, precisamos garantir que a escola seja um espaço público de aprendizado”. O segundo efeito diz respeito a questão do “jovem infrator”, que de alguma maneira sempre buscou apagar a desigualdade brasileira, onde alguns podem ser crianças e adolescentes e outros não podem.

Em relação à imagem da criança e do adolescente na sociedade brasileira, ele comentou que o Brasil construiu uma imagem onde esse público tem pouca voz. Nesse contexto, a Constituição de 1988 é um mecanismo que garante o direito à expressão também das crianças e adolescentes.

Por fim, Fernando Abrucio discorreu sobre a capacidade das instituições pensarem na vida dos “nossos” filhos e netos. Ele destacou que nada garante que no futuro essa capacidade continuará a existir. Portanto, a importância da conferência é a importância do nosso futuro. A conferência está garantindo direitos, em um cenário em que estamos ‘patinando’ na própria ideia de existência de direitos e a necessidade de o Estado garanti-los”.

Ao final da reflexão do professor da FGV, abriu-se a conversa para um debate sobre a participação social para a garantia de direitos, com foco especialmente na questão das crianças e adolescentes.

A primeira fala foi feita por uma mulher que apontou a similaridade das vivências e experiências das crianças e adolescentes presentes na conferência. Para ela, é interessante pensarmos em “qual seria a chance delas se cruzarem e dialogarem em outro contexto além deste?”. Em seguida, Fernando Júnior (Com. Central) questionou quantos dos jovens participantes na conferência já haviam estado no centro de São Paulo ou frequentado um espaço público como a Galeria Olido. Ele acredita que: “falta o acesso geográfico, mesmo que as crianças e jovens tenham o acesso ao transporte público”.

Luciano (Com. Central) discorreu sobre o papel dos adultos em uma conferência lúdica de crianças e adolescentes. Para ele, é preciso refletir em relação ao possível excesso de tutela dos adultos em um espaço de fala que é dedicado para a juventude.

Lualinda (Cons. Tutelar - região central) disse que se sentiu surpresa com o empoderamento e desenvolvimento na fala das crianças e este contraste com a falta de mobilidade e acesso das crianças ao centro da cidade – onde

muitos dos espaços são elitizados. Ela também disse que: “nós [Conselheiros Tutelares] lutamos muito para que os jovens das ocupações pudessem fazer parte desta conferência, junto também com os jovens em situações de rua – infelizmente isto não foi possível por causa do uso de drogas”, comum em parte destes últimos.

Cláudia (Prof. Municipal – Jaçanã/Tremembé) disse que “ontem [07/11] as falhas nas conferências vieram muito da falta de diálogo entre instituições do poder público. É muito oneroso colocar nas costas das crianças e adolescentes a responsabilidade sobre toda a organização, eles são protagonistas mas tem coisas que precisamos da atuação no Poder Público”. Ela também falou que nas microestruturas (escolas, CCAs, CJs etc.) esse empoderamento da juventude precisa ocorrer. Para ela, o adulto não pode determinar o que a criança vai dizer e fazer. Ela também pontuou que não há como discutir conferências e participação social se não debatermos o neoliberalismo no Brasil, uma vez que esta visão reduz o poder do Estado e coloca estes temas sob o poder privado. Por fim, ela comentou que no primeiro dia fez um tour no centro de São Paulo com o aluno dela presente na conferência, pois ele nunca tinha vindo ao centro – “ele ficou maravilhado assim que desceu do metrô”.

Rafael (São Mateus) falou que espera um dia estar nesta conferência não em razão de seu trabalho. Ele disse que espera o dia onde todas as famílias se reúnam em conferências e outros mecanismos democráticos de participação social.

José (Santo Amaro) disse que no dia anterior ficou muito feliz em ver a participação das crianças e adolescentes, como previsto nos art. 4 e 5 do ECA. Para ele, o ECA está se perdendo; é preciso discuti-lo nas escolas. Ele também disse que é preciso projetarmos o que faremos daqui até a outra conferência e a qualidade do trabalho que construiremos nesses próximos quatro anos.

Vilani (Capela do Socorro/Parelheiros) falou que uma conferência é um exercício de escuta e se estávamos neste local era porque valorizamos este processo e acreditamos na importância da escuta. Nesse sentido, ela disse que é preciso pensar onde estamos falhando. “Por que não conseguimos dialogar nas escolas, CCAs, CT, subprefeituras, etc? Estamos todos aqui mas fora daqui não há diálogo e cooperação, a escola por si só não pode levar a culpa”. Ainda sobre a questão da comunicação, ela disse que é necessário pensarmos seriamente na questão da conferência estar esvaziada em razão da prova São Paulo, prevista desde fevereiro, o que mostra a falta de comunicação no setor público. Por fim, ela comentou a questão da Escola

Sem Partido⁵: “a minha esperança é que estas crianças e adolescentes sejam a resistência e mobilização contra este projeto”.

Miriam (Pinheiros) falou que, seguindo esta lógica de continuidade do diálogo para além da conferência, foi deliberada uma proposta, na conferência regional de Pinheiros, em que seja criada uma lei que garanta a existência de mecanismos de participação para crianças e adolescentes (fóruns, conferências, etc), a qual será apresentada na conferência convencional.

Jamilson falou sobre a importância de dialogarmos na linguagem das crianças e adolescentes. Uma mulher falou sobre as músicas e poemas que as crianças apresentaram no dia anterior, que falam sobre questões tristes, especialmente ligadas à violência e o racismo, e “que são a face das vivências destes jovens”. Ela também comentou que faltam informações e comunicações acerca da conferência, sendo necessário pensar em maneiras de atingir crianças que não estão nos CCAs, CJs e etc.

Em relação ao perfil dos participantes na conferência, o Fernando (Com. Central) disse que as próprias instituições já selecionam determinados alunos para se engajarem nessas atividades. Muitos são vistos como “não colaborativos” e, portanto, as escolas fazem um recorte ao encaminhar os alunos. “Mesmo tendo Capão Redondo, Extremo Leste e etc, temos aqui um grupo que já passou por uma seleção. Vocês acham mesmo que temos ‘o grosso’ da juventude da nossa cidade aqui?”.

Após estes posicionamentos, uma representante da Comissão Central entrou na sala para pedir o apoio dos adultos na organização dos alunos e disse que a previsão é que a plenária final se inicie às 16h30 e, portanto, o encerramento seja postergado para às 18h. Os adultos reagiram com surpresa a esse informe. Ela pediu para que eles tivessem sensibilidade e colaborassem para que os adolescentes não tenham pressa em debater e para garantir que a plenária seja organizada. Ela também informou que a Com. Central fará uma devolutiva, na plenária final, em relação ao problema no almoço do dia 07/11. Ela comentou que este foi um pedido dos próprios adolescentes. Em suas palavras: “a gente não devia ter esperado a cobrança deles, devíamos ter nos adiantado, mas não o fizemos”.

Uma mulher na plateia questionou como os eixos foram selecionados. Em resposta, a representante da Comissão Central disse que a metodologia foi definida por sorteio porque, em razão dos atrasos na agenda, não houve tempo para criar um espaço para as crianças e adolescentes escolherem seus eixos. A mulher da plateia contestou dizendo que “é complicado estarmos em

⁵ Projeto de Lei em tramitação na Câmara dos Deputados, PL nº 867/2015 (Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”).

uma conferência de direitos onde as crianças não podem escolher onde estariam. Elas já recebiam as bolinhas coloridas na hora da inscrição [no dia 07/11]; elas se veem sem o direito de escolha”.

Júnior (Com. Central) falou que é importante trazermos estas críticas para a conferência convencional, assim como os problemas ocorridos no transporte e na alimentação. Ele explicou que “o orçamento desta conferência não vem da Comissão Central, a organização não lida com os recursos, quem delibera estas questões são as secretarias que as repassam nos últimos minutos”. Ele também disse que o contato com a equipe de metodologia da FGV foi liberado somente 10 dias antes da conferência, o que ilustra os desafios que eles estão vivenciando na organização e coordenação da conferência.

Abrucio (FGV) disse que a FGV entrou para salvar um pouco este processo, pois estas conferências participativas estão em risco. Ele destacou que as crianças foram habilidosas no dia 08/11 de manhã, organizando-se de modo que a plenária inicial encerrasse às 11h. Ele também falou que considera um problema uma conferência lúdica ter duração de apenas 2 dias, enquanto a dos adultos duram 3 dias. Ele considera frustrante a falta de tempo para nos organizarmos.

Júnior (Com. Central) complementou dizendo que a proposta inicial era que as conferências lúdicas fossem em setembro e dos adultos em novembro, para que sejam respeitadas as propostas das lúdicas na convencional – contudo, a secretaria não conseguiu se organizar para fazermos em setembro.

Após estes esclarecimentos, encerrou-se a roda de conversa, por volta das 13h20. Foi informado ao grupo que o almoço seria servido para os adultos em, aproximadamente 20 minutos.

Para crianças e adolescentes o almoço foi servido às 13:30. O atraso de uma hora teve diferentes repercussões, conforme pode ser lido no relato sobre as oficinas de trabalho por eixo temático abaixo.

Relatoria das oficinas por eixo temático

A seguir, serão relatadas as atividades desenvolvidas em cada grupo durante o segundo dia da Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentando-se o caminho trilhado pelas crianças e pelos adolescentes para que fossem elaboradas as propostas finais para cada eixo temático.

Considerando que algumas das crianças e dos jovens compartilharam com o grupo, ao longo das atividades do segundo dia, situações de violência ou de cunho social, optou-se por utilizar apenas suas iniciais para referir-se a cada

um, preservando, assim, suas identidades. Ainda, destaca-se que *todas* as ideias apresentadas entre aspas (“ ”) fazem referência a frases ditas, na íntegra, pelas crianças ou adolescentes.

Eixo 1	Garantia dos direitos e políticas públicas integradas e de inclusão social
Grupo 1	Crianças

Participaram desse grupo 9 crianças na faixa etária de 9 a 12 anos. Todas elas estudavam em escolas da rede pública de ensino e representavam os bairros de Campo Limpo, São Mateus (2), Casa Verde, Parelheiros, Vila Mariana, Jabaquara, M'Boi Mirim e Butantã. Todas as crianças declararam estudar em escola da rede pública. Menciona-se, ainda, que a oficina ocorreu no palco do auditório geral da Galeria Olido, que foi dividido com o grupo de adolescentes que estava trabalhando com o eixo 1.

Apresentação e conversa sobre a Conferência

A oficina iniciou-se com uma apresentação. A coordenadora da FGV pediu para que as crianças formassem duplas e, após conversassem um pouco, uma apresentasse a outra para o restante dos colegas. Com isso, elas foram começando a perceber afinidades entre si.

Em seguida, foi instigada uma conversa sobre a Conferência. Foi perguntado às crianças o motivo de estarem ali e se elas haviam participado da Conferência Regional em seus distritos. Destacou-se a importância de estarem na Conferência, já que, ali, não apenas estavam representando a região onde moravam mas, também, seriam responsáveis por elaborar propostas para os direitos humanos das crianças e dos adolescentes, que afetariam todos os cidadãos de São Paulo. Para isso, seria necessário a atenção de todos e o respeito com as opiniões dos outros.

Introdução aos direitos humanos

De modo a introduzir o conceito de direitos humanos, as crianças foram convidadas a refletir sobre a questão "Quando falamos a palavra direito, pensamos em que?", e, em seguida, a escrever suas respostas em post-its, colando-os no papel kraft. Ao mesmo tempo em que escreviam, começaram a compartilhar histórias pessoais e que se relacionavam aos direitos das

crianças. L. (12 anos), mencionou ficar muito triste na escola, porque a professora de sua sala não tinha o direito de discriminar crianças por serem negras. Já L. F. (10 anos) ressaltou que os direitos são de todos da cidade de São Paulo, e que "até o mendigo na rua tinha direito a uma casa e a roupas quentinhas". Ainda, M. (09 anos) levantou a questão do direito ao próprio corpo, exemplificando com o direito ao aborto. Este tema trouxe muita discussão ao grupo e a coordenadora falou que, no Brasil, o aborto é considerado crime e, portanto, não é um direito adquirido. Ressaltou que este tema ainda é polêmico, com muitas pessoas contras e outras tantas a favor e que por isso ainda demandava muito debate por parte da sociedade e do governo.

Imagem 1: **Crianças durante a oficina do eixo 1**



Fonte: FGV, 2018

A coordenadora conduziu a discussão, reforçando alguns conceitos básicos sobre o tema, visando manter o foco das crianças. Em dado momento, perguntou se as pessoas já nascem com alguns direitos. Algumas crianças entendiam que não e outras achavam que sim. Com a ajuda da coordenadora, elas foram entendendo que alguns direitos são básicos e todos nascem com eles, como direito à vida, à moradia, à alimentação e à roupa adequada. No entanto, deixou claro que havia tantos outros direitos a serem conquistados.

Em seguida, a facilitadora da FGV perguntou: "O direito a gente...", com a intenção de que as crianças completassem a frase. Rapidamente, L. respondeu: "a gente conquista". G. (10 anos) completou dizendo: "mas também nós nascemos com eles", o que sinalizou que houve um entendimento do conceito apresentado anteriormente.

Começou, então, uma conversa sobre o direito à educação. Ao tocar no assunto, as crianças começaram a relatar as condições de suas respectivas escolas. S. (11 anos) falou sobre a falta de muitos materiais para os alunos e reclamou da merenda em sua escola. Esta discussão trouxe à tona outros direitos, como ao lazer, à merenda escolar e ao esporte.

Posteriormente, a coordenadora passou a explicar que os direitos das crianças e adolescentes são assegurados por lei. Mencionou que isto foi uma conquista, depois de muita luta; um dos resultados disso, como por exemplo, foi a obrigatoriedade de todas as crianças irem para a escola.

Neste momento, surgiram algumas histórias pessoais, envolvendo colegas das crianças do Grupo 1 que, por precisarem ajudar a mãe em casa a cuidar dos irmãos, não frequentavam a escola. Por consequência disso, o Conselho Tutelar teria sido acionado. Durante a discussão, a coordenadora pediu que todos pegassem o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e explicou a importância do documento. Pontuou que naquele estatuto estava o conjunto de direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, que o Estado deveria assegurar. Ela também lembrou o exemplo que uma criança havia trazido no grupo, sobre o direito de todos serem respeitados e o dever de respeitar o próximo sempre, independentemente da idade. Todos abriram o estatuto para ler o artigo 1º. S. (10 anos) se voluntariou para ler em voz alta para o grupo:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL, 1990).

A partir disso, tocaram no assunto do trabalho infantil, e a criança 5 fez uma fala sobre a exploração de crianças. G. completou a fala, dizendo que as crianças só poderiam trabalhar formalmente como Jovem Aprendiz a partir dos 14 anos e, se quisessem, a partir dos 18. S. comentou: "nós temos que correr pelo certo". R., por sua vez, explicou o que ela estava querendo dizer: "significa que temos que fazer o que é do bem".

M. leu, novamente, o ECA e lembrou que é direito da criança não sofrer abusos. N. também se manifestou contando que, na sua escola, tem uma menina do quarto ano que é boliviana e, às vezes, "faltava à escola para ajudar a mãe no trabalho em casa e, um dia, chamaram a polícia para a casa desta família porque a menina estava faltando na escola". Houve uma

intervenção de L., que falou que, às vezes, esse era o único jeito da mãe dessa criança cuidar dela. N., convicto de suas ideias, disse que isso não era certo, e que ia contra o direito da menina de estudar. Nesse momento, G. tomou a palavra e disse que a mãe da garota boliviana, ao entrar no Brasil, estava ciente de todas as regras. A coordenadora ponderou que ela talvez não conhecesse essas regras e destacou a importância das crianças e dos adolescentes no processo de informar os adultos sobre os seus direitos, de modo a garantir que eles fossem respeitados por todos.

Leitura do caso

Logo antes do almoço, foi apresentado o caso a ser discutido com as crianças. Ele serviria como base para se pensar as propostas relacionadas ao tema de direitos humanos:

Lara nasceu com deficiência física. Ela é negra e hoje tem 10 anos de idade. Por conta da deficiência ela usa cadeira de rodas e depende o tempo todo de um adulto para ir de um lugar para outro. Sua mãe cuida dela e de seus dois irmãos, um com 8 e outro com 13 anos. A casa de Lara fica em uma comunidade que ainda não foi asfaltada, por isso, sua mãe tem muita dificuldade para chegar até o asfalto para pegar o ônibus escolar. No período das chuvas fica ainda mais difícil, porque a rua fica alagada e tem ainda mais buracos.

Na escola, Lara também precisa de ajuda de um adulto porque não tem rampas para entrar nas salas e o banheiro adaptado fica longe da sua sala. Ela acaba passando vários recreios sozinha quando todo mundo vai brincar no pátio e nem sempre tem uma pessoa para levá-la.

Em casa, é mais tranquilo porque os irmãos fazem companhia uns para os outros enquanto a mãe faz as tarefas de casa. Eles passam muitas horas assistindo televisão depois da escola todos os dias. A mãe de Lara ouviu dizer que ela poderia receber um benefício em dinheiro, o que ajudaria muito já que ela não consegue trabalhar para cuidar das crianças e para levar Lara aos vários lugares onde ela precisa ir para fazer seu tratamento de saúde.

A leitura foi feita pela coordenadora e todos a ouviram atentamente; em seguida, cada um poderia ler o caso, individualmente. A coordenadora perguntou se todos entenderam a história e se havia alguma palavra ou trecho que não entenderam; surgiu a dúvida sobre a palavra "benefício". Esta

dúvida foi respondida por L., que falou que era "um dinheiro a mais que a mãe tinha o direito de receber do governo já que a filha era deficiente". A coordenadora começou a dar outros exemplos de benefícios que as famílias podem receber, e uma das crianças lembrou do Programa "Minha Casa Minha Vida", que foi, portanto, explicado pela coordenadora. Já que estavam interessados no assunto sobre benefício, a coordenadora explorou esse aspecto, falando que existe um tipo específico para pessoas com deficiência e idosos, chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é diferente do benefício Bolsa Família.

Após esse momento, as crianças começaram a compartilhar suas impressões sobre o caso. M. comentou: "Nossa tia, é muito ruim mesmo". N. falou sobre o fato da menina ser negra e, por isso, sofrer discriminação na escola. A partir dessas impressões, algumas histórias foram compartilhadas a respeito do contato com crianças com deficiência. L. disse que sua escola era bem equipada, mas não tinha nenhuma criança com deficiência. M comentou que em sua escola tinha elevador. Já N. disse conhecer uma senhora com deficiência e pontua que já a viu utilizar um "Tipo de transporte específico, que pára na porta de sua escola para buscar a senhora".

M. G. e M., que frequentavam o mesmo CCA (Centro para Criança e Adolescente), contaram histórias de colegas do CCA que são deficientes físicos. A coordenadora, então, perguntou se elas notaram que havia diferença no tratamento dado a elas. R. disse que, muitas vezes, as pessoas julgam, são preconceituosas e não ajudam as pessoas com deficiência. L. F. relatou que está aprendendo libras, porque há um deficiente auditivo na classe dele e ele quer se comunicar com o amigo. Já G. contou que tinha um colega deficiente visual em sua escola, mas ninguém chegava pra brincar com ele; um dia, ele acabou brincando com o menino e o achou bem legal.

Resolução do caso

Em seguida, iniciou-se a dinâmica para levantar os problemas que o caso trazia. Foi feito um círculo central em um papel no *flipchart* e as crianças começaram a expor suas ideias a respeito desse problema. Chegou-se aos seguintes problemas:

- Rua não era asfaltada
- Falta de ajuda no recreio
- Preconceito
- Falta de acessibilidade
- Rua alagada
- Falta de transporte adaptado

- Criança era isolada
- Crianças ficam em casa todas as tardes
- Mãe sem trabalho e, conseqüentemente, sem dinheiro.
- Escola não era adaptada
- Precisava da companhia de um adulto
- Locomoção para o tratamento em vários lugares diferentes.

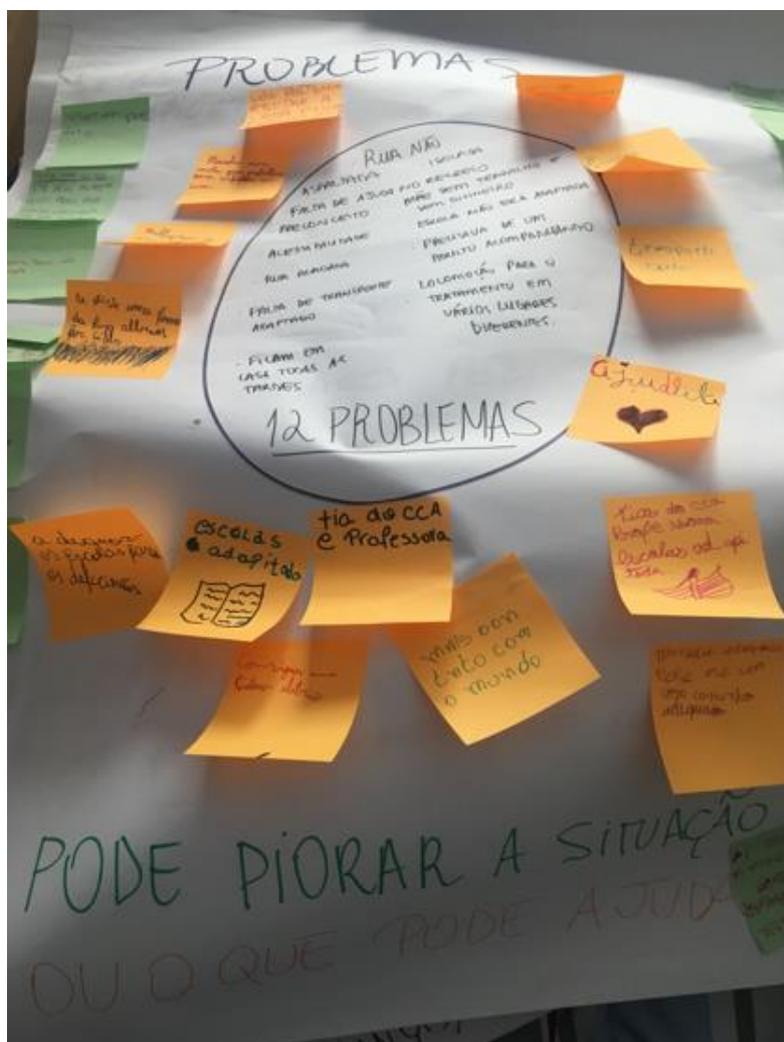
Após a definição dos problemas, foi solicitado às crianças que escrevessem em *post-its* situações que poderiam agravar o caso, colando-os ao redor desses problemas. Os agravantes foram os seguintes:

- Morar perto do rio
- - Ficar sem as mãos
- Se ela fosse albina ela não iria poder tomar sol
- Perder o ano letivo
- Se ela fosse cega
- Não ter irmãos
- A mãe rejeitar
- Não ter mãe
- Não ter moradia
- Expulsa da escola
- Rejeitada pelos irmãos

Dando seqüência à dinâmica, pediu-se que as crianças escrevessem em *post-its* de outra cor possíveis soluções para os problemas levantados. As respostas apresentadas foram as seguintes:

- Melhorar os transportes público
- Adequar as escolas para deficientes
- Conseguir uma cadeira elétrica
- Mais contato com o mundo
- Mandar uma carta para prefeitura para asfaltar as ruas
- Arrumar uma pessoa para levá-la e buscá-la
- Moradia adequada e caminho adequado
- Tias do CCA e professoras ajudarem

Imagem 2: **Definição dos problemas do Eixo 1 (crianças) e dos possíveis agravantes e soluções para superá-los**



Fonte: FGV, 2018

Processo de elaboração das propostas

Após o almoço, que atrasou bastante, causando cansaço e impaciência nas crianças, a retomada para os trabalhos foi difícil. As crianças estavam mais dispersas e demorou para recomençar a oficina. Também, algumas pessoas começaram a chegar no auditório - onde se encontrava o grupo de crianças do Eixo 1 -, aguardando o momento da eleição dos delegados.

Ao retomar a discussão em grupo, uma criança voluntária leu os problemas e, outra, as soluções apontadas para o caso. A partir daí a coordenadora solicitou que as crianças pensassem em propostas que dialogassem com as questões que foram levantadas.

No entanto, antes do processo de elaboração das propostas, as crianças trouxeram algumas dúvidas de conceitos que precisavam ser elucidados, como, por exemplo, o papel do Conselho Tutelar. A maioria do grupo entendia o Conselho Tutelar como o que "iria tirar os filhos dos pais", "os que iriam punir". A coordenadora explicou o papel do Conselho Tutelar e reforçou que o mesmo existe para defender e garantir os direitos das crianças e adolescentes. Foi explicado que idas do Conselho Tutelar até a casa da criança têm o objetivo de verificar se eventuais denúncias que foram feitas são verdadeiras, e, a partir disso, acionar as instâncias que podem ajudar, de modo a dar os devidos encaminhamentos para o caso.

Também, para que as crianças conseguissem ter uma dimensão mais clara da cidade e de suas regiões, houve uma conversa sobre os equipamentos presentes nas regiões de cada um. Foi explicado que esses equipamentos são administrados e cuidados pelas Secretarias, que compõem a Prefeitura. Por exemplo, a Secretaria da Educação é responsável por cuidar das escolas da cidade e de tudo que diz respeito a elas (professores, merenda, etc.).

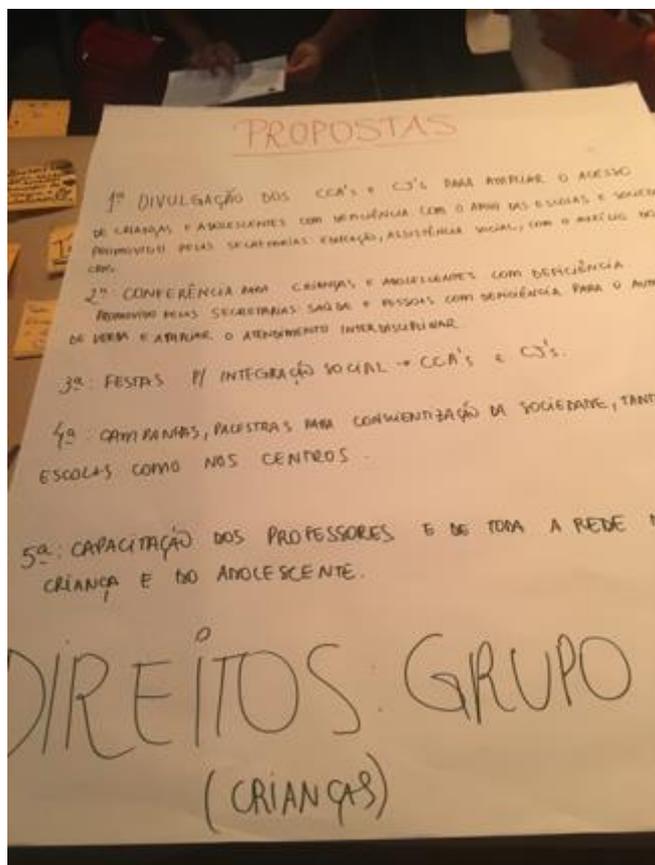
Após esses debates, e orientadas sobre a importância de ouvir os amigos, as crianças começaram a construir as propostas para o Eixo 1. Enquanto algumas surgiram após conversas coletivas, outras foram defendidas com grande entusiasmo por uma ou duas crianças. Por exemplo, foi proposto que CCAs e escolas fizessem divulgação, conjuntamente, sobre vagas para crianças com deficiência nos CCAs, tanto por meio das redes sociais como por meio de conversas, palestras. Essa foi a primeira proposta que teve consenso no grupo. As demais propostas construídas - e que foram apresentadas na plenária - estão descritas abaixo:

Propostas gerais:

- 1- Os CCA's e CJ's falarem mais com os pais.
- 2- Abaixo assinado com o intuito de conseguir apoio para a causa das crianças e adolescentes com necessidades especiais.
- 3- Fazer uma Conferência de crianças com deficiências com o intuito de sensibilizar o governo à aumentar a verba destinada para ampliar o atendimento das Secretarias.
- 4- As tias dos CCAs e as professoras podem ajudar a divulgar os CCAs, porque quase não tem criança com deficiência.
- 5- Ter mais transporte público adaptado
- 6- Dar cursos para os professores e para os pais sobre libras.
- 7- Fazer festas para integrar os CCAs e as escolas e divulgar os CCAs

8- Campanhas nas redes sociais para incluir mais crianças com deficiência.

Imagem 3: **Propostas elaboradas pelo Eixo 1 (grupo de crianças)**



Fonte: FGV, 2018

Ao fim dessa discussão, o grupo elegeu as cinco propostas a serem apresentadas na plenária final. As propostas estão apresentadas na seção seguinte.

Eixo 1	Garantia dos direitos e políticas públicas integradas e de inclusão social
Grupo 2	Adolescentes

Participaram dessa oficina 19 adolescentes, na faixa etária dos 13 aos 18 anos, representando os bairros Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Campo Limpo, Formosa/Aricanduva (2), Santo Amaro, República/Sé (2), Maristela/Ipiranga (3), Vila Mariana, Perus (2), Ibirapuera, Carrãozinho, Casa Verde e Tucuruvi. Dezesete jovens declararam estudar em escolas da rede pública de ensino, um apenas em escola da rede privada e um não declarou. As atividades do Grupo 2 ocorreram no palco do auditório, que foi dividido com o Grupo 1.

Apresentação e conversa sobre a Conferência

Logo no início da oficina, os adolescentes apresentaram seus nomes, bairro e idade. Após o momento de apresentação dos participantes, a facilitadora da FGV introduziu o significado de uma conferência, que é uma forma de os jovens demonstrarem suas demandas e discutirem políticas voltadas para eles, representando, além de seus pensamentos, sua escola, seu bairro, entre outros. Assim, a conferência seria um espaço de exercício da cidadania e para desfrutar dos direitos.

Introdução sobre direitos humanos

Após a explicação acerca das conferências, houve uma discussão sobre quais seriam os direitos das crianças e dos adolescentes e como o Estado deveria garantir a proteção integral dos mesmos para esse público. Para ilustrar a questão, foi realizada uma atividade que tinha o objetivo de explicar o que são os direitos e como o Estado deve garantir que todos os usufruam da melhor forma possível, além de compreender como os participantes percebem os direitos no seu cotidiano. Cada jovem recebeu um papel e uma caneta e foi instruído a escrever, de forma sintética, o que as palavras "direito" e "proteção integral" significavam ou remetiam para cada um deles. Assim que todos escreveram, um debate se iniciou acerca das respostas de cada um. Ao analisar as respostas, foram encontradas frases como "Saúde e segurança não é comércio" e "Proteção integral é o Estado cuidar de todos o tempo todo, todo dia". Ademais, eles apresentaram como

direitos e proteção os conceitos de liberdade, educação, diversidade, serviços sociais, coletivos, ser criança, ECA, sexualidade, igualdade, respeito pelo que somos, voto, empoderamento, o dia todo [proteção integral]. Por meio das palavras e frases levantadas, houve um debate em torno de cada um desses conceitos. A partir dessa discussão, depreendeu-se que os adolescentes entendem que eles não têm espaço durante os debates e as discussões de políticas, pois sempre escutam que eles são novos demais para entender dos assuntos de política e adultos lhes dirigem a palavra para dizer apenas que "usem preservativos". Assim sendo, retomou-se a importância da Conferência Lúdica como um espaço em que eles se sentem ouvidos e representados, já que podem debater e votar propostas que têm a identidade do grupo - oportunidade que eles não teriam no seu cotidiano.

Durante essa conversa, os jovens também enfatizaram que eles são "a maioria na população, são negros e da periferia e eles devem ter direito de falar e de serem escutados". "Os maiores não deveriam calar os maiores e nos oprimir", segundo alguns adolescentes do Grupo 2. O CCA foi muito citado ao longo do debate como um espaço onde os jovens poderiam "se proteger", participar de projetos e "aprender a viver a diferença, a diversidade", como ressaltou uma jovem ao falar que o CCA é uma forma de direito.

No entanto, H. destacou que "espaços como este [remetendo à Conferência] não são muito divulgados na comunidade e, por isso, muitas vezes, faltam adolescentes para participar das integrações". Nesses casos, as subprefeituras fecham os locais de convivência e "não se importam com os adolescentes que participavam de lá", segundo P.

A pauta dos direitos LGBT foi discutida e apontada como dever da população para com este grupo, pois ele deve ser respeitado por ser "humano, e não porque é diferente" – frase dita pelos jovens. Lembraram um evento da ditadura militar, de 1964, em que muitas pessoas da comunidade LGBT eram enviadas para centros de tratamento onde eram medicadas fortemente, prejudicando a saúde e desrespeitando os direitos desses cidadãos. O fato foi exposto para ilustrar que, atualmente, muitas pessoas da comunidade ainda sofrem preconceitos e desrespeitos, tendo seus direitos violados. Nesse momento, R. afirmou ser bissexual e pontuou ter receio de contar para a família; "tem que saber a hora de se assumir", colocou o jovem.

Os adolescentes, ainda, destacaram que o jovem da periferia, negro, é visto como um “mini FEBEM”, além de ser carregado de estereótipos pela sociedade, apontou uma jovem. Nesse contexto, os adolescentes conversaram sobre a importância do empoderamento de cada um e da resistência, além de compreender a sua história e se orgulhar de ser como é. Eles se orgulham em serem reconhecidos como negros; enfatizam que não querem que a sociedade se refira a eles como “moreno” ou “mulato”. “Se identificar como negro é se orgulhar de quem se é” e “o respeito só vem a partir desse orgulho”, segundo os jovens. H. conta: “eu gosto da cor negra. Pessoas falam que eu sou branca, tenho que lutar pelo direito do branco e não do negro. Sofro preconceito por gostar de quem tem a pele negra”. Enfim, os adolescentes suscitaram a necessidade de se aceitar e de conhecer uns aos outros, como meio para conquistar espaço de fala na sociedade, que, como eles expuseram, os oprime muitas vezes e não busca atender suas reais demandas.

Imagem 4: **Conversa inicial com adolescentes do Eixo 1**



Fonte: FGV, 2018

Em seguida, a conversa foi conduzida para a esfera política. Muitos adolescentes criticaram o porte de arma que foi debatido no período eleitoral, afirmando que a legalização da mesma é prejudicial para suas comunidades, pois seria mais uma forma daqueles que são entendidos

como “maiorais” reforçarem seu poder sobre eles. Para ilustrar, K. contou sobre um abuso policial em sua comunidade em que um policial teria apontado uma arma na cabeça de uma criança de três anos. Seguindo, outros casos de abuso policial também foram relatados.

Um dos jovens contou que, ao ir para escola, um dia, em sua bicicleta, uma viatura o derrubou da mesma: "Me jogou para dentro da viatura, me bateu e furou os dois pneus da minha bicicleta" – ele contou. S. contou sobre um "enquadra" que recebeu na porta da escola e um policial deu um soco em sua barriga. Também, uma adolescente compartilhou que seu irmão, que estava andando de bicicleta, foi confrontado pelos policiais que o acusaram de tê-la roubado. A menina contou que um grupo de colegas que estava indo para seu centro de convivência sofreram agressões de policiais durante o caminho. A assistente do centro foi realizar uma denúncia e não recebeu atenção, pois “ela era mulher e ainda negra!” - enfatizou. Foram diversos os casos relatados sobre violência policial, racismo e discriminação. Um adolescente partilhou que mora ao lado de um prédio do exército e, certo dia, um militar o afrontou dizendo que “quando meu presidente ganhar, não vai sobrar nenhum preto fudido neste lugar”. Tendo em vista esses acontecimentos, J. afirmou a necessidade de o grupo se unir para resistir e dar voz para o povo, de forma a enfrentar os "maiorais" que querem cercear e oprimir seus direitos.

Dando prosseguimento à discussão sobre os direitos humanos, o ECA foi apresentado como uma forma de garantia e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. "Isto não pode deixar de existir", afirmaram os jovens. De modo a contemplar a realidade deles, os adolescentes pediram que o estatuto tratasse das questões LGBT, também.

Ainda, no que diz respeito ao trabalho infantil, tratado no ECA, os adolescentes pontuaram que gostariam que os assistentes sociais buscassem acabar com isso, indo atrás das crianças que trabalham e procurando conhecer o porquê de elas estarem ali. Eles enfatizaram que deveria ser prestado um auxílio para essas crianças. Neste âmbito, os jovens discutiram a importância da educação para formação deles. “Educação derruba o governo”- eles disseram. Ademais, apontaram que nenhum adolescente deveria parar de estudar para trabalhar; caso fosse necessário, mencionaram a possibilidade de trabalhar para pagar a faculdade. G. relatou que

precisou trabalhar na juventude e não se dedicar integralmente aos estudos, enquanto P. estudava e era menor aprendiz simultaneamente.

Por fim, os adolescentes ressaltaram a importância da necessidade da participação e representação deles nestes espaços de conferências, para que eles possam ser ouvidos e auxiliem no processo de criação de políticas públicas que sejam voltadas para a realidade deles. "Eles [os governantes] fazem a política para nós, mas não olham o que precisamos" – afirmam os jovens.

Enfim, os participantes expuseram seus pensamentos, suas ideias e seus relatos de vida para ilustrar seu entendimento sobre a garantia de direitos e a proteção integral do Estado. Enfatizaram-se casos de violação de direitos, de falta de reconhecimento dos jovens, falta de proteção contra violências policiais e desrespeito sobre seus gêneros e identidades. Por fim, enfatizou-se que "exercer a cidadania e representar a comunidade é uma forma de dar visibilidade para essa maioria e poder desfrutar de uma vida justa e digna para todos", conforme pontuaram os adolescentes pertencentes a esse grupo.

Leitura e discussão do caso

Ao encerrar o debate, deu-se início a uma nova atividade. Foi apresentando o mesmo caso discutido com as crianças do Eixo 1, sobre as dificuldades que uma menina negra e deficiente física passava. O objetivo da atividade era discorrer sobre a situação da menina e identificar as falhas de atuação da proteção do governo e em que medida a menina tinha, ou não, seus direitos garantidos. K. começou dizendo que se emocionou com a leitura do caso, pois sua irmã é deficiente física e enfrentava os mesmos problemas da garota do caso. Ela contou, também, que precisou entrar na justiça para conseguir o direito de a irmã ter um professor em casa; "nem o juiz lá sabia que ela tinha esse direito", a adolescente pontua.

Nesse contexto, os jovens começaram a expor os problemas identificados em relação ao caso. À medida que os problemas eram apresentados, eles eram registrados em uma folha branca, localizada no centro da roda onde estavam os jovens. Abaixo, seguem os principais pontos levantados:

- Falta de acessibilidade;
- Dificuldade de deslocamento;

- Dependência da mãe para realizar todas as atividades;
- Falta de CCA para a menina;
- CCA's com pouca estrutura para receber deficientes;
- Invisibilidade dessas minorias;
- Falta de informação das pessoas acerca do Benefício de Prestação Continuada;
- Falta de apoio do governo para fornecer itens como fraldas e remédios;
- Descaso no atendimento à saúde.

Embora os adolescentes reconheçam que o Estado forneça o direito à saúde, pois existem os hospitais públicos, eles destacaram a ausência do serviço de proteção integral; "deveria ser obrigação do Estado oferecer remédios e todo o tipo de assistência às crianças e aos jovens, a todo o momento". Além disso, pontuaram que "você precisa ir até o SUS buscar o remédio e às vezes é muito difícil ir lá, gasta muito tempo".

Os jovens também expuseram a dificuldade dos atendimentos de consultas via SUS. P. contou que possui um problema na cabeça e precisa frequentar um neurologista com frequência. Contudo, ela teve um problema e precisou ser internada na mesma data que ela teria uma consulta a este especialista. Portanto, ela não conseguiu ir ao médico e precisou remarcar a consulta para a próxima data disponível: apenas em março de 2019.

A. J., durante a conversa levantou como esses problemas prejudicam a saúde mental das pessoas. P. contou que sofreu um acidente de bicicleta e, ao chegar ao hospital com vários ferimentos, se deparou com outras pessoas que também estavam muito feridas. Ela e esses outros pacientes demoraram a ser atendidos: "A gente lá machucado e um homem branco com um arranhão na cabeça foi atendido primeiro que nós. Foi aí que percebi que a gente era negro e ele, branco".

Resolução do caso

Depois da conversa, iniciou-se uma nova atividade. Os jovens foram separados em dois grupos. Um grupo deveria identificar os problemas encontrados no caso e escrevê-los em um círculo central, anotando em *post-its* laranjas os elementos que faltaram na atuação do Estado, o que não existia para auxiliar no problema e o que existia e não funcionava bem. Os elementos destacados deveriam ser colados ao redor do círculo; quanto mais perto dele, significaria que era tinha maior relevância e quanto mais afastado, menor a sua importância.

Já o outro grupo deveria identificar os elementos positivos do caso, usando *post-its* verdes para destacar serviços prestados com boa qualidade e tudo que existia e era bom para auxiliar na resolução dos problemas do caso. Os *post-its* deveriam ser pregados na mesma lógica que os do outro grupo.

Imagem 5: **Adolescentes durante a dinâmica para resolução do caso (Eixo 1)**



Fonte: FGV, 2018

Após os adolescentes construírem os cartazes, eles se reuniram na roda, novamente, para partilhar e discutir o que eles identificaram na atividade. F. partilhou que um de seus amigos do centro de convivência era alto e "gordinho" e sofreu preconceito por parte de algumas pessoas por "ter jeito de viado". O garoto ficou muito triste e se culpou pela forma como ele era. Seus amigos, então, conversaram com ele sobre para não deixá-lo triste nesta situação.

Enfim, os cartazes foram apresentados, contendo os elementos positivos e negativos que já haviam sido discutidos anteriormente. A partir disso, os adolescentes começaram a formular propostas para solucionar os

problemas encontrados. Vale ressaltar que, como ponto positivo, os jovens apontaram o apoio da família que era crucial para ajudar no enfrentamento das dificuldades de um deficiente.

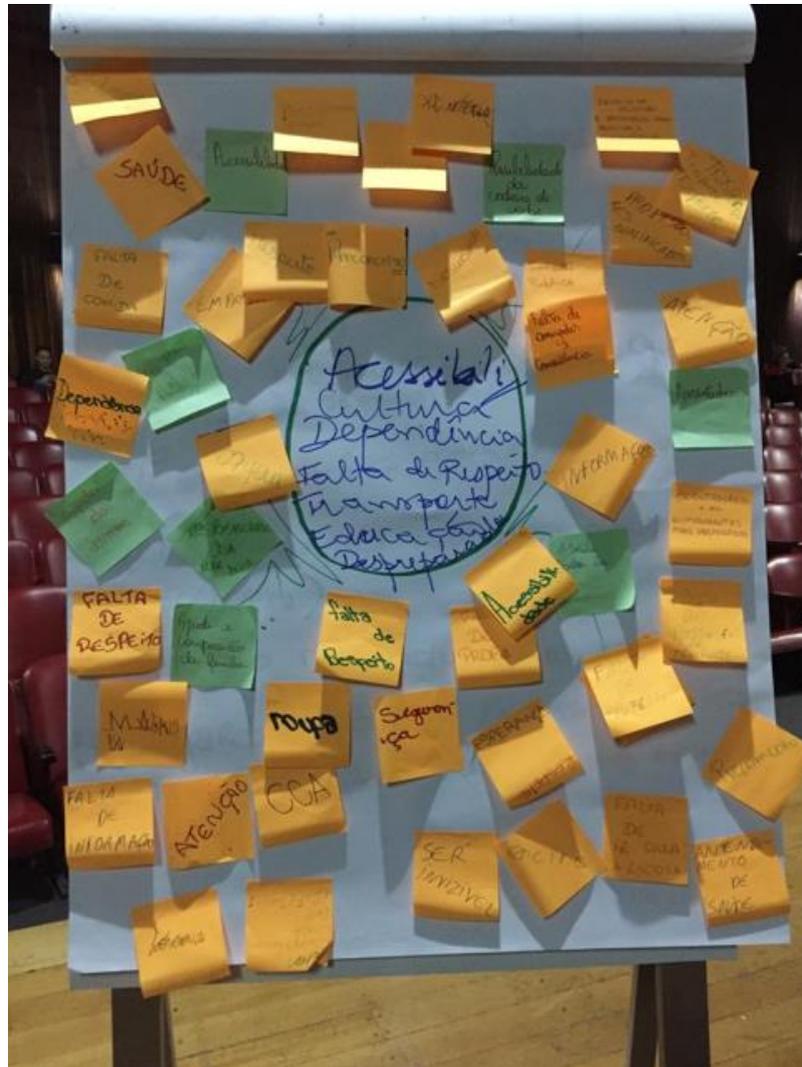
Imagem 6: **Pontos positivos e negativos relativos ao caso**



Fonte: FGV, 2018

Após a pausa para o almoço, foi proposto que os integrantes do grupo jogassem "escravos-de-jó", como forma de, ao mesmo tempo, descontração e de estimular a cooperação e o foco dos adolescentes. Depois da brincadeira, os jovens selecionaram quais seriam as propostas finais para serem apresentadas na plenária final. Feito isso, eles realizaram a seleção de dois membros para fazer a leitura das propostas na plenária. Por meio de uma votação, foi decidido quem apresentaria. Por fim, a última atividade proposta foi que cada adolescente desenhasse, escrevesse um texto, poema ou poesia sobre o que tinha sido o momento de debate do grupo temático para ele. Cada um recebeu uma folha branca e uma caneta para representar.

Imagem 7: **Pontos positivos e negativos relacionados ao caso (Eixo 1: Adolescentes)**



Fonte: FGV, 2018

Elaboração das propostas gerais

As propostas que foram apontadas para solucionar os problemas apontados a partir do caso foram as seguintes:

1- Toda escola deve ter infraestrutura para atender as pessoas com algum tipo de deficiência.

Os jovens encaram a necessidade de as escolas estarem preparadas para receber todas as pessoas que tenham algum tipo de deficiência.

Uma jovem relatou que na sua escola tinha banheiro para cadeirantes, mas não tinha rampa de acesso, apenas escadas. A acessibilidade é necessária para que todos aqueles que possuem alguma deficiência tenham o direito de ir aos lugares.

2- Todos profissionais da escola devem ser preparados para receber alunos com deficiência.

Os adolescentes discorreram sobre a capacitação dos professores para dar aula àqueles alunos que possuem deficiência visual ou auditiva. Ao longo da conversa, eles chegaram a conclusão de que todos os funcionários da escola deveriam ter formação para comunicar com essas pessoas. Assim, seria exigido o curso para todos da escola.

3- Cursos de capacitação de libras e braille gratuitos aos finais de semana.

Forma encontrada pelos jovens de fazer com que a população saiba se comunicar com pessoas que possuem alguma deficiência. A escola do curso ser gratuito é para que mais pessoas tenham acesso e aos finais de semana é o tempo livre que muitas pessoas têm.

4- Campanhas nas redes sociais e mídias.

Campanhas nos meios de comunicação para que as pessoas tenham conhecimento do ECA. Foi sugerida a ideia de um canal na televisão que tratasse dos direitos dos adolescentes e das crianças.

5- Adaptar os espaços públicos para receber os deficientes, incluindo espaços de lazer, shoppings, parques, etc.

Os jovens querem que as pessoas com alguma deficiência possam frequentar todos os espaços, pois isso ajuda na inclusão deles. Um jovem pontuou que os parquinhos deveriam ter acessibilidade, pois onde ele costuma ir não tem. Ademais, A.J. pontuou que aqueles com deficiência devem ter acesso aos CCA's, o que promove a integração.

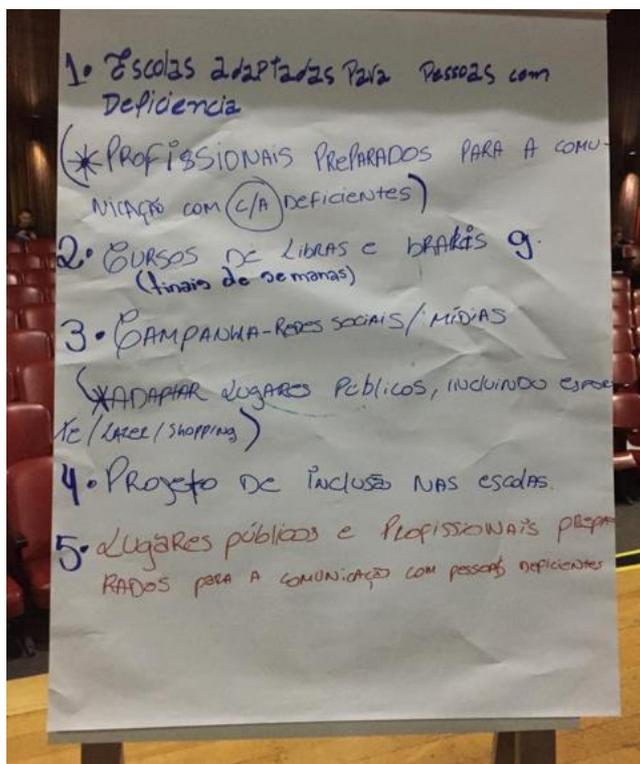
6- Projetos de inclusão nas escolas.

L. apontou que os deficientes devem participar das escolas e ter projetos que auxiliem na integração deles. Assim, os alunos também podem ajudar na inclusão dessas pessoas.

Uma proposta apresentada foi a de criação de um número de telefone exclusivo para as crianças e adolescentes realizarem qualquer tipo de denúncia que infrinja seus direitos. Contudo, K. comentou que as jovens e crianças devem ligar para o Conselho Tutelar e que, portanto, já existiria um número para tratar desses casos. Parte do grupo concordava com a criação do número, mas houve uma votação e eles opinaram por não manter essa proposta.

Todos os membros do grupo auxiliaram na criação das propostas e debateram sobre a importância de cada uma delas para resolver os problemas de acessibilidade e inclusão dessas minorias. K. escreveu todas elas na folha branca central.

Imagem 8: Propostas finais - Eixo 1: Adolescentes



Fonte: FGV, 2018

Imagem 9: Adolescentes integrantes do grupo de Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social



Fonte: FGV, 2018

Eixo 2	Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes
Grupo 3	Crianças

Participaram dessa oficina 9 crianças, na faixa etária dos 9 aos 13 anos, representando os bairros Jardim Peri Alto/Cachoeirinha (2), Jd. São Luís/M'Boi Mirim, São Mateus, Sé (3), Cangaíba/Penha e Jd. Silveira/Parelheiros. Das 9 crianças, 8 estudavam em escola pública e uma em escola particular. As atividades do Grupo 3 ocorreram em uma sala, na Galeria Olido, que foi dividida com os adolescentes do Grupo 4.

Apresentação e conversa sobre a Conferência

Inicialmente, a mediadora perguntou às crianças se já haviam participado de alguma conferência e se sabiam como ela funcionava e qual era sua função. Todas, com exceção de uma menina, já haviam participado das Conferências Regionais e conheciam seu funcionamento. Como já estavam familiarizadas com o tema, a mediadora perguntou às crianças se sabiam o que eram direitos humanos.

Nesse momento, as crianças começaram a definir o termo, de maneira espontânea: "direito das pessoas"; "direito de usar ônibus"; "de pagar por um serviço"; "de uma alimentação saudável" ; "direito ao lazer, à moradia, à saúde"; "direito de ir e vir". Uma das crianças pontuou: "você pode ter direito sem pagar, mas alguns você tem que pagar, tipo o ônibus" e "se a pessoa não tem dinheiro para pagar o ônibus, ela pode pedir carona, ou ir andando, ou passar por baixo da catraca".

A mediadora questionou se, caso alguém não tenha dinheiro para pagar por um serviço, se não deve ter direito de acessá-lo. As crianças disseram que todo mundo paga de qualquer maneira. Uma delas afirmou: "Tudo que a gente compra tem que pagar imposto, você já viu na nota do papel? A gente tem direito por que a gente paga imposto". A facilitadora perguntou: "e quando se deve pagar pelo serviço, para além do imposto que vocês comentaram, o direito de ir e vir está sendo respeitado para todo mundo?". As crianças começaram a contar vários casos em que alguém foi expulso de ônibus por não ter pagado.

As crianças e a mediadora apresentaram-se usando uma bolinha de tênis: quem pegasse a bolinha deveria dizer seu nome, sua idade e como gostariam de ser chamados. Após a apresentação, foi realizada uma dinâmica, intitulada jogo do nó, que tinha como intuito estimular o contato entre as

crianças, antes de iniciar a discussão sobre violência. Todas as crianças se levantaram, deram as mãos em roda, e começaram a "enroscar-se" umas nas outras. Depois de elas "enroscarem-se", tiveram que achar um meio de voltar à disposição inicial inicial, em roda.

Introdução aos tipos de violência

Superada a fase inicial da oficina, quando a facilitadora propôs conversa sobre "o que é violência" para as crianças, surgiram algumas definições, inicialmente: violência policial, psicológica, física e doméstica. Uma das crianças, selecionada pelo grupo, anotou os conceitos no *flip chart*. Aprofundou-se a discussão sobre violência doméstica. Foram abordadas as seguintes questões: será que os homens sofrem violência doméstica?; E as mulheres?; E as crianças?

G. sinalizou que a violência pode acontecer com os gays, dentro de casa e, a partir disso, a facilitadora propôs uma conversa sobre homofobia. As crianças afirmaram que homofobia também é uma violência e registram isso no cartaz. Sugeriram, então, outros termos: *bullying* – enquadrado como violência psicológica, segundo M.; feminicídio; violência estrutural; machismo.

Iniciou-se uma discussão sobre a diferença entre feminicídio e machismo: as crianças concluíram que feminicídio sempre passa pelo machismo, mas que nem todo machismo resulta em feminicídio. As crianças seguiram propondo muitas definições sobre violência: genocídio; racismo; preconceito; violência verbal; violência de gênero. Uma delas falou em racismo, novamente, o que instigou o debate sobre a existência, ou não, de racismo reverso. M. diz: "se um branco sofre preconceito, vai ser uma coisa pontual, só com ele".

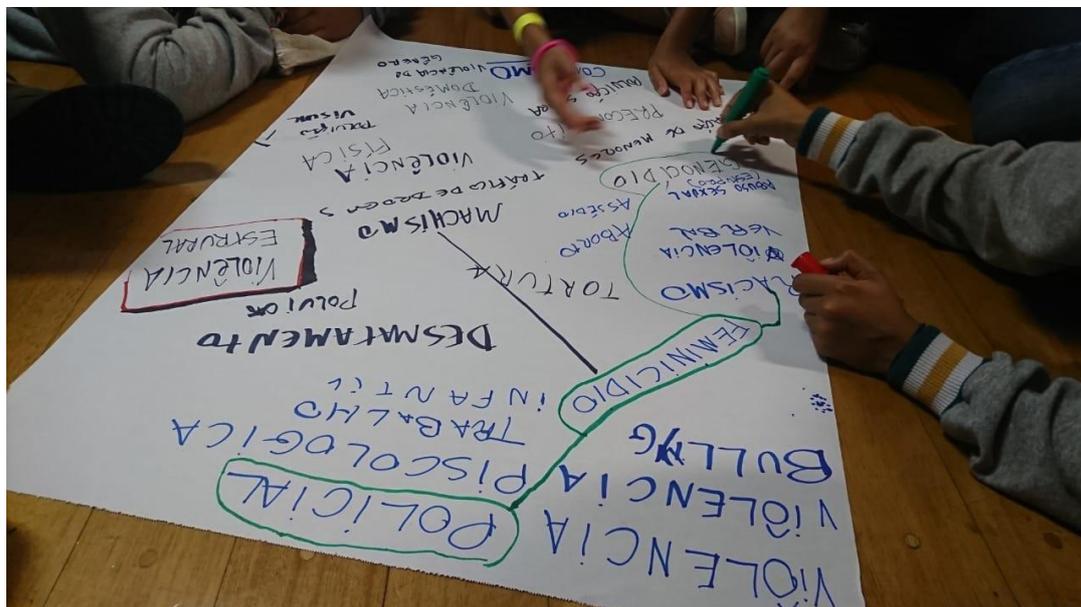
A partir dessa discussão, a facilitadora explicou o racismo estrutural e a violência estrutural. Em meio à explicação, uma criança falou em "desmatamento", o que fez com que as crianças se perguntassem se isso era, ou não, uma forma de violência. Elas concluíram que sim, pois era uma agressão às árvores e aos seres humanos, que dependem delas.

Após essa discussão, disseram também que a poluição é uma violência. A mediadora, então, propôs uma reflexão sobre as causas da poluição. Em um primeiro momento, as crianças pensaram a poluição a partir de uma perspectiva de responsabilização individual, trazendo exemplos como jogar lixo no chão. A facilitadora passou a fazer perguntas e provocações para ampliar essa reflexão, trazendo à tona questões relacionadas, por exemplo, às produções industriais em grande escala. Ao longo da discussão foi se criando um consenso acerca do papel fundamental do consumo nessa produção exacerbada; o consumismo, portanto, também foi declarado uma violência.

Seguiram-se, então, outros apontamentos do grupo: “trabalho infantil; exploração; tráfico de drogas, de animais, de órgãos; aborto”. O tema do aborto suscitou uma discussão, conduzida pela facilitadora, que perguntou às crianças porque o aborto seria uma violência, ao que elas responderam: “Um bebê é uma benção de Deus. Se Deus deu ele pra nascer, por que não vai nascer?”, “É uma violência contra o bebê, ué?”, “Se não quer ter não faz, ou usa camisinha”. Após esses comentários, o grupo definiu, de forma unânime, o aborto como uma violência.

Os próximos termos apontados foram “abuso sexual; tortura; e assédio”. Os meninos e as meninas começaram a contar sobre filmes que já viram sobre estupros, após uma discussão sobre a diferença entre abuso e assédio. O tema do aborto foi trazido à tona novamente por uma das meninas e em seguida, pela mediadora, que questionou se, nos casos de estupro, o aborto deveria seguir sendo visto como uma violência. As crianças que se manifestaram mostraram opiniões diferentes sobre o assunto; um menino, em especial, seguiu insistindo no aborto como violência. Não se chegou a uma conclusão e a discussão perdeu o foco. A mediação sugeriu, então, um exercício em que as crianças deveriam ligar com canetinhas as violências que se conectam de alguma forma. A folha do *flipchart* foi trazida para o centro da roda e as crianças fizeram o exercício coletivamente.

Imagem 10: Crianças do Grupo 3 registrando formas de violência após o debate



Fonte: FGV, 2018

Leitura e apresentação do caso

Nesse momento, ocorreu a discussão do caso abaixo, baseado em fato real, ocorrido em Praia Grande, no ano de 2018⁶.

Adrielle, de 12 anos, foi chamada de “macaca” por colegas na escola. Sua mãe foi avisada por outra mãe, que a orientou a fazer um B.O. A diretora da escola informou que sabia o nome da agressora, que falaria com a mãe dela e disse para a mãe de Adrielle não se preocupar, já que ela trabalhava longe. Porém, nada foi feito, até que a agressora foi até a casa da Adrielle para bater nela. Aí, a mãe descobriu que a diretora só contatou a mãe da agressora quando uma terceira criança tomou as dores da menina agredida. Adrielle, triste, ficou uma semana sem ir à escola. Depois das férias de julho agora, Adrielle voltou a ser agredida, recebendo uma carta que a chamava de macaca, dizendo que ela fedia. Na escola, a criança foi orientada a entregar a carta à diretora e não

⁶ AMARO, J. Mãe denuncia ameaças de morte e racismo contra filha de 12 anos em escola: 'Macaca'. **G1**. Santos, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/08/24/mae-denuncia-ameacas-de-morte-e-racismo-contra-filha-de-12-anos-em-escola-macaca.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2018.

contar o caso à mãe. A mãe fez outro B.O. e pediu a transferência da filha para outra escola. Ao chegar à escola, foi questionada pela diretora por isso. Após o episódio, a mãe fica ligando para a filha o tempo todo para saber se está bem. A Secretaria de Educação do município repudiou o ato, acolhendo a mãe e adotando medidas de segurança para a filha. A agressora foi encaminhada ao conselho da escola para avaliação de sanções disciplinares.

Como opção metodológica o caso foi apresentado ao grupo de forma progressiva. Inicialmente, as crianças receberam os trechos a seguir, e foram lendo-os aos poucos.

1- Uma menina de 12 anos foi vítima de brincadeiras desagradáveis por parte de uma colega de uma escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo.

2- Uma menina de 12 anos foi vítima de brincadeiras desagradáveis e ofensas por parte de uma colega de uma escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo.

3- Uma menina de 12 anos foi chamada de fedida por parte de uma colega de uma escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo.

4- Uma menina de 12 anos ouviu que apanharia de uma colega de uma escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo.

5- Uma menina de 12 anos foi chamada de negra, vagabunda e macaca por parte de uma colega de uma escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo.

6- Uma menina de 12 anos recebeu uma ameaça de morte por parte de uma colega de uma escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo.

Imagem 11: **Crianças do Grupo 3 lendo trechos do caso**



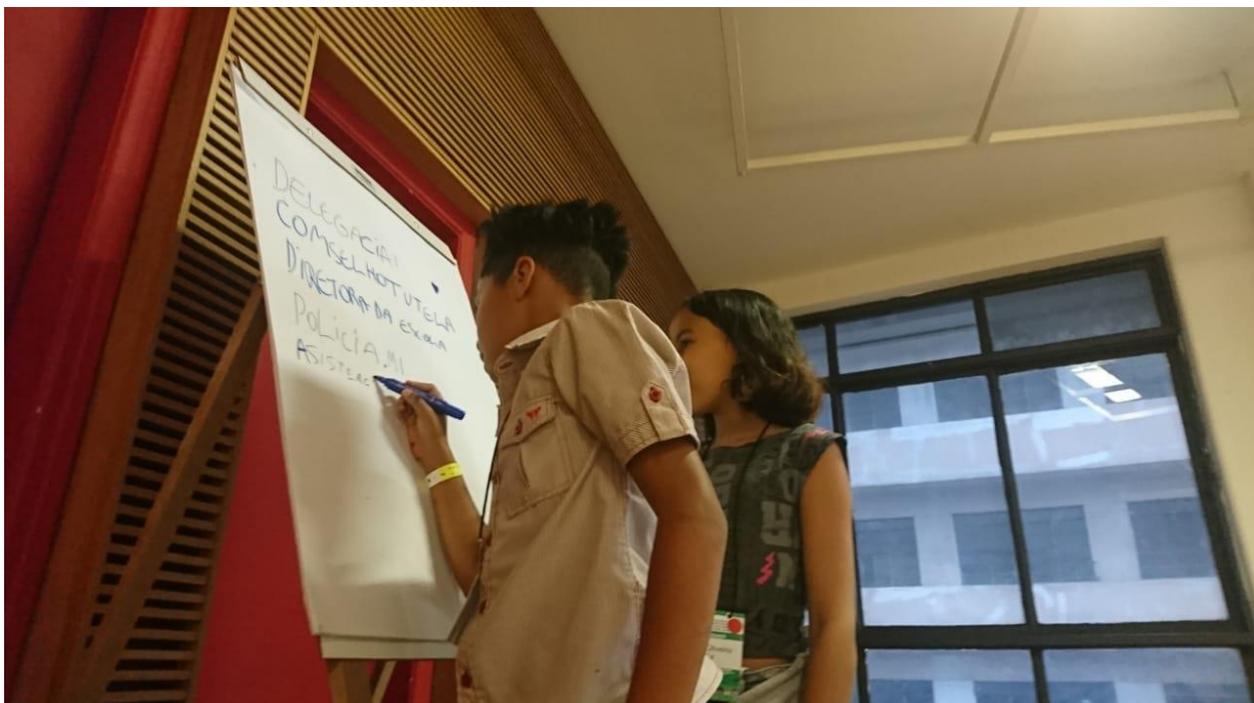
Fonte: FGV, 2018

As crianças dividiram-se para a leitura dos trechos, e discutiram o tipo e a gravidade de violência apresentada a cada momento. O primeiro trecho foi lido por V.; nele, as crianças disseram ocorrer violência verbal e princípio de violência psicológica. J. leu o segundo, e as crianças disseram tratar-se de uma "ofensa"; o termo, portanto, foi acrescentado à lista de violências. Nesse sentido, o grupo discutiu a seguinte questão, proposta pela mediação: "quem define o que é ofensa ou brincadeira?". O grupo não encontrou uma resposta comum para a pergunta que, rapidamente, transformou-se em uma discussão sobre a quem se deve recorrer quando se é ofendido. Citaram, então: a diretoria da escola, a polícia e o Conselho Tutelar.

Nesse momento, a facilitadora sugeriu que as crianças escrevessem em outro papel todos os lugares que as crianças identificaram como possíveis redes de apoio em casos de violências⁷. As crianças assumiram a escrita dessa lista, revezando-se na função.

⁷ Embora essa etapa estivesse prevista para o próximo momento da oficina, avaliou-se que faria sentido aproveitar que o tema foi trazido pelas crianças e já iniciar este levantamento ao longo da discussão sobre o caso.

Imagem 12: Crianças do Grupo 3 registrando possíveis redes de apoio para casos de violência



Fonte: FGV, 2018

A. leu o terceiro trecho e as crianças reiteraram a fala de que o caso se tratava de ofensa e violência psicológica. O quarto trecho foi lido por G.; as crianças concluíram que o relato se tratava de uma ameaça, o que era mais perigoso e violento, pois deixava o outro além de triste, com medo. Ao ler o quinto trecho, A. apontou que foi racismo. As crianças concordaram. O termo vagabunda foi ignorado inicialmente, mas, com o apontamento da facilitadora, as crianças discutiram se isso é machismo. A. disse que não, pois era uma menina falando. Os outros disseram que mulher também podia ser machista e M., convencida, disse que também foi machismo, portanto.

C. leu o último trecho e as crianças se assustaram, dizendo que elevou muito o nível de violência. "Quem ela deveria procurar?", indagou a mediadora. As crianças responderam: "a assistência social, a polícia, o psicólogo". Ainda, perguntou onde as pessoas poderiam procurar apoio psicológico. A. respondeu: no CAPS, CRAS, CCA ou posto de saúde. Nesse momento, as crianças disseram não saber o que é CAPS, e A. explicou aos colegas que sua mãe vai lá para "liberar o estresse". A. L. disse que o irmão também frequenta um.

No final desse momento, foi feita a leitura do caso completo. As crianças ficam indignadas com o encaminhamento (ou falta dele) que foi dado ao caso, em que nada foi feito e Adrielle foi agredida novamente.

Resolução do caso

A partir da pergunta da mediadora "O que deve ser feito para evitar que o caso de Adrielle aconteça novamente, e, caso aconteça, o que deve ser feito?", as crianças começaram a construir o mapa de resolução do caso. M. relatou: "as escolas dizem que repudiam o bullying, mas não fazem nada sobre ele. Deveriam fazer. Não fazem nada para as crianças saberem que não pode fazer as violências: racismo, homofobia, machismo, gordofobia. Também deviam fazer peças de teatro".

Uma das crianças sugeriu que a agressora fosse expulsa da escola, mas A. L. apontou que isso apenas iria piorar a situação, pois ela chegaria mais ressentida e com mais raiva na nova escola. Foi feita a sugestão de que a agressora seja encaminhada para um/a psicólogo/a. Além disso, concluíram que deveria ser feito um trabalho com a família da agressora, para tentar entender o porquê dessa atitude.

Em seguida, disseram que a agredida também deveria ser encaminhada a um auxílio psicológico e, por isso, iniciou-se uma discussão sobre quem deveria ir primeiro - a agredida ou a agressora. Não chegaram em uma conclusão. Disseram, por fim, que apenas em último caso uma transferência de A. Adrielle deveria ser considerada.

Em seguida, as crianças foram convidadas a contar, caso sentissem-se confortáveis, eventuais casos de violência que já tivessem passado. C. pontuou que já sofreu gordofobia, que se manifestou em violência física, com gente que ela não conhecia tocando nela de maneira desrespeitosa e verbal, quando a xingavam. Disse que já sofreu racismo também. M., inicialmente, disse que não sofre nenhuma violência, porém, quando algumas crianças a contestaram, percebeu que já sofreu racismo e gordofobia. G. contou que, quando estava na EMEl, sofria gordofobia, mas agora emagreceu e não sofre mais. A. começa a falar que nunca sofreu violência, mas que a mãe dele o bate e agride verbalmente, como se isso não fosse violência. Ele se mostrou bastante acuado e retraído. V. contou que já precisou fazer uma cirurgia e teve que atravessar a cidade para fazê-la, que isso é uma violência.

Discutiram sobre violência de Estado e a acrescentaram ao *flipchart*. G. S. compartilhou que já sofreu violência verbal quando, em um CCA, foi xingado de "japonês da Paraíba", por ter ascendência japonesa. Contou, também, de um caso de violência policial que ocorreu com seu avô que foi assassinado pela polícia. Segundo ele, o avô foi visitá-lo na casa dele e, quando seu pai deixou o avô no ponto para que ele voltasse, ele ouviu barulhos de tiro. Depois, descobriram que a polícia havia dado seis tiros nas costas do avô, por acharem que estava envolvido no tráfico da região. Em seguida, G. S. disse

que estava “com medo do Bolsonaro eleito, que vai deixar policial matar quem quiser”.

Elaboração das propostas

Após a pausa para o almoço e a realização de algumas dinâmicas com as crianças, a mediadora propôs que cada um pensasse, individualmente, em propostas para o enfrentamento da violência. No entanto, as crianças sugeriram que fizessem coletivamente, e a facilitadora acatou a sugestão.

Um dos meninos, porém, não estava participando da dinâmica, alegando que aquilo não ia servir de nada e que não queria pensar. Após algumas tentativas da facilitadora e da relatora de incluir o menino, ela propôs que fizessem uma espécie de um livro de propostas, escrevendo-as em todos os post-its, para que quando o bloco fosse aberto todas apareceriam. Aos poucos, algumas crianças interagem com ele, sugerindo propostas. No total, foram escritas 15 propostas: “Melhoria nos postos de saúde; Ajudar morador de rua; Criança e idoso com preferência no ônibus; Assistência social ajudar os idosos; Exame psicológico para ser policial; Palestra nas escolas sobre racismo; Homofobia não pode acontecer; Ser solidário; Não ter corrupção; Ser compreensivo; Não deixar a ditadura voltar; Não acabar com as conferências; Jovens e crianças se encontrarem com assistente social todo mês; Acabar com o aborto; Iluminação noturna; Mais segurança nos bairros; Ruas mais limpas e Melhores estruturas nas escolas”.

Imagem 13: **Propostas gerais desenvolvidas pelo Grupo 3 para o enfrentamento à violência**



Fonte: FGV, 2018

Ao mesmo tempo, o restante das crianças criou um processo, de maneira bastante autônoma, para registrar propostas que tinham construído coletivamente.

O primeiro ponto trazido pelas crianças foi o desejo de propor algo que pudesse ajudar na prevenção de situações de violência. Disseram, também, do desejo de pensar propostas que amenizassem a violência policial. Fizeram uma reflexão de que a melhor coisa para isso era garantir a eles boas condições de trabalho e processos de conscientização, especialmente sobre racismo. A questão do desejo de evitar situações de racismo, então, tornou-se o foco do debate. Por fim, as crianças começaram a conversar sobre violências do Estado, chamando atenção, especialmente, para a condição do sistema básico de saúde. Justamente nesse momento, duas servidoras da secretaria da saúde passaram na sala para acompanhar um pouco a atividade. Ao ouvirem a proposta das crianças, que falava “da necessidade de melhorias nos postos de saúde”, elas intervieram na conversa pedindo que especificassem que melhorias eram essas. Dessa forma, essa proposta acabou ficando bastante exemplificada.

As crianças então, dividiram-se em vários grupos para especificar as propostas. Algumas produziram pequenas frases, outra escreveu as propostas no papel “oficial” da Conferência, outras ilustraram o cartaz. Elas foram

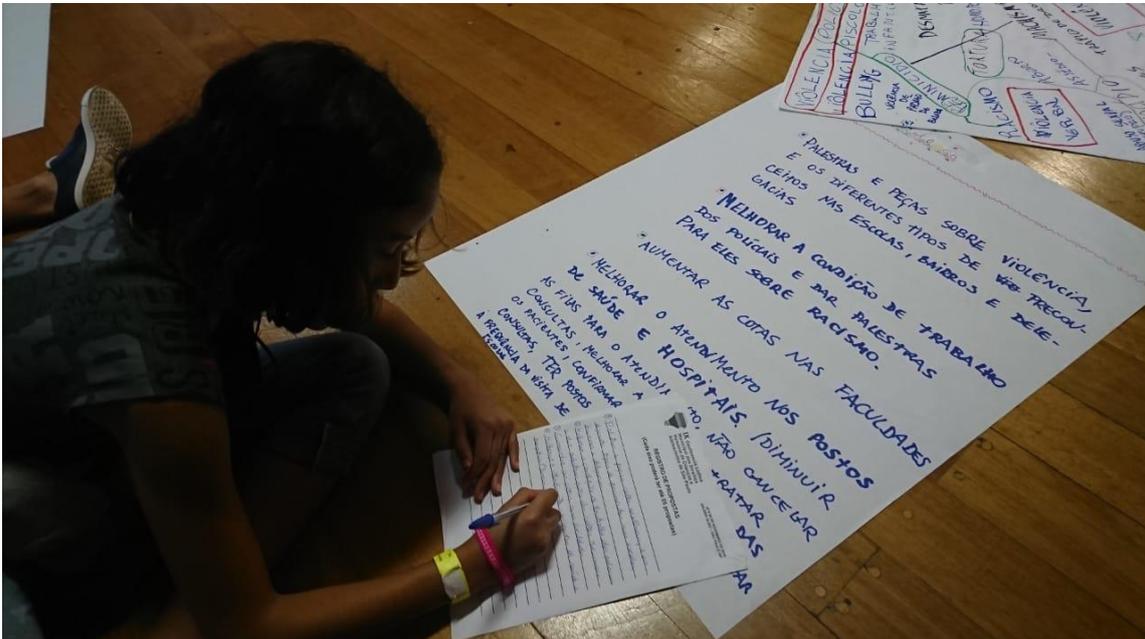
assumindo e dividindo entre si as diferentes tarefas definidas pelo próprio grupo.

Imagem 14: Crianças do Eixo 2 no processo de elaboração de propostas para o enfrentamento à violência



Fonte: FGV, 2018

Imagem 15: Crianças do Eixo 2 no processo de elaboração de propostas para o enfrentamento à violência



Fonte: FGV, 2018

Propostas gerais

Ao invés de terem sido definidas propostas gerais para, depois, elencar as propostas que seriam encaminhadas, o grupo estabeleceu macro temas, a partir dos quais seriam elaboradas as propostas. Os pontos principais da discussão foram:

- 1- Propor algo que pudesse ajudar na prevenção de situações de violências;
- 2- Reduzir situações de violência policial (tendo para isso foco na garantia de boas condições de trabalho e situações de conscientização desses/as profissionais, especialmente sobre racismo);
- 3- Luta contra o racismo;
- 4- Questões diversas sobre violências do Estado (especialmente a condição do sistema básico de saúde).

Eixo 2	Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes
Grupo 4	Adolescentes

Participaram da oficina para elaboração de propostas para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes 20 adolescentes, na faixa etária dos 12 aos 17 anos, representando os bairros M'Boi Mirim (3), Jardim Tietê, Sapopemba/Aricanduva, Ermelino Matarazzo/São Miguel, Vila Progresso/São Miguel, Vila Prudente, Cidade Tiradentes, Cidade Julia/Cidade Ademar, Capão do Embria/Aricanduva, Promorar/Sapopemba, Campo Limpo, Vila Rica (2), Jardim da Saúde, Freguesia do Ó/Vila Nova Cachoeirinha, São Mateus, Fazenda da Juta/Sapopemba e República. Dos 20 adolescentes, 17 estudavam em escola da rede pública, 1 em escola privada e 2 não declararam. As atividades do Grupo 4 ocorreram em uma sala, no segundo andar da Galeria Olido, que foi dividida com as crianças do Grupo 3.

Apresentação e conversa sobre a Conferência

O facilitador da FGV iniciou a conversa com os adolescentes falando sobre a importância da Conferência, do seu tema e do seu papel no processo da construção do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Motivou os jovens a falar o que pensavam sobre esse espaço. Suas falas valorizaram bastante a importância da participação das crianças e dos adolescentes na formulação de propostas que os afetariam diretamente. Alguns deles, como G., questionaram sobre os reais impactos das Conferências Regionais, das quais tinham participado, indagando se elas teriam algum efeito ou se seriam desconsideradas. O mediador respondeu dizendo que as propostas elaboradas nas Regionais eram o ponto de partida para que os adolescentes construíssem as propostas da Lúdica

Nesse debate, os jovens foram convidados a falar sobre os direitos da criança e do adolescente conforme previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pontuaram os direitos à alimentação, educação, segurança, etc. O mediador, então, destacou o direito à vida, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, que dialogavam mais diretamente com o tema da violência - todos foram unânimes sobre o caráter essencial desses direitos.

Em seguida, além de apresentarem-se uns para os outros, cada adolescente foi, também, convidado a falar qual era o tipo de violência que mais os preocupava. Nesse sentido, diversos temas surgiram como misoginia, violência

verbal, racismo, violência contra grupos LGBT, *bullying*, violência sexual, dentre outros.

Imagem 16: Adolescentes do Eixo 2



Fonte: FGV, 2018

Introdução aos tipos de violência

Dando continuidade ao debate instigado anteriormente, os jovens foram estimulados a desenvolver suas ideias acerca dos diferentes tipos de violência. G., por exemplo, destacou o impacto da violência verbal, quando, por exemplo, uma pessoa ofende a outra por causa do seu peso: "Às vezes falam, né, 'você está muito gordinha', e isso machuca". Também foram pontuadas a violência doméstica e contra a mulher, a violência existente no descaso do Estado com a população, o preconceito contra usuários de drogas e contra moradores de rua, e a violência policial. Todos esses tipos de violência foram registrados no *flipchart*.

O suicídio, como fruto das violências existentes e sofridas pelos adolescentes, teve também bastante destaque na discussão. O mediador comentou que estudos recentes revelam que o número de suicídios no Brasil, entre crianças e adolescentes, tem crescido muito nos últimos anos. Os adolescentes problematizaram o descaso e as críticas às pessoas com pensamentos suicidas, em especial os adolescentes. Muitos deles conheciam adolescentes que sofriam de depressão e tentaram suicídio. W., por exemplo, contou de

uma pessoa que estudava em sua escola e era sabidamente depressiva, e, depois de sua doença ser ignorada e tida como frescura, acabou por se suicidar.

Uma das meninas, então, compartilhou que passava por uma situação parecida, mas recebeu, em sua escola, ajuda do Conselho Tutelar, que, depois de dois meses de demora, providenciou para ela uma psicóloga. Mesmo exaltando a importância da existência desse serviço, ela criticou a demora do atendimento: "Imagina o que eu poderia ter feito nesses dois meses?". Todos, então, concordaram com a importância do Conselho Tutelar que, embora seja mal interpretado por muitas pessoas que acreditam que ele sirva "apenas para tirar crianças de famílias problemáticas", tem uma grande relevância para a prevenção do suicídio e para fortalecer o envolvimento da família, dos colegas e de instituições públicas, como a própria escola, nesse tema.

Em relação ao tema da inclusão das pessoas com doenças psicológicas na sociedade, G. mencionou a inclusão dos deficientes físicos nas escolas, considerando a negligência dada à acessibilidade.

O mediador destacou, ao final desse debate, que boa parte dos tipos de violência abordados pelos adolescentes era simbólica e indireta, causando grandes sofrimentos psíquicos. Chamou-se a atenção para o fato de que, mais do que agressões físicas e mesmo homicídios, violências simbólicas e verbais foram especialmente destacadas pelos adolescentes.

Pegando esse gancho e destacando um ditado popular típico no Brasil para tratar da violência simbólica e cultural, Marcello citou "Em briga de marido e mulher não se mete a colher". Os adolescentes começaram a debater o tema, refletindo sobre as atitudes a serem tomadas pelas testemunhas de violência doméstica. Enquanto uns defendiam uma intervenção imediata, outros acreditavam ser importante falar primeiro com a mulher vítima de violência antes de tomar uma atitude.

Leitura e discussão do caso

Nesse momento, ocorreu a discussão do mesmo caso apresentado para o grupo de crianças que estava trabalhando o Eixo 2 - sobre a menina Adrielle, que sofreu diversos tipos de violência na escola devido à sua cor de pele -, de modo a estimular que todos os adolescentes discutissem a questão da violência a partir de um problema em comum.

Foram apresentadas as seguintes perguntas para os jovens, como forma de conduzir a discussão:

- 1) Que tipo de violência se manifestou? Como se sentiu Adrielle?
- 2) Como avalia o papel da diretora? Ela agiu corretamente?
- 3) Qual foi o comportamento da colega de escola? Qual deve ser o papel de colegas de escola?
- 4) Qual deve ser o papel da Secretaria de Educação, que cuida da maneira como todas as escolas devem funcionar?
- 5) O que fazer para prevenir essa violência, evitar esse preconceito?
- 6) A quem recorrer contra essa violência?
- 7) Como esse caso se relaciona com os direitos de crianças e adolescentes?

Os participantes foram convidados a formar duplas para tentar responder às questões acima levantadas. Após unirem-se em roda, novamente, começaram a debater o caso sob a perspectiva de um episódio de *bullying*. W. destacou o problema do *bullying* como "cíclico", já que em sua visão, "todo mundo que faz *bullying* já sofreu", porque "as pessoas se sentem superiores ao fazer o outro se sentir mal consigo mesmo".

Depois disso, passaram a analisar a questão dos atores envolvidos, e criticaram a postura omissa adotada pela diretora, que mesmo sabendo da violência, incentivou que a mãe da vítima não tomasse nenhuma atitude. A postura da mãe também não foi vista como adequada, uma vez que ela desistiu de seguir com o processo. Um menino começou a criticar a omissão da Secretaria da Educação, mas foi rebatido por uma menina que disse que a diretora não permitiria que a informação chegasse até a Secretaria.

Quando incentivados pelo mediador, começaram a apontar outros atores públicos relevantes, tendo destacado, além dos já mencionados, o grêmio estudantil. Enquanto uns apontaram como ele tem um papel fundamental por poder pressionar a direção em casos como esse, outros destacaram que nem todas as escolas têm grêmio, mesmo este sendo um direito. O maior consenso neste sentido foi a ideia de haver grupos compostos por professores e alunos para dialogar e encaminhar soluções a esses casos, que poderiam ser a conscientização e punição dos agressores, a organização de debates sobre o tema, por meio da arte, e o acolhimento àqueles que sofrem agressão.

Imagem 17: Adolescentes do Eixo 2 no processo de discussão do caso



Fonte: FGV, 2018

A discussão permitiu que os adolescentes tivessem maior clareza sobre o funcionamento do Estado na região e sobre a rede de proteção existente, que poderia ajudar no caso de Adrielle, envolvendo a escola e seus agentes (alunos, professores, diretores), a polícia, a Secretaria de Educação, os conselheiros tutelares, dentre outros atores relevantes.

Resolução do caso e elaboração das propostas

Como base para o processo de elaboração das propostas, os adolescentes retomaram os tipos de violência citados anteriormente e registrados no *flipchart*, bem como os principais aspectos do caso discutido. Eles se concentraram bastante na violência nas escolas, e, nesse sentido, o mediador os incentivou a discutir, também, os outros tipos destacados por eles no início das atividades, além de abordar outros temas como drogas e criminalidade. No entanto, não foram abordadas a questão da violência doméstica, contra moradores de rua e muitas outras que haviam destacado.

Um dos principais focos na discussão foi a importância da conscientização. Muitos dos participantes destacaram a importância das Artes para esse fim, como a prática do teatro, por exemplo. Os adolescentes manifestaram, por

diversas vezes, a importância dos "projetos", que seriam uma série de atividades que envolveriam alunos e professores para discutir as diferentes formas de violência, expressando suas questões pessoais com relação a isso e fortalecendo essa conscientização.

Além disso, foi destacado que os professores e alunos poderiam se reunir em rodas de conversa sobre intolerância. Alguns demonstravam preocupação com essa ideia, já que alguns dos professores poderiam estar fechados para a discussão, podendo, eles mesmos, ser os "intolerantes". Esse problema foi solucionado com um pronunciamento sobre a importância de os docentes escolhidos serem aqueles em quem os alunos mais confiam; além disso, essas rodas contribuiriam para estimular a conscientização e o respeito por parte dos mais intolerantes. Além disso, alguns dos adolescentes propuseram que os professores passassem trabalhos que fizessem os alunos pesquisarem sobre as discriminações que existem na sociedade, com o objetivo de combatê-las.

Uma das garotas, que havia recebido apoio do Conselho Tutelar recentemente, fez com que essa instituição ganhasse foco no debate. O grupo chegou à conclusão de que seria importante aumentar as unidades e a quantidade de membros trabalhando nos Conselho Tutelar nos bairros, garantindo visitas periódicas às escolas. O grupo apontou, de modo geral, a importância de haver uma rede completa de proteção, que envolvessem assistentes sociais, psicólogos e conselheiros na escola para tratar de casos de violência. A mesma menina criticou o estigma contra psicólogos, refutando a ideia de que psicólogo é "pra louco".

Inspirados no caso de Adriele, em que a diretoria se mostrou omissa, muitos adolescentes falaram sobre a importância de existir um grupo que proteja, no cotidiano, os alunos de situações de opressão nas escolas. Esses conselheiros poderiam ser ou adultos, ou até mesmo alguns dos próprios alunos, que serviriam de mediadores. Alguns deles foram bastante favoráveis ao protagonismo das crianças e dos adolescentes e, nesse sentido, enfatizou-se a importância de se eleger, democraticamente, alunos que se destacam na escola, para representar os alunos frente a casos de intolerância. Outros acrescentaram a necessidade de haver, também, consultores adultos, como professores, de modo a estreitar relações nas escolas e a ter maior impacto no combate à violência nesse ambiente.

O aumento da rigidez da punição aos agressores foi abordado, dividindo opiniões. Uma jovem comentou que embora seu pai já tenha sido preso uma série de vezes, recebendo penas cada vez maiores, ele continua cometendo crimes; nesse sentido, ela não enxerga uma associação entre punições muito rígidas e a redução da violência. Também, foi pontuada, brevemente, a questão da diferença do acesso à justiça por diversas classes sociais, e o grupo, como um todo, criticou duramente essa situação.

Conduzindo a discussão, o mediador lembrou os adolescentes sobre os outros tipos de violência registradas no *flipchart*, inicialmente, como a questão das drogas. Foi enfatizada a importância dos CAPS, como forma de apoiar os jovens usuários de drogas. Ninguém discordou da importância dessa instituição, e chegou-se ao consenso de que sua participação deveria constar dentre as propostas finais. A ideia apresentada, então, foi a de expandir o atendimento do centro, focado, hoje, nos adultos.

Eixo 3	Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes
Grupo 5	Adolescentes

A realização da oficina sobre este eixo temático teve como público apenas os adolescentes, uma vez que se considerou um tema muito abstrato e complexo para lidar com crianças de até 12 anos. Participaram 30 adolescentes, na faixa etária dos 12 aos 17 anos, representando os bairros Butantã (5), Penha (4), Cidade Tiradentes (2), M'Boi Mirim (4), Vila Prudente, Capela do Socorro, Cachoeirinha, Santo Amaro, Ipiranga, Casa Verde (2), Cidade Ademar, Jabaquara, Perus, São Mateus (2), Pinheiros e Brasilândia. Dos 30 participantes, 27 indicaram que estudavam em escolas da rede pública e 3 não declararam. A atividade ocorreu em uma sala no segundo andar da Galeria Olido, destinada unicamente ao grupo de adolescentes.

Introdução ao orçamento e ao financiamento de políticas públicas

Inicialmente, o mediador da FGV apresentou os principais conceitos relativos ao tema de orçamento e financiamento de políticas públicas; diferenciou as despesas das receitas, o investimento do custeio, além das principais atribuições do poder executivo municipal e de suas responsabilidades, elencando a importância das escolhas sobre como será realizado o financiamento das políticas públicas.

O mediador perguntou como e com o quê um prefeito gasta o orçamento público, "o dinheiro". As respostas foram variadas: "com reformas", "serviços e manutenções", "com medicamentos", "com segurança", além de "meio ambiente", de "cultura" e de "transporte".

Chegou-se à conclusão de que "poderíamos passar a manhã toda falando de como a prefeitura poderia gastar". Quando a reflexão tocou no cotidiano das finanças da casa de cada um(a), foi gerado maior interesse por parte dos adolescentes. Todos disseram que os pais possuem muitas despesas – e que algumas são exigências diretas dos adolescentes, por exemplo, como a "internet em casa" ou as despesas latentes para com a escola. Os adolescentes iniciaram argumentações centradas em dois eixos: que a maioria das pessoas "só gasta bem às vezes" e que "a falta de dinheiro é um problema". Os termos principais das discussões foram sendo registrados no *flipchart*.

O debate é mantido quando o facilitador diz que "A prefeitura sabe o que têm para gastar, mas, não sabe como vai gastar". Perguntou-se, nesse sentido, o

que era mais importante ou mais urgente para receber investimento público: a saúde ou a educação. Uma longa discussão ocorreu e chamou-se uma votação. Somente sete adolescentes consideraram mais importante gastar em educação do que em saúde: "Se você tiver saúde, mas, for 'burro', não vale a pena". A contra argumentação também vale: "Para estudar temos que ter saúde. Se eu estou doente, não vou para escola". Um grupo, que foi se tornando majoritário, defendeu a equiparação das duas posições.

O mediador explicou que esses temas são duas despesas fundamentais dos municípios, aos quais inclusive os prefeitos não podem se furtar fugir. Só a partir da definição delas que o prefeito "escolheria" como alocar o restante dos seus recursos.

Leitura e discussão do caso

Em seguida, foi feita a leitura do caso abaixo, instigando que os adolescentes pensassem em soluções para a construção de um centro cultural mobilizado por um coletivo artístico de adolescentes em um bairro periférico de uma cidade fictícia. No desafio abordado, a Prefeitura Municipal e a respectiva Secretaria de Cultura não dispunham de recursos orçamentários para fazê-lo ou mesmo para mantê-lo.

Um grupo de adolescentes de um bairro de São Paulo costuma reunir-se para ler poesias. O namorado de uma das meninas faz parte de um grupo de teatro recém criado em uma das escolas do bairro. Esse grupo de teatro está se articulando com um bloco de carnaval da região para fazerem performances juntos. Num evento organizado pelo Facebook, todos estes coletivos se reuniram pra tocar experiências. Entre as inúmeras conversas, chegaram à conclusão de que um Centro Cultural no bairro seria muito importante para terem um lugar fixo para reuniões, ensaios e apresentações. Depois de várias reuniões, mais jovens de outros tipos de ações culturais foram se aproximando do grupo inicial. Suas origens e experiências artísticas eram muito diferentes, mas tinham uma coisa em comum: todos eram adolescentes. Esse coletivo ampliado decidiu pedir à Secretaria Municipal para que fosse instalado um Centro Cultural no bairro.

O pedido foi analisado pelos técnicos da prefeitura e foi marcada uma audiência com xs representantes do grupo de adolescentes. Nesta reunião, a equipe da Secretaria elogiou muito o projeto e o engajamento dxs adolescentes. Mas argumentou que a crise econômica brasileira tinha gerado

uma queda na arrecadação do município. Com isso, os investimentos necessários para a aquisição do terreno e construção do centro cultural seriam vetados pela Secretaria de Fazenda. A Secretaria de Cultura argumentou ainda que mesmo que estes investimentos fossem autorizados, não havia recursos para realizar o custeio do centro cultural.

Para não deixar xs adolescentes desanimados, a equipe da Prefeitura sugeriu que xs jovens ficassem atentos aos editais do Ministério da Cultura e também tentassem pressionar algum deputado federal para ver se conseguiam emendas parlamentares para a construção do centro cultural.

Essa discussão levaria ao encaminhamento sobre os caminhos e as perspectivas de mobilizações com outros órgãos e instâncias dos poderes republicanos eleitos, por exemplo, os deputados federais ou mesmo o governador desse estado. Surgiu, então uma argumentação sobre a construção de quadras ao invés de um Centro. Muitos adolescentes levantaram que os Centros Culturais geralmente possuem quadras ou estruturas esportivas, que no Brasil “o esporte é mais valorizado que a cultura”.

O conceito de receita voltou a ser abordado. Perguntou-se como os adolescentes entendem ou concebem a arrecadação. Cristalizam-se duas percepções do grupo: a arrecadação serve para juntar dinheiro ou juntar as pessoas para “arrecadarem dinheiro”. Os adolescentes perguntam sobre o funcionamento dos impostos. Explica-se, rapidamente, sobre as fontes de arrecadação da prefeitura: as taxas e as transferências, além dos impostos. Surgem dúvidas dos adolescentes se os pedágios ou as contas de luz e de água são impostos, e explica-se que são serviços pagos para empresas fornecedoras de certos bens. Mencionam-se o ISS e ITBI, usando exemplos dos jogos de futebol. O ICMS é remetido aos gêneros alimentícios e ao preço do feijão, por exemplo. Também, fala-se do Imposto de Renda e do IPI, de maneira a explicar como se dão as transferências por parte do governo federal.

Imagem 18: Discussão do caso do Eixo 3



Fonte: FGV, 2018

Em seguida, o mediador explicou a diferença entre investimento e custeio: o investimento seria identificado como algo que gere valor, como massa de mão de obra para a construção de edifícios, praças, vias, entre outros; já o custeio seria o montante que se paga para manter esses equipamentos.

Resolução do caso

A discussão é retomada para a resolução do desafio proposto. Os jovens, agora, conseguiam entender a posição da prefeitura e passaram a pensar em maneiras de construir e custear o Centro Cultural. Foram oferecidos *post-its* verdes para que eles pensassem em ideias ou palavras que evidenciassem soluções. Algumas delas foram: rifas e bingos, festas, apoios de vereadores e deputados federais, a eleição de “um prefeito mais competente” ou que “trouxesse mais soluções”.

Imagem 19: Processo de resolução do caso (soluções) do Eixo 3

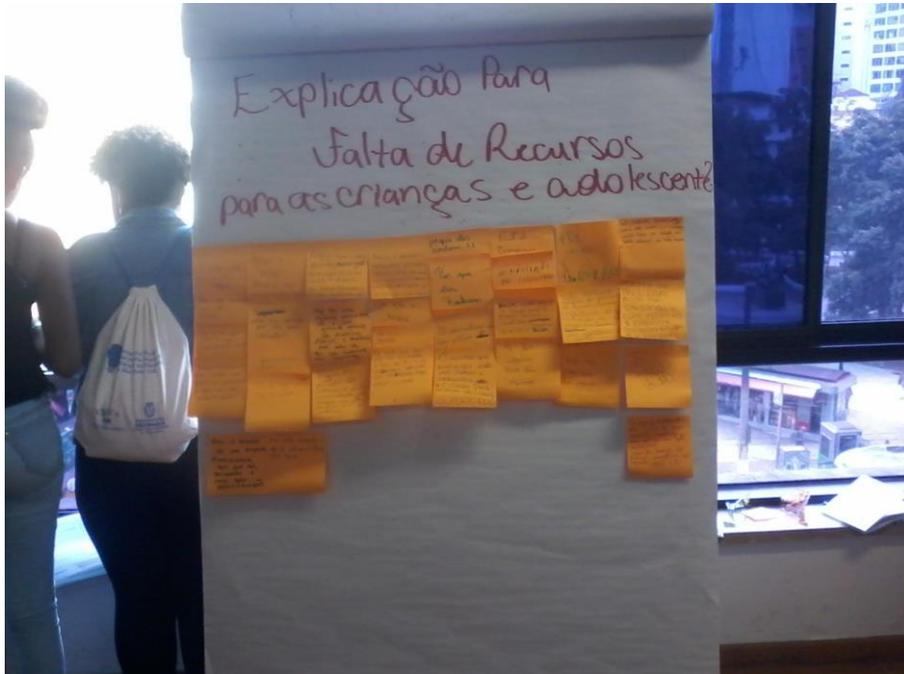


Fonte: FGV, 2018

Os adolescentes foram convidados a ler um artigo específico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantia a cultura como direito fundamental. Os adolescentes voltaram a pensar que precisavam ser ouvidos e, portanto, que deveriam pressionar o prefeito e se manifestar em público, mostrando que não estão satisfeitos, “que precisamos melhorar” e que “para garantir cultura precisamos de dinheiro”.

Nesse momento, o facilitador conduziu a discussão abordando o aspecto de que falta dinheiro público para empreender obras essenciais para a cidadania e para as políticas públicas mais gerais. Os adolescentes, portanto, receberam *post-its* na cor laranja para registrarem suas ideias ou palavras-chaves a respeito do mote: “porque falta dinheiro para a administração pública”. Foram obtidas noções interessantes dessa última rodada de recolhimento das expressões dos adolescentes: “mal-uso do dinheiro” “corrupção”, “desorganização para as coisas”, “planos desnecessários” e “descaso com as gerações futuras”. Os *post-its* foram organizados em três eixos principais: “corrupção, má gestão e não-priorização”.

Imagem 20: Processo de resolução do caso (problemas) do Eixo 3



Fonte: FGV, 2018

Os adolescentes redirecionaram a discussão para a conjuntura recente brasileira sobre os grandes eventos ocorridos no Brasil, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Alguns iniciaram a argumentação defendendo esses eventos e a boa impressão causada pelo Brasil pela grandeza dessas obras. Um adolescente rebate, dizendo que “Quem vem de fora, vai ficar aqui um mês e a gente? A população é obrigada a viver no lixo? A casa precisa ser arrumada todo dia. A gente tem que viver bem e não na melhor impressão”. Outros adolescentes argumentam que as obras deveriam servir para a população em geral, que deveriam ser “abertas para a sociedade, usadas pela gente”. A discussão destacou o cerne principal entre investimento e custeio, entre as despesas e seus bons usos. Celebrou-se, então, que essas obras deveriam ter maior participação social e também maior controle, eixos estruturantes da Conferência Lúdica desse ano.

Engendrou-se uma outra discussão no grupo, que também dialogou com os *post-its* laranjas. Citou-se que os investimentos são feitos de forma incorreta e são precarizados pela corrupção. Também, foi pontuado que deveria haver prioridade para saúde e educação, garantindo que os investimentos não sejam apenas para o centro da cidade, mas que atinjam, também, a periferia. Ainda, os adolescentes colocaram que o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUMCAD – deveria ser mais usado e dinamizado, inclusive na

construção desse Centro Cultural, uma vez que cidadãos e empresas poderiam doar uma parte de seus impostos ao mesmo.

Essa brecha fez o grupo questionar o *status* tributário do país, levando à constatação do grupo de que "quanto mais rico, menos impostos são pagos proporcionalmente". Um adolescente, nesse sentido, manifestou-se dizendo: "os políticos e as elites pagam menos". O mediador da FGV elucidou que a discussão de uma maior equalização desses impostos e taxas e sua melhor distribuição para rendas, lucros e heranças, encontra por modelo sociedades avançadas e se inscreve como uma questão de justiça distributiva.

À medida que os jovens discutiam o caso, anotavam as principais ideias que iam surgindo em "*post-its*", os quais foram colados no "*flipchart*" principal, de maneira a consolidar os conceitos abordados nesse momento.

Elaboração das propostas

Após essa primeira grande discussão, os adolescentes foram divididos em três grupos menores, sendo que cada um estaria responsável por discutir uma das três temáticas - corrupção, má gestão e não-priorização -, com o intuito de aprofundar as discussões e traduzir os diferentes aspectos levantados no maior número possível de ideias e propostas.

A partir dali, as propostas foram criadas, discutidas e arrematadas livremente, com ajuda indireta do facilitador e do relator para materialização das mesmas. Ao final desse momento, essas propostas seriam apresentadas aos adolescentes dos outros grupos e seriam votadas para que fossem decididas aquelas que seriam, de fato, encaminhadas à plenária final.

Imagem 21: Processo de elaboração das propostas do Eixo 3



Fonte: FGV, 2018

Propostas gerais

O Grupo 1 empreendeu duas propostas: (1) Inclusão de aulas sobre orçamento público e outros assuntos que envolvam política; (2) Que as verbas do FUMCAD fossem destinadas às políticas públicas do município e que fossem aplicadas em projetos ou programas da assistência social envolvidos com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Grupo 2 também perpetrou duas propostas: (1) Equilibrar os impostos de acordo com a renda de cada indivíduo; (2) Melhorar a fiscalização e transparência dos recursos públicos.

Por sua vez, o Grupo 3 elaborou as seguintes proposições: (1) Concentrações de crianças e adolescentes em pontos importantes da cidade, para nossa voz ser ouvida; (2) Aulas e palestras realizadas por adolescentes para conscientizar sobre nossa importância perante a sociedade; (3) Peças sobre um possível futuro em diversos bairros ou pontos turísticos da cidade de São Paulo!; (4) Aumentar os recursos do FUMCAD; (5) Pressionar o governador para aumentar o orçamento investido nas crianças e adolescentes.

Imagem 22: Grupo dos adolescentes do Eixo 3 após elaboração das propostas



Fonte: FGV, 2018

Eixo 4	Participação, comunicação social e protagonismo de crianças e adolescentes
Grupo 6	Crianças

Participaram da oficina relativa ao eixo temático "Participação, comunicação social e protagonismo" 8 crianças, na faixa etária dos 6 aos 12 anos, representando os bairros Ipiranga, M'Boi Mirim, Aricanduva, Sé (2), Tiradentes, São Miguel e São Mateus. Todas as crianças estudavam em escola da rede pública. A oficina ocorreu no *hall* anterior ao auditório, dado que não havia uma sala disponível para o grupo.

Apresentação e conversa sobre a Conferência

Após as crianças apresentarem-se umas às outras, a mediadora fez uma breve explicação sobre a importância da Conferência. Ressaltou a responsabilidade e a importância de cada um que estava lá, por estarem representando suas respectivas regiões.

Introdução à participação

As crianças foram, inicialmente, convidadas a escrever, desenhar ou falar sobre o que entendiam sobre participação, registrando em *post-its* ou no papel *kraft* disponível, de modo a formar uma "chuva de palavras". Abaixo, são apresentadas as falas ou os registros feitos pelas crianças:

Imagem 23: Crianças do Grupo 6 desenvolvendo a "chuva de palavras"



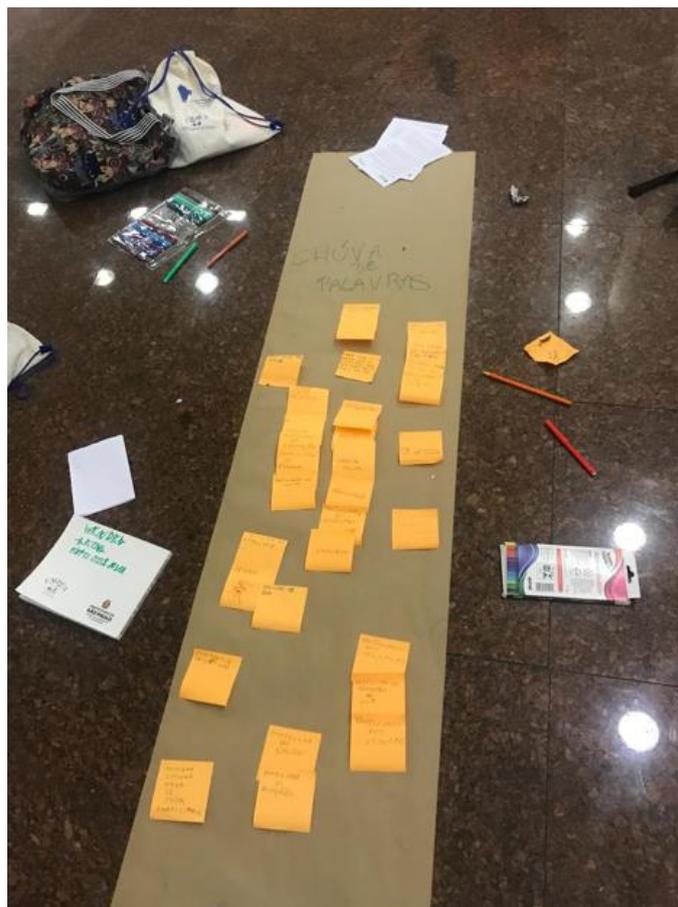
Fonte: FGV, 2018

O resultado da “chuva de palavras” sobre direitos foi:

- Participar de algum evento
- Pais participarem da vida escolar de seus filhos
- Participar das atividades para conhecer a realidade do mundo
- Participar de concursos e gincanas
- Rodas de conversa
- Cantar, brincar e praticar esporte
- Praticar capoeira
- Dar conselhos para as pessoas
- Preocupar com alimentação e saúde
- Participar das eleições e votar em quem vai comandar o país
- Ir para a escola
- Ter e conhecer direitos e deveres
- Se envolver nas atividades do CCA

- Ajudar na vida das crianças necessitadas
- Participar de doações
- Participar das "coisas" dentro de casa (fazer refeições junto, ouvir a pessoa, etc)
- Ser representante de regional
- Ter boas notas de participação na escola
- Participar da "vida depressiva" (saúde mental) das crianças
- Unir para lutar por causas sociais de algum grupo
- Fazer uso de arte, como grafite e cartazes, para conscientizar as pessoas
- Poder escolher sua religião
- Cuidar do espaço da escola

Imagem 24: **Chuva de palavras das crianças do Grupo 6**



Fonte: FGV, 2018

Após esse momento, a mediadora conduziu a discussão com base no que as crianças haviam pontuado, anteriormente. Recorrentemente, elas mencionavam que as crianças, que conhecem sua própria realidade, são as melhores pessoas para lutar pelos seus próprios direitos; se os adultos têm seus espaços de participação, as crianças também deveriam os ter. Também, pontuaram como um incômodo a falta de participação delas na formulação de políticas públicas e a impossibilidade de votarem nas eleições para os cargos políticos do país.

Foi feita, em seguida, a leitura do artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo frisados os incisos II, V e VI:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

II - opinião e expressão;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei; (BRASIL, 1990)

Leitura e discussão do caso

Foi feita a leitura de um caso, em conjunto com todas as crianças, de modo a dar maior concretude à questão da participação e, em especial, à participação nas escolas. Segue o caso lido:

Uma escola, chamada O Pequeno Príncipe, resolveu organizar a Semana da Consciência Negra, com várias atividades para os(as) alunos(as) e para os(as) professores(as). As crianças da escola não acharam legais todas as atividades propostas e quiseram dar suas ideias de atividades, brincadeiras e jogos. Para isto, se reuniram e criaram um grêmio, com crianças – representantes – de todas as salas e idades. Este grêmio tinha o objetivo de organizar todas as ideias, de todas as crianças da escola, e passar as sugestões para a diretora. O grêmio foi criado pensando em dar ideias para a Semana da Consciência Negra, mas também poderia funcionar para todas as outras atividades da escola e para representar a opinião dos(as) alunos(as) sobre tudo que lá acontece.

Após a leitura do caso, foi iniciada uma discussão, entre as crianças, sobre o papel dos grêmios estudantis. As crianças enfatizaram, criticamente, que estes espaços, que deveriam ser grupos de representação de alunos que se unem na luta pelos direitos dos seus colegas, devendo almejar o melhor para a escola, não são ocupados por crianças e contam com grande interferência da diretoria escolar. Tendo em vista que o grêmio é um exemplo de espaço de participação, foi sugerido que as crianças pensassem e compartilhassem quais outros espaços elas entendem como ambientes participativos. A seguir, o que elas apresentaram:

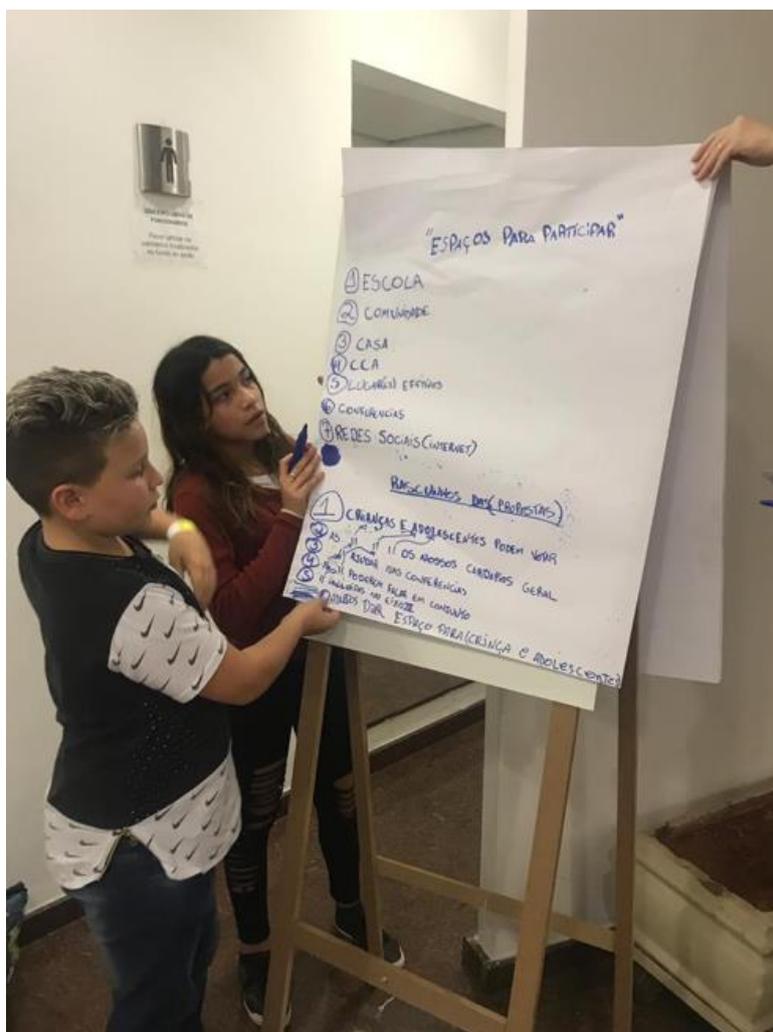
- Escola
- Comunidade
- Casa
- CCA
- Lugares efetivos
- Conferências
- Redes sociais/internet

Resolução do caso

Seguido esse momento, o grupo começou a escrever no *flipchart* todos os problemas relacionados à participação que haviam surgido na discussão até aquele momento. Seguem os problemas levantados:

- Falta de espaço para as crianças participarem;
- Os adultos, às vezes, não dão liberdade para as crianças;
- Grêmios nas escolas: crianças não conseguem participar e escolas não dão liberdade para as crianças;
- Eleições e crianças (crianças não podem votar);
- As crianças não são incluídas para fazer as políticas que são pra elas

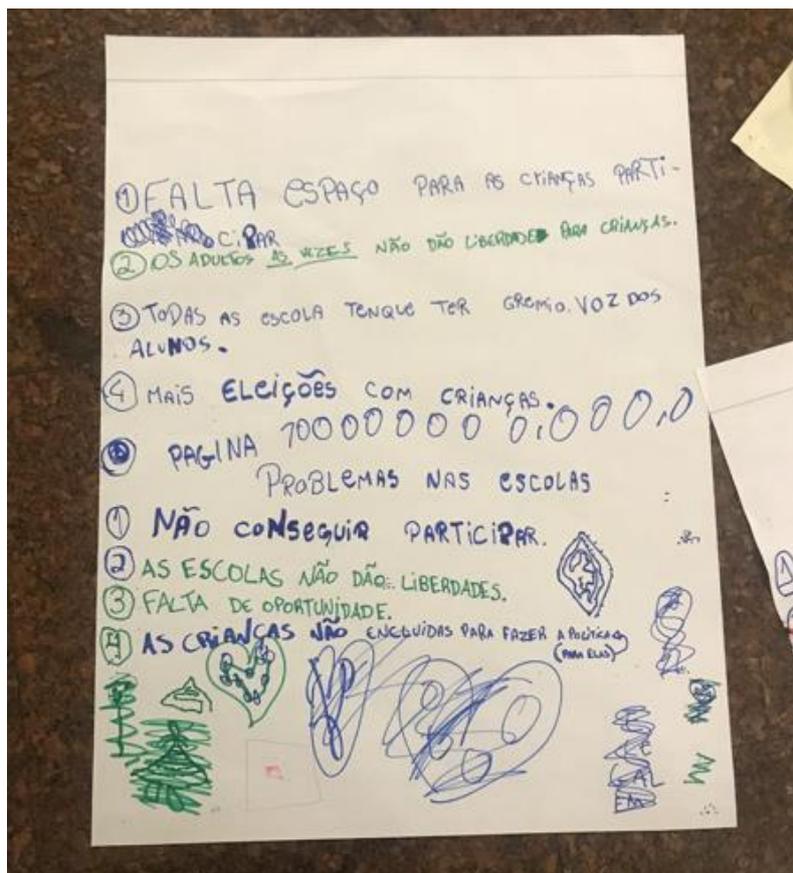
Imagem 25: Crianças do eixo 4 pensando os espaços de participação



Fonte: FGV, 2018

Dos oito integrantes do grupo, cinco foram apresentá-las no palco, lendo, cada um, uma das propostas, selecionadas por eles próprios a partir das seis propostas elaboradas.

Imagem 27: **Pontos e problemas que as crianças entendem que estão ligados com “participação”**



Fonte: FGV, 2018

Eixo 4	Participação, comunicação social e protagonismo de crianças e adolescentes
Grupo 7	Adolescentes

Participaram da oficina 22 adolescentes, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, representando os bairros Butantã, São Mateus (4), Freguesia do Ó (2), Carrão, Aricanduva (2), São Miguel (2), Ermelino Matarazzo, Sé (2), M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Campo Limpo, Lapa, Itaim Paulista, Pirituba e Sapopemba. Dos 22 adolescentes participantes, 21 indicaram estudar na escola pública, e um declarou já ter se formado. O grupo 7 ficou localizado no *hall* anterior ao auditório geral, compartilhando o espaço com as crianças.

Apresentação

Inicialmente, todos apresentaram-se e houve uma breve conversa sobre o significado da Conferência Lúdica.

Introdução à participação

No início da oficina, a facilitadora colocou um cartaz no chão, convidando os jovens a escreverem qual o sentido, o significado e as percepções sobre os temas do eixo IV - Participação, Comunicação Social e Protagonismo -, elaborando, assim, uma "chuva de ideias".

As falas dos adolescentes expressaram a necessidade e as dificuldades que encontram para serem escutados, seja na família, na escola e/ou na sociedade de forma geral: "os adultos dizem que ser adolescente é só uma fase, que não tem nada a ver".

Também, trouxeram ideias gerais, como: "se expressar, expor opinião, sem os outros dizerem que é errada", "falar tudo o que pensa", "retrucar". Em seguida, a escola passou a surgir com certa ênfase em suas falas, como um espaço relevante de participação e protagonismo juvenil. Os adolescentes indicaram o grêmio estudantil de suas escolas como um espaço de expressão. Um dos jovens pontuou: "na minha escola tem grêmio, e os representantes de sala (escolhidos pela própria sala) se reúnem, para ver o que podem melhorar". Também apresentaram outras iniciativas, como uma "imprensa jovem" que estava sendo criada na escola de uma das adolescentes.

A facilitadora estimulou que os jovens pensassem de forma mais ampliada, considerando os espaços políticos e a sociedade. Nesse momento, um dos jovens colocou: “Os políticos só querem que participem aqueles que eles podem manipular”. Além disso, surgiram dúvidas sobre os espaços de participação institucionais: Como participar de uma plenária?; Onde acontecessem as plenárias?; Qual é o poder de influência da participação? Nesse sentido, um dos jovens indaga: “A gente podia ter barrado a lei do Dória que tirou o leite das escolas?”.

Sobre a participação política, também demonstraram a frustração pelo fato de não votarem: “Sem votar, não nos sentimos representados”. Ainda nesse sentido, as reflexões se aprofundaram na questão da representação: “protagonismo é se representar”, “ter voz na sociedade”, “a gente se explicar, a gente poder dar uma opinião e ser certo nisso, ter atitude”.

Além disso, pontuaram a diferença entre uma opinião e um julgamento; uma adolescente negra, nesse sentido, pontuou: “por exemplo, eu até aceito que as pessoas falem a sua opinião sobre o meu cabelo, mas se vier com julgamento eu não estou disposta a escutar”. A intolerância, assim como a desigualdade social, foi citada como obstáculos para o protagonismo e para a participação.

Sobre a comunicação, foram apontadas as redes sociais como espaços para expor suas opiniões sem ser julgado: “você coloca a sua opinião e pronto, ninguém pode impedir”. No entanto, os jovens também reconheceram que existe uma falta de comunicação entre as pessoas, já que as redes sociais restringem a quantidade de tempo que as pessoas podem se conversar pessoalmente. Nesse sentido, os adolescentes apontaram que os processos participativos deveriam ocorrer com maior frequência: “devia ter mais espaços de fala que fossem constantes, todo mês, como um encontro de adolescentes, para ver se os adolescentes estão participando na sociedade”, coloca um jovem.

Leitura e discussão do caso

Superada a fase inicial de introduzir os principais aspectos relativos ao eixo de participação, a facilitadora propôs uma leitura conjunta do caso abaixo:

O feriado para comemorar a consciência negra está chegando, e a escola está organizando várias atividades para as crianças e os adolescentes. A intenção da escola em organizar esses eventos é legal, mas sem a participação das alunas e alunos, as atividades planejadas estão muito chatas...

Faz tempo que Marieta e seu grupo de amigas e amigos estão pensando que seria ótimo organizar um grêmio na escola, justamente pra ter espaço para propor atividades, enfim, para as alunas e alunos poderem ser seus próprios representantes! Nesse momento, voltaram a pensar sobre isso: "Se já tivéssemos o grêmio, poderíamos pensar nós mesmos em que atividades gostaríamos de propor para o dia da consciência negra. São tantas atividades possíveis que a gente poderia organizar: sarau, roda de capoeira, debates"...

Os jovens começaram a se organizar para criar o grêmio, porque ficou claro que é muito difícil para a escola entender totalmente quais são os seus interesses. E é muito difícil cobrar que isso seja diferente se eles não estiverem organizados entre si. Nesse processo de criação do grêmio, descobriram até que já existem cartilhas na internet e nas redes sociais explicando "como organizar um grêmio na sua escola", aproveitando os aprendizados de outras meninas e meninos que já passaram por esse primeiro passo dessa experiência.

Em seguida, estimulou-se que chegassem a um consenso sobre qual era o problema que estava sendo tratado pelo caso. Os adolescentes se engajaram no debate contando sobre a realidade do grêmio, conforme suas experiências pessoais: "O grêmio faz boas propostas, mas chega na diretoria, e nada é aprovado"; "Lá na minha escola, o grêmio tem uma verba de 5 mil reais pra receber, mas todo o dinheiro que o diretor recebe, 1/3 ele gasta para colocar mais grades e o resto ele embolsa".

Além disso, surgiram outras questões referentes às decisões que são tomadas pela diretoria da escola, que afetam os alunos, sem que eles tenham a possibilidade de participar: "Temos problema com a limpeza da escola, a empresa de limpeza terceirizada não vem sempre"; "Lá na minha escola, eles dão destaque aos melhores alunos, que tiram as melhores notas. Só que isso acaba sendo muito ruim, porque os alunos que não estão nessa lista ficam se sentindo piores, isso faz mal pra auto estima".

A partir dessas primeiras reflexões, o grupo chegou ao consenso de que o problema apresentado pelo caso era o fato de *a escola tomar decisões sem consultar os alunos*. Definido o problema principal do caso, a facilitadora instigou os adolescentes a escreverem em *post-its* quais eram as organizações, as pessoas e as instituições que contribuíam para solucionar esse problema ou que poderiam piorá-lo ainda mais.

Em relação aos atores que contribuem para solucionar o problema, os adolescentes disseram que alguns professores podem ajudar, mas a maioria não. Também pontuaram os projetos culturais de música e dança; os saraus; o

teatro; os grêmios estudantis; TCA's (trabalho colaborativo autoral); palestras sobre diferentes temas; mais igualdade; palestras de adolescentes para adultos; diálogo com os professores; eventos. Nesse sentido, os adolescentes questionaram: "A escola somos nós, então porque não podemos fazer do nosso jeito?".

Assim, citaram outros pontos importantes para que haja participação dos(as) alunos(as) na escola: "sabermos dos nossos direitos e fazer com que a escola os cumpra"; "ter representante de classe"; "ter mais opções de aula; a presença dos pais na escola"; "nós mesmos".

Por outro lado, pontuaram alguns aspectos que contribuem para que o problema persista:

- Muitas pessoas zoarem aquelas que querem participar dos projetos;
- Algumas escolas não têm passeios nem atividades;
- Falta de interesse de nós mesmos;
- Os professores pedem respeito mas não nos respeitam;
- A forma ruim que a diretoria da escola conduz os adolescentes;
- A direção e a parte pedagógica muitas vezes não nos apoia, não coloca fé em nós e em nossas opiniões e ideias;
- Não ser ouvido por não ter idade suficiente;
- Falta de verbas;
- Machismo;
- Diretoria pede respeito mas não nos escuta quando queremos falar;
- Estrutura física da escola, com muitas grades, o que nos faz sentir como prisioneiros;
- Queremos ser ouvidos e respeitados;
- Falta de tolerância;
- A desmotivação das pessoas de modo geral.

Conforme a discussão foi avançando, a mediadora começou a provocar os adolescentes a pensarem para além da escola. Como forma de incentivar a ampliação do debate, criou dois novos cartazes: o que ajuda e o que atrapalha para a participação dos adolescentes na sociedade.

Como atores que contribuem para a participação na sociedade, foram citados:

- Os CCA's para adolescentes;
- O projeto Mais Educação;
- A família que me ajuda a refletir sobre o que eu fiz;

- A igualdade;
- Eventos culturais em áreas pouco acessíveis;
- Plenárias, votações;
- Repúdio a todos os racistas;
- Jovens inspiradores que saíram da favela e conseguiram subir na vida;
- Espaços culturais;
- Redes sociais.

Já em relação aos aspectos que contribuem para restringir a participação dos(as) adolescentes na sociedade, os adolescentes registraram:

- Falta de comunicação (as redes sociais não são lugares suficientes para nos expressarmos);
- Não termos voz;
- Mídia;
- Julgamento da sociedade;
- Preconceito por sermos 'imatuross';
- Falta de consciência;
- A repressão;
- Preconceito;
- *Fake news*;
- O "fascista Bolsonaro";
- Intolerância e machismo;
- A sociedade nos vê e nos cala.

Imagem 28: **Adolescentes do eixo 4 refletindo sobre formas de participação**



Fonte: FGV, 2018

Resolução do caso e processo de elaboração das propostas

Após a discussão do caso, foi iniciado o processo de elaboração de propostas para o eixo 4, tendo como base o caso apresentado anteriormente. Os adolescentes, portanto, começaram a compartilhar algumas ideias.

Uma das propostas era de que houvesse reuniões nos bairros, com uma periodicidade maior do que o prazo de 4 em 4 anos da Conferência Municipal, nas quais participassem representantes de diversas Secretarias. Sugeriu-se que essas reuniões acontecessem em espaços culturais já existentes nos bairros, mas que, muitas vezes, estão ociosos, a fim de chamar a atenção para esses locais.

Propôs-se, também, que as escolas realizassem palestras e debates sobre assuntos do cotidiano, como suicídio, política, aborto, feminicídio.

Outra proposta referiu-se à comunicação dos eventos do governo (inclusive, a Conferência Lúdica). Os adolescentes disseram que esses espaços de participação deveriam ser divulgados na televisão, no Facebook, no Instagram, no Whatsapp, no Twitter e em cartazes nos equipamentos públicos.

Ainda, as escolas, segundo os adolescentes, deveriam ter sites/páginas próprios, onde os adolescentes pudessem postar questões do seu interesse, como cursos técnicos, eventos culturais.

Também se propôs a comunicação através da arte. Um adolescente contou uma história relacionada a essa metodologia: "Minha professora de sociologia me chamava de meliante, mau elemento, por causa do meu estilo de favelado. Até que um dia que rolou uma batalha de rima na escola e ela me viu rimando, usando várias referências da história, falando de vários pensadores. Nesse dia ela pôde ver que eu tinha consciência, que as minhas ideias tinham valor".

Em seguida, propuseram uma forma para os alunos avaliarem os professores. Os adolescentes lançaram a questão: "será que não teria como os alunos selecionarem ou escolherem quais seriam os professores contratados"? Depois, após alguma reflexão, concluiu-se a necessidade de os alunos participarem mais ativamente do processo de avaliação dos professores. Durante esse debate, disseram que sentem falta dos professores serem mais dinâmicos, de modo a tornar as aulas mais interessantes.

Ainda, refletindo sobre participação, uma aluna contou o modo como um professor de sociologia escolheu dar as notas para os alunos: "Ele disse que a gente deveria pensar que nota a gente merecia. Na hora eu pensei 'Ah, que fácil, vou tirar 10', mas, quando fui sentar para conversar com ele, bateu aquela reflexão, aquela autocrítica 'Será que eu mereço 10?'. Ele me perguntou 'Você fez todas as atividades que eu passei? Participou das discussões em sala de aula? Teve presença'? No final, eu resolvi me dar um 8, aí sim eu merecia com certeza. Mas essa experiência de se dar a própria nota foi interessante, porque ele fez a gente mesmo refletir, fazer a autocrítica".

Em seguida, os adolescentes propuseram a criação de um conselho participativo, inspirados na escola de uma das adolescentes em que este conselho já existia, que foi executado por meio de uma ação do grêmio. Esse seria um meio para incluir os alunos(as) nas reuniões para a avaliação dos professores. Nesse sentido, ao menos os representantes de classe participariam das reuniões, formando uma espécie de Conselho Participativo.

Também, foi proposto que houvesse algum jovem nas câmaras municipais, de modo a representar as crianças e os adolescentes, a fim de garantir maior participação nas decisões públicas.

Imagem 29: **Adolescentes do Eixo 4 elaborando propostas referentes à participação**



Fonte: FGV, 2018

Ainda sobre participação política, os(as) adolescentes pontuaram que querem ter mais informações e conhecimento sobre a política, escutar todos os lados dos debates que estão em pauta. Para isso, propuseram projetos de educação política, de modo a aprender como funcionam as votações, como podem interferir na política, como ficar sabendo das sessões do legislativo, entre outras.

Por fim, refletindo sobre a comunicação das questões políticas, propuseram um blog dos adolescentes, para abordar todos os temas que poderiam ser interessantes para eles: informações das sessões e dos temas que iriam para votação; transmissão das informações das sessões para as crianças e os adolescentes de modo atrativo e objetivo, por meio das redes sociais; *live* das sessões legislativas, entre outros.

Propostas gerais:

Após a discussão ilustrada acima, foram sistematizadas as seguintes propostas:

1. Mais Conferências, não só de 4 em 4 anos;

2. Crianças e adolescentes participarem do processo de planejamento da Conferência;
3. Palestras sobre assuntos cotidianos, sobre DST's, por exemplo;
4. Grêmios estudantis obrigatório nas escolas (filtrar o uso da verba pela diretoria, gestão horizontal, espaço de expressão, com o apoio da escola);
5. Divulgação da Conferência por cartazes, e redes sociais;
6. Comunicação pela arte (projetos culturais, grupo teatral);
7. Avaliação dos professores;
8. Conselho participativo, a partir do grêmio;
9. Representante de classe participar das reuniões da diretoria;
10. Palestras sobre como funciona a política (Educação Política);
11. Comunicação atrativa, clara e objetiva sobre o governo;
12. Mediação de conflito para a comunidade pensar em como resolver os problemas da comunidade;
13. Blog para os adolescentes (divulgação da Conferência, divulgação do ensino técnico, do mercado de trabalho);
14. Reunião do governo (conjunto de secretarias) com os adolescentes nos bairros para filtrar o que está acontecendo, quais são as demandas, a ser realizadas com frequência e em espaços culturais.

Na sequência, o grupo passou a trabalhar na seleção das cinco propostas a serem apresentadas na plenária final. As propostas estão apresentadas na seção seguinte.

Eixo 5	Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes
Grupo 8	Crianças

Participaram da oficina do eixo 5 - Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes - apenas quatro crianças, na faixa etária dos 10 aos 11 anos, representando os bairros São Mateus, Ermelino Matarazzo, Ipiranga e M'Boi Mirim. Todas as crianças estudavam em escolas da rede pública estadual. Destaca-se que, como não havia uma sala específica para o grupo, ele localizou-se no *hall* do segundo andar da Galeria Olido, onde estavam acontecendo outras oficinas em diferentes salas.

Apresentação e conversa sobre a Conferência

A oficina iniciou-se com uma rodada de apresentações iniciais, seguida de uma breve conversa sobre a Conferência Lúdica Municipal. Quando a mediadora perguntou às meninas qual era o objetivo principal da Conferência, segundo elas, Y. respondeu "concretizar os direitos de crianças e adolescentes". Já A. G. fez alusão à falta de oportunidades que muitas crianças têm, nos CCAs, de se expressar e de colocar suas ideias nesses espaços. Portanto, a Conferência seria um espaço onde elas poderiam expor suas opiniões. Por fim, J. ressaltou que as crianças não deveriam ter medo de correr atrás dos seus direitos e de enfrentar preconceitos. No geral, elas deixaram claro que a Conferência é um lugar para ouvir tudo que as crianças e os adolescentes têm vontade de falar, para que isso seja levado para o governo.

Introdução ao controle social

Partiu-se, então, para a discussão do eixo propriamente dito. A facilitadora iniciou fazendo as seguintes perguntas "o que vocês entendem por controle social?" e "o que pensam sobre o controle?". As crianças começaram a responder dizendo que o controle é bom e que entendem que controle social tem a ver com garantir a organização da sociedade, com o controle de uma organização. A. G. se questionou "imagina como seria estar no controle?", ressaltando o aspecto positivo do controle. Quando a mediadora perguntou se elas não queriam escrever, no papel *kraft*, o que estavam falando, as

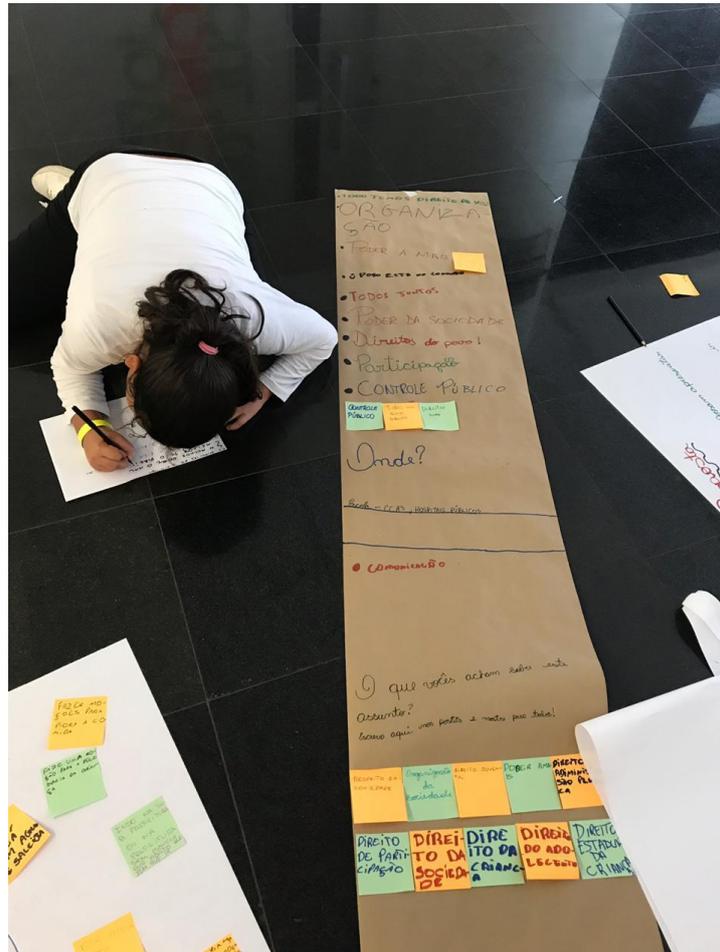
meninas demonstraram bastante entusiasmo para fazê-lo. Foram registradas as seguintes ideias no papel:

- Organização;
- O povo está no comando;
- Todos juntos;
- Poder da sociedade;
- Direitos do povo!;
- Controle público;
- Participação;
- Respeito da sociedade;
- Organização da sociedade.

A mediadora perguntou o que é preciso para fazer controle. As crianças mencionaram repetidamente a questão do poder da sociedade, já associando-o ao controle social. Falaram sobre os direitos do povo e da necessidade de o governo pensar sempre coletivamente e não fazer nada sozinho. A discussão foi conduzida para que as meninas falassem sobre os espaços onde elas possam fazer controle. Os Centros da Criança e do Adolescente (CCA) foram mencionados. A. G. lembrou de um dia em que fizeram uma avaliação no CCA e as crianças tinham que usar carinhas tristes e felizes para mostrar do que não gostavam e do que gostavam do serviço. Também, colocou que no CCA os educadores normalmente perguntam se as crianças estão gostando, ou não, das atividades. Assim, no mesmo papel *kraft* onde escreveram os conceitos e as ideias que se relacionavam ao controle social, as crianças registraram os espaços onde elas poderiam exercer o controle, como CCAs, hospitais públicos e escolas, o estado de São Paulo, a capital do Brasil e "aqui" (em referência à Conferência).

A mediadora perguntou se as crianças conheciam o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Elas disseram que não e ela explicou que são lugares onde as pessoas todas da sociedade podem falar o que pensam dos serviços públicos (escolas, hospitais, CCAs, etc) e, a partir disso, a prefeitura toma decisões e faz ações baseadas naquilo que as pessoas pensaram e expressaram nesses Conselhos.

Imagem 30: Crianças dos Eixo 5 elaborando a "chuva de palavras"



Fonte: FGV, 2018

As meninas começaram a falar sobre suas escolas. A. G. considera sua escola maravilhosa, um lugar onde aprende muitas coisas, mas faz uma ressalva, dizendo que nem todas as escolas são ótimas. A mediadora, aqui, puxou o gancho e perguntou: "Vocês podem controlar a escola?". Y. respondeu: "Podemos, mas teríamos que contar com outras pessoas que pensassem da mesma forma", ao que uma segunda completa: "Precisa da colaboração de todo mundo, não adianta só ter uma ideia". Ainda, foi colocado que "Querendo ou não, a gente tem um poder, pode ser pequeno, mas a gente tem", ideia que é completada por A. G., que diz: "Não temos só poder, temos também direitos e deveres".

Em um dado momento, as crianças pediram para que as representantes da FGV explicassem o significado inteiro do eixo (Espaços de Gestão de Controle Social das Políticas Públicas de Promoção de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes), escrito no *banner* localizado próximo ao *hall* onde elas

estavam. A partir da explicação, as meninas começaram a reagir, falando sobre os espaços de povo, que seriam as escolas e os hospitais.

Y. pontuou que na ditadura militar as pessoas não podiam falar e, nesse momento, a facilitadora disse que, como viviam em uma democracia, elas podiam, sim, falar. Elas perguntam o que é democracia, afinal, ao que a facilitadora responde: “na democracia, todo mundo tem voz, todo mundo pode falar e expor suas opiniões e ideias, inclusive as crianças”. Após essa falar, as meninas ficaram visivelmente empolgadas e foi adicionada ao papel *kraft* a ideia “todo o povo em voz”.

Em seguida, as meninas perguntaram o significado de políticas públicas. Como parte da explicação, a facilitadora mencionou a distribuição de merenda na escola. Nesse momento, F. pontuou: “todo mundo sabe que a comida é ruim, não comemos direito” e sugeriu que a merenda deveria ser mais gostosa e mais saudável. Como o caso que seria apresentado às crianças na próxima etapa tinha como base a merenda escolar, a facilitadora se aproveitou do tema em pauta para fazer a leitura do caso.

Leitura e resolução do caso

Nessa etapa, foi feita a leitura do caso abaixo:

Maria, de 7 anos, estuda na escola Pôr-do-Sol. A escola oferece almoço para os alunos todos os dias. Acontece que de uns tempos pra cá, a comida começou a ficar muito ruim. Teve um dia que a carne estava com um gosto muito estranho, e tinha muito pouco macarrão. Maria quase não comeu nesse dia. Outro dia, tinha só uma bolacha maisena para comer e leite puro para tomar. Antes de acabar a aula, ela já estava com fome de novo. E por aí foi.

Maria e seus colegas andavam reclamando muito entre eles sobre a comida da escola, mas perceberam que, sozinhos, eles não conseguiriam melhorar a merenda da escola, e precisavam falar com alguém. Mas o problema era que não tinha nenhum lugar (na escola ou fora dela) onde eles pudessem reclamar e melhorar a merenda.

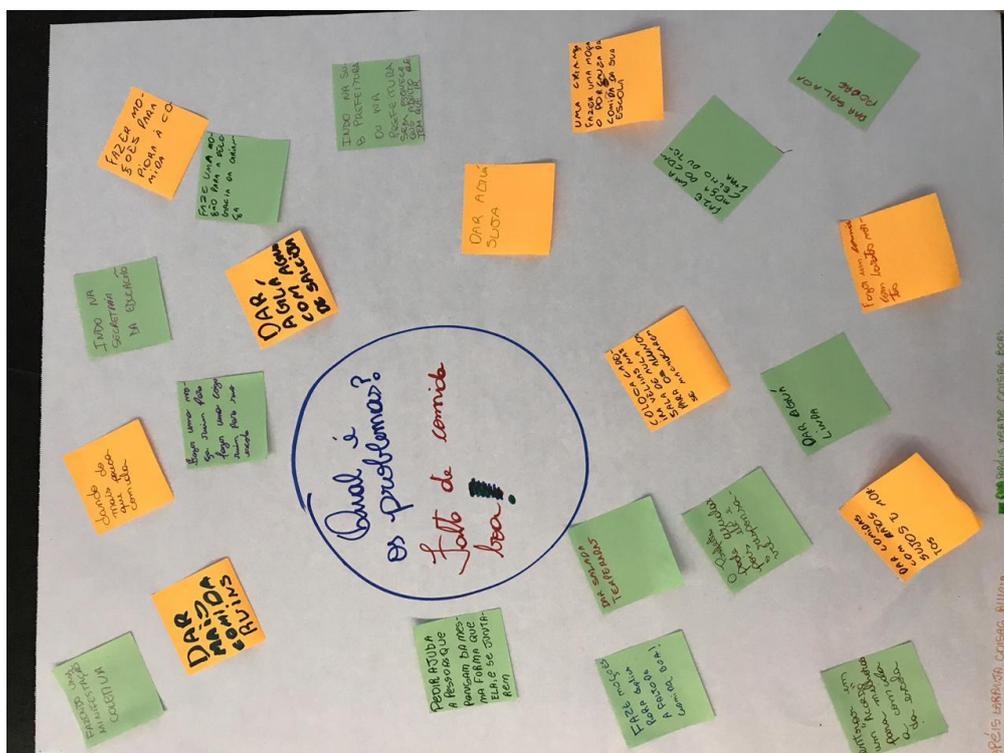
Após a leitura do caso, a facilitadora pediu que as meninas escrevessem o problema central do caso em uma folha do *flipchart*. A. G. pensava que era a falta de organização da escola, que era incapaz de oferecer merenda de qualidade para os alunos. Já F. disse que era a falta de comida boa e Y. falou

da "falta de organização alimentar". Conduzidas pela mediadora, as crianças acabaram chegando no consenso de que o problema mais claro expressado no caso era que "a merenda não era boa".

Em seguida, pediu-se que as meninas escrevessem nos *post-its* verdes o que poderia contribuir para amenizar esse problema e nos laranjas o que pode piorar esse problema, colando-os próximos ou distantes do centro de acordo com o grau de influência sobre esse problema. Isso constituiria um "mapa da cidade", com todos os atores e ações que se relacionariam com o caso. As primeiras ideias apresentadas pelas meninas como uma forma de solucionar o problema foram "escrever uma moção para enviar à escola (o coordenador da escola deveria passar a moção para o prefeito)" e "conversar com o prefeito".

Para facilitar a resolução do problema, sugeriu-se que as crianças pensassem em quem era a pessoa responsável por levar a comida para as escolas. As crianças responderam que o prefeito é o responsável pela escola e que, portanto, ele deveria ser o responsável pelo material, pelo giz, pela merenda.

Imagem 31: Processo de resolução do caso do Eixo 5, grupo de crianças



Fonte: FGV, 2018

J. começou a discutir a necessidade de os diferentes atores da escola conversarem entre si e coletarem todas as opiniões referentes à qualidade da

merenda, de modo a encaminhar essas informações para a pessoa responsável pela merenda.

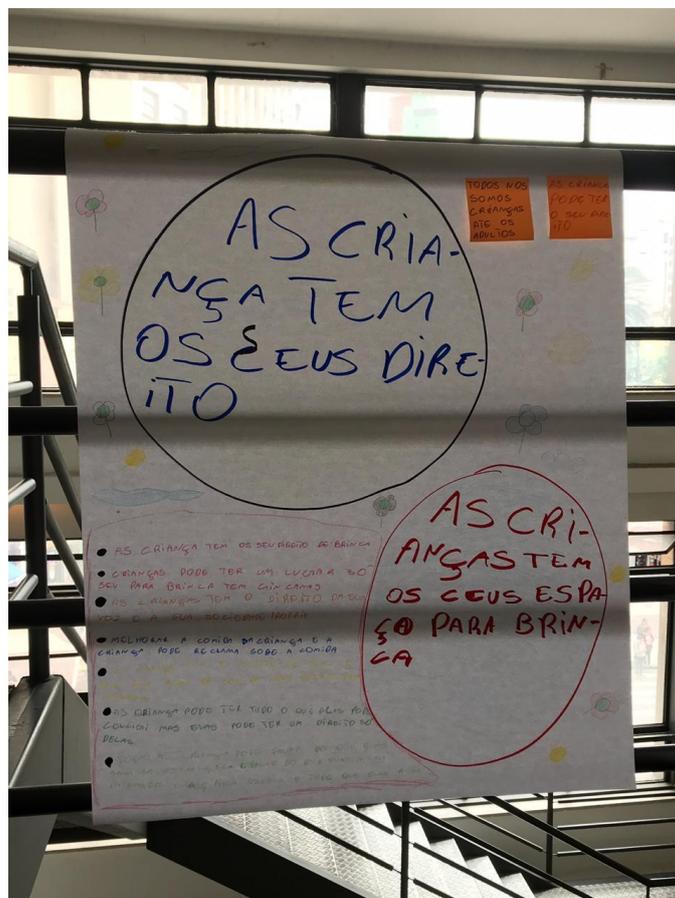
A facilitadora questionou as crianças: “além da escola, com quem vocês poderiam falar para melhorar a merenda?”. As crianças respondem: “com pais e responsáveis”; “com o prefeito, indo falar com ele onde ele estiver”; “ir nas subprefeituras reclamar”; “nas delegacias infantis”; “no Conselho Tutelar”, “na Secretaria de Educação”. F., ainda, destaca a importância de se fazer queixas em um caso como esse, porque considera que comida ruim nas escolas é crime.

Ainda, A. G. trouxe o caso dos CCAs, dizendo que lá existe uma comissão para resolver os problemas trazidos pelas crianças, que são ouvidos pelos professores, que anotam e enviam para as reuniões com coordenadores. A mediadora provocou a reflexão nas crianças: “Por que só os adultos responsáveis devem falar?”. As crianças responderam: “Porque eles têm que saber o que acontece para ficarem ligados” e que “Muita gente escuta muito mais os adultos”. A. G., portanto, começa a ter a ideia de criar um lugar em que as próprias crianças possam apresentar suas opiniões e suas queixas, sem precisar de um adulto para falar por elas.

Processo de elaboração das propostas

A partir desse ponto, uma discussão sobre propostas começou a se encaminhar. A. G. compartilhou com o grupo a ideia de que: “podia existir um lugar em que as crianças pudessem fazer queixas, falar diretamente com a Prefeitura”, ao que é completada por J., que diz: “onde crianças tenham voz”. Esse seria um lugar onde as crianças iriam expressar suas opiniões e críticas sobre os serviços que elas acessam, com a ressalva de que é preciso passar essas ideias para os adultos, para que eles possam executá-las. As crianças enfatizaram a importância de elas terem espaços para reclamar. Percebendo que as demais propostas que foram surgindo não dialogavam com o significado de controle social, a facilitadora retomou o significado do eixo - bastante complexo para a faixa etária das meninas. A relatora citou o exemplo do aplicativo da Controladoria Geral da União, “Monitorando a Alimentação Escolar”, como um meio para se exercer o controle social, dado que os alunos, ao avaliarem a merenda, estão, de certo modo, controlando a qualidade da alimentação escolar.

Imagem 32: Cartaz elaborado por criança do Eixo 5



Fonte: FGV, 2018

A partir dessa discussão, foi reconduzido o processo de elaboração de propostas. J. propôs que nas escolas as crianças possam fazer avaliações, a serem mandadas para a prefeitura, por meio do coordenador. Ela desenvolveu, falando de formulários e de um lugar para depositar essas avaliações.

Ainda, a facilitadora perguntou como as crianças ficaram sabendo da Conferência Lúdica, que é um espaço onde elas podem exercer o controle social. Elas respondem que foi nos CCAs e na escola. Nesse sentido, a facilitadora sugeriu que as crianças pensassem em como divulgar a existência dos espaços de controle social (como a Conferência Municipal) e a importância de se participar deles.

As meninas começaram a pensar em um canal que poderia receber as queixas e demandas das crianças e decidiram propor um site para isso, em que elas poderiam se manifestar sobre o que acham dos lugares que frequentam. A facilitadora sugeriu que elas pensassem em como divulgar esse

canal, e elas falam de *sites* comerciais, cartazes na rua e nas escolas e no trabalho.

J. sugeriu que, nesse *site*, fosse possível avaliar e dar opiniões e ideias, propondo que fosse vinculado à prefeitura.

As meninas terminaram as 4 propostas e as escreveram em um cartaz, para ser apresentado na plenária final.

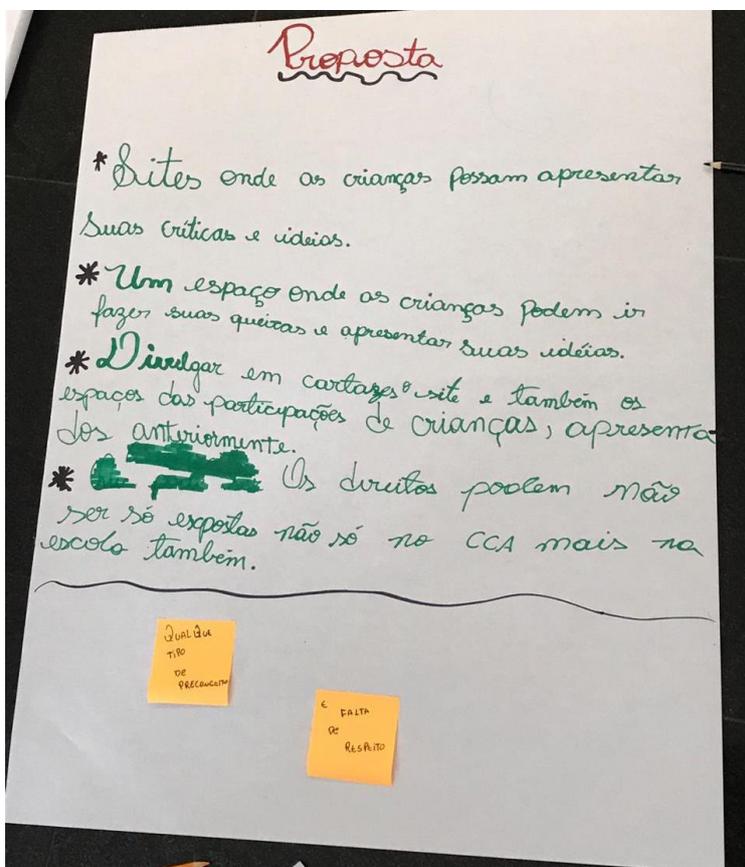
Propostas gerais

Ao longo da oficina, as crianças criaram diversas propostas que não tinham relação direta com o tema do controle social. São elas:

- 1- Ter mais atividades nas escolas para explicar o que é inclusão e mais perguntas sobre o que é acolhimento;
- 2- Libras como matéria obrigatória;
- 3- Realização de oficinas de inglês, espanhol e libras pela cidade;
- 4- Espaços para crianças brincarem em cada bairro;
- 5- Construção de bibliotecas.

Imagem 33:

Propostas das crianças do Eixo 5



Fonte: FGV, 2018

Eixo 5	Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes
Grupo 9	Adolescentes

Participaram da oficina de "Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes" 23 adolescentes, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, representando os bairros Cachoeirinha (3), M'Boi Mirim (4), Ipiranga (2), Aricanduva (2), Vila Mariana (3), Brasilândia, Itaquera, Butantã, Sapopemba, São Mateus, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo (2). Dos 23 adolescentes, 22 estudavam em escolas da rede pública, e um estudava em escola privada. As atividades do grupo ocorreram em uma sala própria, no segundo andar da Galeria Olido.

Introdução ao controle social

Inicialmente, a mediadora do grupo iniciou a discussão perguntando para os jovens o que eles entendiam por controle, explicando que ele não necessariamente tem uma conotação negativa. A mediadora usou como exemplo a necessidade de se controlar a escola. Nesse momento, os adolescentes começaram a participar da discussão, destacando a necessidade do diálogo, do conhecimento e do "agir com razão (em oposição à emoção), para que o controle seja exercido.

A discussão foi direcionada para as conferências municipais. Explicou-se que esses espaços, por produzirem discussões e conhecimentos muito ricos, que são encaminhados aos governantes, são uma forma de controle social e de diálogo entre governo e sociedade. Os adolescentes deram outros exemplos sobre espaços em que o controle social existiria: assembleias, militância, movimentos estudantis, organizações não-partidárias, grêmios estudantis. A mediadora conduziu a discussão para o conceito de democracia; pontuou que a democracia não deve ocorrer apenas de dois em dois anos, mas, sim, todos os dias. Ainda, o grupo é lembrado que os governantes são obrigados a dar respostas e retornos para a população sobre o modo como o dinheiro público é gasto, por meio de políticas públicas, por exemplo.

Ainda, o grupo pontuou que o controle social pressupõe direito de fala; "se incomoda, temos o direito de reclamar", disse um dos adolescentes. Também, surgiu a questão da transparência no que tange os direitos dos cidadãos. Outro jovem colocou que "muitas vezes sabemos a que temos direito, mas não sabemos como usufruir disso".

Imagem 34: Conversa sobre controle social com adolescentes do eixo 5



Fonte: FGV, 2018

Leitura e discussão do caso

Após a introdução ao conceito de controle social, a mediadora fez a leitura do caso abaixo, que seria discutido, posteriormente, pelo grupo de adolescentes:

Larissa, 15 anos, vive em uma cidade muito longe daqui, que tem problemas que parecem os problemas daqui. E ela tem muitas queixas sobre essa cidade. Ela diz que vários professores faltam na aula, que demora muito tempo pra ser atendida no hospital, que o ônibus é muito cheio. Além de vários outros problemas! Ela fica muito indignada: "Eu quero muito que os professores não faltem mais na aula, que eu seja bem atendida no hospital, que os ônibus funcionem melhor! Mas tem um grande problema... Não conheço nenhum lugar onde eu, ou qualquer outro adolescente, possa falar sobre isso e resolver esses problemas todos...".

Após a leitura, os adolescentes foram instigados a definir qual era o "problema chave" apresentado pelo caso. As respostas foram as seguintes: "Larissa deveria ir à Conferência Lúdica"; "uma autoridade deveria prover tais espaços

para reclamação"; "Larissa não pode conversar com ninguém sobre tais problemas"; e "vivemos numa democracia mas não vivemos a democracia". Ao final, os adolescentes resumiram o problema em uma frase: "Larissa não conhece locais para fazer reclamação". Essa frase, portanto, foi escrita no centro do *flipchart*.

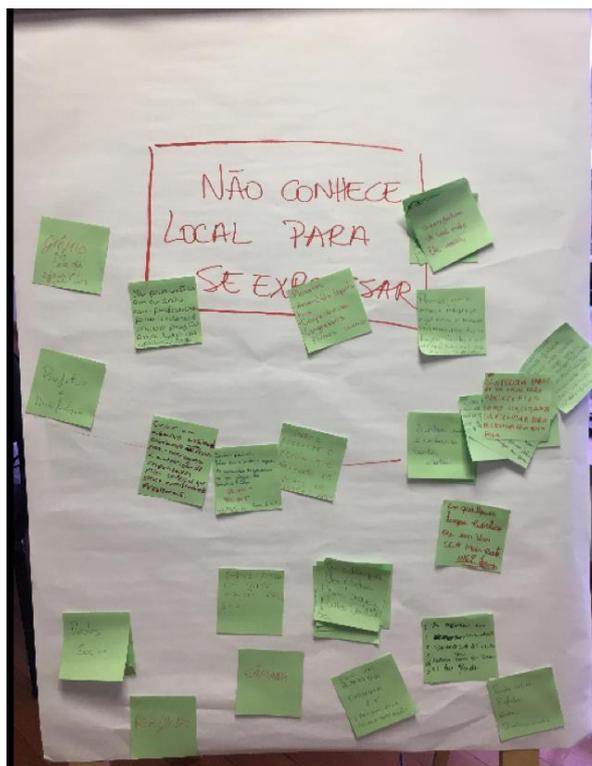
Resolução do caso

Em seguida, os adolescentes foram convidados a escrever nos *post-its* verdes todos os atores que poderiam contribuir a solucionar o problema. A seguir, estão listados os atores e as soluções trazidas pelos adolescentes, assim como as razões pelas quais eles ajudam muito ou pouco na solução do problema:

- CCA: pode ajudar, mas depende da proatividade de aluno;
- Grêmios: ajuda bastante, mas nem todas as escolas possuem grêmios, além de existirem grêmios que não funcionam como deveriam;
- Subprefeituras: mais perto pelo maior poder que detêm;
- Grupos temáticos de direitos humanos: nenhum dos adolescentes tinha acesso a um em seus bairros;
- Criar abaixo-assinado e entregar para autoridade responsável pelo serviço: ajuda mais ou menos, já que o tipo de problema tratado não muda de uma hora para outra. Uma adolescente, de 16 anos, menciona que já desenvolveu um projeto e levou até a Subprefeitura e teve muito trabalho para fazê-lo acontecer;
- Procurar informações no ECA: houve divergência quanto a esse ponto. Alguns adolescentes disseram que era apenas ponto inicial, enquanto outros disseram que é muito importante saber seus direitos para fazê-los valer;
- Procurar fórum participativo: foi acordado entre grupo que solução deveria ser coletiva, já que um único indivíduo buscando um fórum participativo não atrairia atenção para o problema;
- Enviar e-mail para vereador explicando problemas: não funcionaria, adolescentes disseram que "vereador nem leria";
- Entrar em contato com diretoria de escola: grupo explica que diretoria mal consegue resolver problemas do dia-a-dia dos alunos e que os problemas de Larissa seriam impossíveis para eles;
- Fazer campanha em mídias sociais: funciona, mas cuidado deve ser tomado para não parecer *fake news*;
- Divulgar em emissoras de TV: emissoras só o fariam se envolvesse lucro;
- Plenárias/Assembleias: uma aluna pontua que um político foi ao Congresso da UMES deste ano e as conversas dos estudantes com ele surtiram efeito, já que foi enviada mais verba a algumas escolas;

- Conselho Tutelar: ajuda mais ou menos, já que tem mais a ver com problemas familiares. Entretanto, o Conselho Tutelar deve garantir os direitos previstos no ECA e alguns dos adolescentes acharam bom primeiro passo para a solução.

Imagem 35: Aspectos que podem ajudar a solucionar o caso do eixo 5 (adolescentes)



Fonte: FGV, 2018

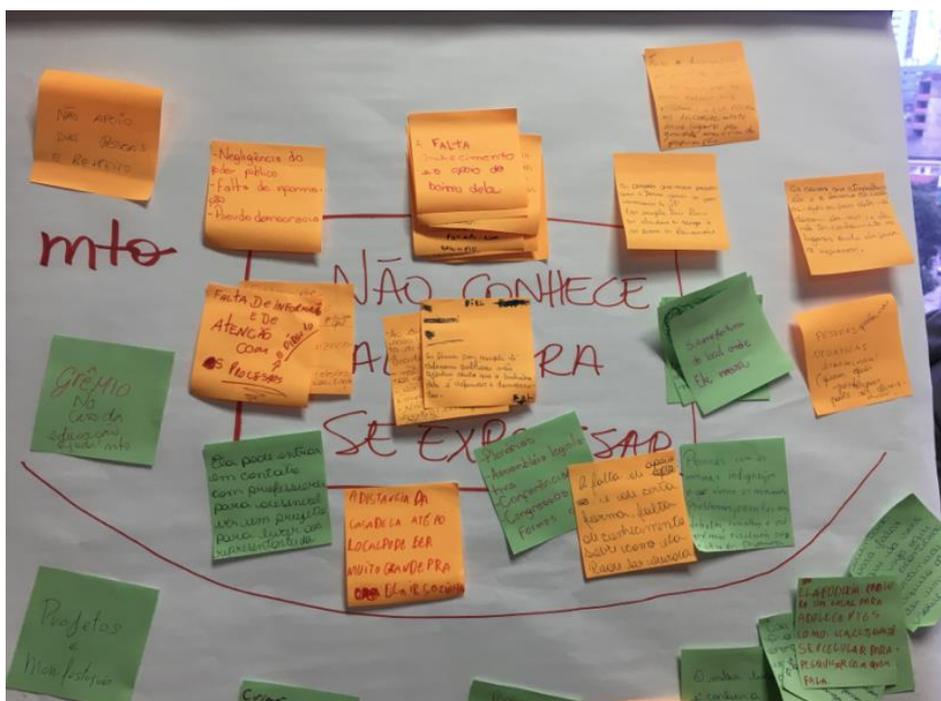
Em seguida, foram entregues aos adolescentes *post-its* laranjas, nos quais os jovens deveriam registrar aspectos que contribuísssem para piorar o problema da falta de um espaço onde Larissa pudesse se expressar. Surgiram, então, as seguintes respostas:

- Negligência do poder público e falta de informação: atrapalham muito;
- Falta de comunicação entre pessoas: atrapalha muito;
- Falta de informação: atrapalha muito, se você não tem conhecimento e informação você não chega a lugar nenhum;
- Distância até os locais: atrapalha muito, especialmente considerando que Larissa é menor de idade. Uma das adolescentes exemplifica, dizendo que "não adianta saber ir até lugar se você precisa escolher entre ir até uma

plenária, por exemplo, ou para a escola, por não ter condições de ir para ambos";

- Falta de conhecimento de seus direitos: depende de quais direitos;
- Pessoas negativas: dependendo do quão influenciável a pessoa que está tentando solucionar o problema é, pode representar um empecilho;
- Falta de conhecimento e apoio no bairro dela: atrapalha muito, já que Larissa precisa mobilizar coletivo para conseguir mudar algo;
- Professores de escola pública: não se interessam, atrapalham muito;
- Governo não é transparente: atrapalha muito, já que não existe divulgação sobre locais que você poderia reclamar e coisas que podem ajudar não tem muita divulgação;
- Falta de comprometimento dos professores com participação de alunos: há comentário por parte dos adolescentes sobre a importância de não agir como "vítima" em relação aos professores, já que eles também têm problemas na vida pessoal e poucos incentivos para continuar ensinando.

Imagem 36: Resolução do caso do Eixo 5 (grupo adolescentes)



Fonte: FGV, 2018

Propostas gerais

Ao fim dessa dinâmica, após a reflexão sobre a maior quantidade de problemas do que de soluções apontadas pelos adolescentes, eles foram convidados a elaborar propostas que poderiam resolver o problema e favorecer o controle social na cidade de São Paulo.

- 1- Divulgação máxima dos direitos da Criança e Adolescente: TV, mídias sociais, como compartilhar notícia;
- 2- Projeto para divulgar ECA, participação de grêmio com subprefeituras;
- 3- Instituto da Comunidade LGBT: mais espaços seguros;
- 4- Site/app/página no Facebook: divulgação do app em redes sociais, escolas, etc.;
- 5- Divulgação em subprefeituras.

Imagem 37: Adolescentes do eixo 5 elaborando as propostas



Fonte: FGV, 2018

Após os adolescentes definirem as propostas definidas iniciais e genéricas sobre o eixo 5, eles trabalharam para refiná-las e encaminhá-las à discussão na plenária final.

Plenária Final

A Plenária Final foi iniciada às 15h50 e tinha como objetivos a aprovação das propostas elaboradas nos eixos temáticos e a eleição das delegadas e delegados que participarão na próxima etapa desse ciclo, a Conferência Estadual. Por volta das 16:00 horas as crianças e os adolescentes do grupo de trabalho formado pela manhã foram chamadas ao palco da Sala Olido e provocados para se organizarem em grupos, conforme suas regionais para a indicação de seus representantes.

Neste certame deveriam ser eleitos e indicados 32 adolescentes titulares e igual quantidade de delegados suplentes. Por sua vez, as crianças deveriam definir doze delegados. As crianças tiveram dificuldades para participar das discussões. As eleições por regional foram problemáticas e acabaram sendo mediadas por adultos, mediante reiteradas contestações.

No momento de definir os delegados crianças foi necessário realizar um sorteio, tendo em vista que elas não chegavam a um consenso. Foi realizado o primeiro sorteio. As crianças não o legitimaram e, por 14 votos a 12, decidiram realizar novo sorteio. Uma das crianças alegou que um destaque sobre o número maior de adolescentes do que de crianças nas estaduais não havia sido considerado – justamente a causa de tanta indignação das crianças, que estavam se sentindo injustiçadas e com menor poder de representação.

No novo sorteio, muitas crianças ficaram chateadas, muitas choraram e alegaram que era injusto terem sido sorteadas no primeiro e terem ficado de fora no segundo. Mesmo assim, novas 12 crianças foram selecionadas, pela sorte, para irem à Conferência Estadual. Houve moções de repúdio e reclamações das crianças ressaltando a necessidade de se estabelecer a paridade entre as vagas deles e a dos adolescentes. Essa demanda iniciou um processo inesperado que demandou tempo não previsto para ser solucionado.

Destarte, Júnior do CPCI aclamou a todos os adolescentes e ressaltou que era necessário respeitar o Regimento Interno anteriormente aprovado, mas, que faria um esforço institucional para que seja estabelecida a igualdade na representação de crianças e adolescentes, inclusive fazendo um movimento que possa “ampliar a participação” das crianças e que possam incluir como delegados àquelas crianças que forem indicadas como suplentes nesta Conferência. Os adolescentes da plateia, em coro, começam a gritar “foi aprovado”, outros adolescentes vaiaram o tumulto que estava sendo gerado pelos questionamentos reiterados das crianças.

Após a aclamação dos adolescentes, começou a leitura das propostas elaboradas por eles nos grupos temáticos. Enquanto isso, seguia o impasse sobre a delegação infantil que foi retirada da Sala Olido para que as

atividades pudessem seguir. Quando as crianças finalizaram o processo sob protestos, iniciaram a leitura de suas propostas. Nesse momento a plenária já estava mais vazia, já passava das 17h. Kléver e Giovanna anunciaram que não haveria tempo hábil para a discussão das propostas conforme planejado anteriormente.

O encaminhamento final da IX Conferência desenhou-se por volta das 18:00 horas. Clever e Giovanna anunciaram que as moções não seriam apreciadas pela Plenária, mas, que foram recolhidas e que seriam publicadas no Diário Oficial. Em seguida, foram convidadas ao palco duas representantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos para uma apresentação de justificativa sobre os atrasos do almoço e do transporte.

Elas falaram de forma didática sobre o processo de licitação que contratou a empresa dizendo que esta venceu no pregão, tendo o custo mais baixo. Sobre o atraso, a empresa disse que o trânsito estava pior por causa da chuva, mas os participantes apontaram que a empresa deveria ter se preparado. Algumas das crianças e jovens reclamaram da qualidade do alimento, alegando estar sem sal, cru e gosto de comida velha. Outras começaram a gritar e ficaram agitadas com o retorno dado pelas representantes da SMDHC.

Após as explicações, Júnior da Comissão Central e o Kléver pediram uma salva de palmas para todos os presentes e encerraram a Conferência. As representantes disseram que irão levar as reclamações para a empresa.

O encerramento se deu com a leitura de um depoimento de um delegado e por manifestações artísticas de alguns delegados, através de poesia.

Propostas Elaboradas

Eixo 1 – Adolescentes

- 1- Escolas adaptadas para as pessoas com deficiência.
- 2- Cursos de libras e braille gratuitos aos finais de semana.
- 3- Campanhas sobre direitos das crianças e adolescentes nas redes sociais e mídias.
- 4- Projetos de inclusão nas escolas.
- 5- Lugares públicos e profissionais preparados para a comunicação com pessoas deficientes.

Eixo 1 – Crianças

- 1- Divulgação dos CCA'S e CJ'S para ampliar o acesso de crianças e adolescentes com deficiência. Com o apoio das escolas e sociedade. Promovido pelas secretarias: educação, assistência social, com o auxílio do CRAS.
- 2- Conferência para crianças e adolescentes com deficiência para o aumento da verba e ampliar o atendimento interdisciplinar (de várias secretarias).
- 3- Festas para integração social: CCA's, CJ'S e escolas.
- 4- Campanhas, palestras para conscientização, tanto nas escolas, como nos centros.
- 5- Capacitação dos profissionais de toda a rede de apoio à criança e adolescente.

Eixo 2 – Adolescentes

- 1- *Garantir* atendimento psicológico em todas escolas;
- 2- *Criar* grupos de apoio formados por alunos mais engajados, democraticamente eleitos, e professores, que, em um ambiente não hierárquico, prestarão apoio às vítimas de violência e discutirão sobre a conscientização para a diversidade, abordando a questão de gênero, etnia, orientação sexual, entre outros;

- 3- *Aumentar* as unidades de Conselhos Tutelares nos bairros, de modo que os conselheiros possam fazer visitas periódicas nas escolas, para que se aproximem das crianças e adolescentes;
- 4- Considerando a questão da criminalidade e uso de drogas entre crianças e adolescentes: *aumentar* a quantidade de Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e *direcionar* seu apoio a crianças e adolescentes usuários de drogas;
- 5- *Realizar* oficinas profissionalizantes e culturais para ressocializar os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Eixo 2 – Crianças

- 1- Palestras e peças sobre violência e os diferentes tipos de preconceito, nas escolas, nos bairros e nas delegacias;
- 2- Melhorar a condição de trabalho dos policiais e dar palestras para eles sobre racismo;
- 3- Aumentar as cotas nas faculdades;
- 4- Melhorar o atendimento nos postos de saúde e hospitais (diminuir as filas para o atendimento, não cancelar consultas, melhorar a forma de tratar os pacientes, confirmar o agendamento das consultas, ter postos perto de casa, aumentar a frequência de visita de profissionais da saúde nas escolas).

Eixo 3 – Adolescentes

- 1- Realizar o aumento de recursos do FUMCAD e criar mecanismos para garantir um melhor uso;
- 2- Equilibrar os impostos segundo a renda dos cidadãos, garantindo justiça redistributiva;
- 3- Pressionar o prefeito para aumentar o orçamento investido nas crianças e adolescentes;
- 4- Melhorar as finanças sobre os recursos e usos do orçamento público direcionado às crianças e aos adolescentes;
- 5- Incluir nas escolas aulas sobre orçamento e finanças públicas que possam empoderar as crianças e os adolescentes como cidadãos, inclusive aulas sobre política e sobre humanidades.

Eixo 4 – Adolescentes

1. Educação política nas escolas (sistema político, formas de governo, sistema eleitoral, democracia, etc.);
2. Conferências e eventos voltados para os adolescentes, com maior frequência, sobre assuntos do cotidiano (por exemplo, arte, cultura, saúde, etc.);
3. Desburocratizar o processo de criação de Grêmios Estudantis, para que ele seja um espaço de expressão e mediação de conflitos;
4. Criação de um espaço virtual para os adolescentes, contendo:
 - Divulgação atrativa, clara e objetiva de eventos públicos;
 - Divulgação atrativa, clara e objetiva de programas de ensino técnico e profissionalizantes (Etec, CPA, CEDESP);
5. Criação de Conselhos Participativos:
 - Nas escolas, para avaliação dos professores (de forma anônima);
 - Nas subprefeituras, com a presença de secretarias, a fim de os adolescentes avaliarem a educação.

Eixo 4 – Crianças

- 1- Que as leis permitam que as crianças e os adolescentes a partir de 11 anos possam votar em todas as eleições, para todos os cargos políticos;
- 2- Que as crianças possam ser incluídas na organização e em todos os eixos das conferências organizadas pelo CMDCA;
- 3- Que os adultos entendam e respeitem os espaços das crianças;
- 4- Que todas as escolas estimulem a criação de grêmios e sua liberdade;
- 5- Incluir as crianças e os adolescentes no processo de formulação das políticas e das leis.

Eixo 5 – Crianças

- 1- Site onde as crianças possam apresentar suas críticas e ideias.
- 2- Um espaço onde as crianças possam ir fazer suas queixas e apresentar suas ideias.
- 3- Divulgar em cartazes o site e também os espaços de participação das crianças, apresentados anteriormente.

4- Os direitos podem ser expostos não só nos CCAs, mas nas escolas também [aqui, fizeram referência aos direitos de as crianças colocarem suas ideias e opiniões sobre suas escolas, CCAs e demais serviços, avaliando-os].

Eixo 5 – Adolescentes

- 1- Divulgar locais de participação e controle social em *sites*/aplicativos/redes sociais e colocar informativos nos ônibus, escolas, UBS e projetos sociais;
- 2- Incentivo a projetos lúdicos sobre participação social: sarau, feira cultural;
- 3- Incluir no currículo escolar formação política como tema interdisciplinar. Isso incluiria como funcionam sistemas políticos, os diferentes tipos de governo com discussão do contexto atual, através de metodologia dinâmica;
- 4- Incentivos para instituições que possam divulgar os espaços onde possa ocorrer controle social;
- 5- Plebiscitos para assuntos que alterem a Constituição Federal.

Moções Aprovadas

1. Tipo de moção: Apelo

Destinatário da moção: CMDCA e organização

Motivo: A mesa não está preparada para dirigir a conferência, portanto, o CMDCA e organização deveria tratar com mais competência e seriedade o julgamento dos representantes da mesa e se preocupar mais com a organização.

2. Tipo de moção: repúdio

Destinatário da moção: Para a empresa e a organização

Motivo: Bom estou aqui repudiando pois ficamos 4 horas esperando um ônibus para conseguirmos chegar à Conferência. O local marcado foi em frente à subprefeitura de São Mateus às 7 horas da manhã e o ônibus deveria estar lá às 7h30. Então estou aqui pois isso é uma violação de direito, pois estava marcado uma hora e isso não foi cumprido. E acabamos chegando atrasados pela falta de responsabilidade do motorista da empresa.

3. Tipo de moção: apelo

Destinatário da moção: Parlamentares

Motivo: Porque a taxa de presença feminina é mínima. Cotas de cadeiras femininas no Parlamento: Venho, por meio desse apelo, pedir o comparecimento maior do público feminino, pois beneficiaria a sociedade como um todo, pois diminuiria a corrupção nessas instâncias.

4. Tipo de moção: repúdio

Destinatário da moção: [não indicado]

Motivo: Estou aqui repudiando pelo fato da comida ter demorado e está fria, não dava a organização não saber se organizar da maneira correta e também pelo fato das crianças estarem correndo “brincando” sem nenhum adulto estar olhando ou cuidando delas. E também da desorganização das músicas inadequadas e também pelo menos deveriam ter um adulto para controlar elas para elas não se machucarem ou que aconteça algo pior.

5. Tipo de moção: repúdio

Destinatário da moção: Administração do evento

Motivo: Devido ao tempo limitado para a elaboração das ideias, venho por meio deste solicitar que nas próximas reuniões sejam avisados com antecedência o tema de cada cor para que se possa ter um maior aprofundamento sobre o tema abordado.

6. Tipo de moção: repúdio

Destinatário da moção: Comissão

Motivo: Pedimos por meio desta moção, um espaço adequado para as discussões dos eixos. Pelo motivo que o eixo número 4 (da cor verde) ficar sem sala/espaço adequado para discutirmos o tema proposto.

7. Tipo de moção: não indicado

Destinatário da moção: não indicado

Motivo: Organização da Conferência Municipal

Venho por meio dessa via reclamar sobre a falta de organização com os horários dados a nós, no começo da Conferência não foram cumpridos, atrasando todo o cronograma, onde o almoço também atrasou por meio da empresa que não chegou com o alimento e a falta de compromisso com os organizadores e a divulgação do evento.

8. Tipo de moção: não indicado

Destinatário da moção: não indicado

Motivo: Moção sobre alimentação

Nós discutimos sobre alimentação pois hoje ocorreu o mesmo erro, falaram que iríamos almoçar 12h30 e essa moção está sendo feita quase às 2h e o almoço ainda não foi servido, por favor assinem aqui embaixo.

9. Tipo de moção: não indicado

Destinatário da moção: não indicado

Motivo: Nós, delegados da Conferência Lúdica Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, do distrito de Aricanduva, estudantes do CEU EMEF Professora Maria Aparecida de Souza Campos, repudiamos o descaso da Secretaria Municipal de Educação em realizar a Prova São Paulo no mesmo dia desta Conferência. Foi um total desrespeito às crianças e adolescentes pois impediu o direito de vários estudantes de participarem efetivamente deste evento, tão importante para todos nós!

Delegados Eleitos para a Conferência Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes

Nome	Idade	Situação	Subprefeitura	Contato
Beatriz Cordeiro Breves de Menezes	15	Titular	Butantã	Beatriz.menezes@gestaopublica.etc.br
Keven Klaen Oliveira Cândido	16	Titular	Sé	klaenkeven@gmail.com
José Fernandes	17	Titular	São Mateus	Jose.batista2001@hotmail.com
Kethyin Lopes A. Paulo	18	Titular	Vila Mariana	kethylinlopess@gmail.com
Analice Kauane Pereira Matos	14	Titular	Itaim Paulista	sandravaleriadossantospereira@yahoo.com.br
Pamela Bianca F. Carvalho	15	Titular	Casa Verde	Carolina.oliveira@sefras.org.br
Caique Roberto Campos	16	Titular	Sapopemba	caiquercamposathur@gmail.com
Sabrina da Silva	13	Titular	Pinheiros	Sabrina.justino68@gmail.com
Monica de Oliveira	16	Titular	Freguesia do Ó	Silva.marta98@yahoo.com.br
Berta Alves Diniz dos Santos	12	Titular	Pirituba	kkezzia@hotmail.com
Raphael Francisco Nascimento de Souza	16	Titular	São Mateus	Raphael.boy.ln@gmail.com
André Chapuis Fonseca	16	Titular	Butantã	andrechap@gestaopublica.etc.br
Ana Julia Flor	13	Titular	Campo Limpo	Analua872@hotmail.com
Suzane Maria da Conceição Manoel	14	Titular	Santo Amaro	98046-8999
Kauê dos Santos Pereira	15	Titular	Jabaquara	Kaue9084@gmail.com
Matheus Ryohei Santos B. Souza	18	Titular	São Miguel	Matheus.ryohei@icloud.com
Daniel do Prado de Oliveira Pinhos	14	Titular	Vila Prudente	981374377
Vitor Fontes Quadrini	15	Titular	Aricanduva	diquarini@gmail.com
Andressa Francisco Grizant	14	Titular	Penha	Andressagrizantjesus@gmail.com
Victoria Regina Silva Marques	17	Titular	Guaianases	victoriaaregina@gmail.com
Eduarda Karoline Alves dos Santos	15	Titular	Ipiranga	Gislainepatricia75@gmail.com
Julia da Silva Santos	11	Titular	M´Boi Mirim	55177532
Adrian Cardoso Siqueira	10	Titular	M´Boi Mirim	26280391
Jonathan de Jesus Teles Santos	16	Titular	Perus	Jonathandejesus955@gmail.com

Natan Silveira dos Santos	18	Titular	Butantã	casacedro@fundacaocasa.sp.gov.br
Giovana Soares Bueno Zanini	15	Titular	Butantã	Giovana.zanini@gestaopublica.etc.br
Clever Pereira Teixeira	16	Titular	Cidade Ademar	cleverpb@gmail.com
Gabriel Lima Vieira Silva	17	Titular	M´Boi Mirim	Gabrielclaso2010@gmail.com
Cleber C. Silva	17	Titular	Ermelino Matarazzo	Clebere.adidas@hotmail.com
Claudio Almeida Junior	16	Titular	Capela do Socorro	Junioralmeida58@gmail.com
Riquelme Souza Cancanhede	10	Titular	Vila Mariana	979964592
Ana Gabrielle Oliveira Fontenelle	10	Titular	Ipiranga	964604208
João Victor Santos	12	Titular	Peri Alto	CCA Caminhando para o Futuro
Luis Felipe Nunes Valasques	10	Titular	Parelheiros	crisfelipenunes@gmail.com
Fernando Mangalane	10	Titular	São Mateus	953482009
Sara Cristina de Oliveira	11	Titular	Casa Verde	963189943
Peterson Ruan de Souza do Nascimento	11	Titular	Ipiranga	986315468
Ana Carolina Silva Costa	10	Titular	São Mateus	27361731 / 975861137
Julia Oliveira Soares	12	Titular	Sé	977475156
Sarah Souza Manuel	12	Titular	Cidade Tiradentes	CCA Setor G
Rena Carlos de Oliveira Rego	11	Titular	Santana	972324547
Adria Cardoso Siqueira	10	Titular	M´Boi Mirim	26280391
Bianca Abranches dos Santos	14	Suplente	Cidade Ademar	Biancaabranches03@gmail.com
Ana Beatriz Nogueira Santos	16	Suplente	M´Boi Mirim	962557268
Samanta Torres de Moraes	17	Suplente	Perus	Samanta2000@gmail.com
Weverton de Souza Melo	15	Suplente	São Miguel Paulista	Wevertonsouza2310@gmail.com
Maria Eduarda Valim M. Ximenes	13	Suplente	Vila Mariana	Marieduardavalim@gmail.com

Gustavo Isidorio Luz	16	Suplente	Vila Prudente	Gustavo_isidorio@live.com
Luiz Kelvin Batista da Silva	18	Suplente	Guianases	Luizkelvin15@gmail.com
Mariana SAVEDRA do Nascimento	16	Suplente	Aricanduva	Marianasavedra05@gmail.com
Jhennefer Lorane S. Silva	14	Suplente	Cidade Tiradentes	981612169
Martina das Flores	12	Suplente	Campo Limpo	964309020
Jonatan da Silva Santos	15	Suplente	Casa Verde	Carolina.oliveira@sefras.org.br
Bianca Queiroz	13	Suplente	Sapopemba	Bianca0501queiroz@gmail.com
Milena de Lima Silva	17	Suplente	Capela do Socorro	59380609
Julia Neves Barbosa	13	Suplente	Penha	998175047
Gabrielle Cristina Neves	14	Suplente	Freguesia do Ó	gabrielleneves56@gmail.com
Yasmim de Almeida Carvalho Silva	13	Suplente	Ipiranga	Yasmimtop255@gmail.com
Sara Whitney dos Anjos Pereira	15	Suplente	Sé	Saraanjos543@gmail.com
Wesley Daniel Santos da Silva	16	Suplente	Ermelino Matarazzo	wesleydanielspfc@gmail.com
Rafael da Silva do Vale	16	Suplente	São Mateus	rafaelvalezika@gmail.com
Amabiele Santos Silva		Suplente	Sé	Movimento Moradia
Keliane Moreira		Suplente	Sé	Movimento Moradia
Kalany Nicole		Suplente	Aricanduva	
Yasmim Viana Borges		Suplente		
Giovana Beatriz Santos de Queiroz		Suplente	Ipiranga	958230431 / 967877456
Julia da Silva Santos		Suplente	M´Boi Mirim	
Gabrielle Oliveira		Suplente	Parelheiros	
Victor R. de Oliveira		Suplente	São Miguel	
Gabriel Santos Cardoso		Suplente	Campo Limpo	
Lavinia Luko dos S.		Suplente	M´Boi Mirim	
Henrique Nascimento C.		Suplente	M´Boi Mirim	
Pedro Lucas Oliveira		Suplente		

Anexo I: Alinhamento conceitual sobre conferências

Como funciona uma Conferência de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente?

O QUE É O REGIMENTO INTERNO DA CONFERÊNCIA?

- ∂ O Regimento Interno é um conjunto de normas que rege todo o funcionamento da Conferência.
- ∂ A leitura e aprovação do Regimento Interno deverão ser feitas antes do início dos trabalhos.
- ∂ Cabe à Plenária fazer os destaques que julgar necessários no momento da leitura, e após discussão, esse deverá ser colocado em regime de votação para aprovação dos Delegados.
- ∂ Durante a Conferência os participantes devem estar atentos para garantir o cumprimento do Regimento Interno. Sempre que necessário, podem ser levantadas questões de ordem para cumpri-lo.

QUAL A FUNÇÃO DOS DELEGADOS NAS CONFERÊNCIAS?

- ∂ Os delegados e delegadas são os participantes das conferências regionais que foram eleitos para a participação na Conferência Municipal.
- ∂ Eles e elas são identificados por meio dos crachás.
- ∂ O crachá de Delegado na conferência é o instrumento que dá o direito ao voto nos grupos e na Plenária Final.
- ∂ O crachá de delegado da conferência é pessoal e diferenciado dos crachás dos demais participantes para facilitar a contagem de votos. Cuide bem dele!

O QUE É PLENÁRIA FINAL?

- ∂ É o momento mais importante da Conferência.
- ∂ Tem poder de decisão e é constituída pelos Delegados, que poderão discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas dos grupos de trabalho.
- ∂ As propostas dos grupos de trabalho são lidas e os participantes podem apresentar destaques (alterações) que são colocados em votação.
- ∂ As moções devem ser lidas e, em seguida, aprovadas ou rejeitadas.
- ∂ Na Plenária Final são eleitos os Delegados para participar da Conferência Estadual.
- ∂ Os procedimentos de votação das propostas, das moções e da eleição dos delegados para a Conferência Estadual deverão estar previstos no Regimento Interno, lembrando que, após o início do regime de votação, fica vetado qualquer destaque ou questão de ordem.

O QUE SÃO MOÇÕES?

- ∂ As Moções se referem a outros assuntos não referentes ao tema da Conferência e devem ser submetidas à Plenária Final para apreciação.
- ∂ Após aprovação, deverá ser encaminhada à instância devida.
- ∂ As Moções devem ser lidas e, em seguida, votadas. As Moções podem ser de:
 - ♣ Repúdio;
 - ♣ Indignação;
 - ♣ Apoio;
 - ♣ Congratulação;
 - ♣ Recomendação.
- ∂ O Regimento Interno da Conferência deve estabelecer o número mínimo de assinaturas para que a coordenação da Mesa da Plenária Final coloque a Moção em votação.

O QUE SÃO OS DESTAQUES?

- ∂ São solicitações de esclarecimentos, alterações ou eliminação de trechos das propostas.

Anexo II: Metodologia

Dinâmica	Tempo	Produto	Justificativa	Recursos	Como
Apresentação	5'	-	-	-	Roda de apresentação. Dizer apenas o nome, a região que está representando e uma coisa que gosta de fazer.
Parte I Quebra-gelo: Escravos de jó	10'	-	Momento inicial de descontração com as crianças e jovens, desenvolver a cooperação no grupo.	Caixinha de fósforo, se for fazer escravos de jó	<i>Escravos de Jó</i> <i>Jogavam caxangá</i> <i>Tira, põe</i> <i>Deixa ficar</i> <i>Guerreiros com guerreiros</i> <i>Fazem zigue-zigue-zá</i> <i>Guerreiros com guerreiros</i> <i>Fazem zigue-zigue-zá</i>

					<p>Fazer até a hora que as crianças/ os adolescentes estiverem conseguindo fazer direto, estiverem alinhados. Tentar não passar de 10 minutos.</p> <p>Quando terminar, fazer uma conversa com as crianças/adolescentes dizendo o propósito da dinâmica, a importância de cooperarem. Para que a Conferência funcione bem, vão precisar estar focados, juntos nesse processo.</p>
Conversa sobre a Conferência	10'	-	Entender o que as crianças/os adolescentes já entendem sobre o espaço das Conferências, se compreendem a importância desse espaço de participação.	-	<p>Perguntar se alguém já participou de uma Conferência Lúdica antes. Explicar o processo da Conferência, a ideia de que as crianças e os jovens estão representando a cidade, foram selecionados a partir da regional. Explicar que ao final da Conferência, terão que eleger os deputados (representantes) para a Conferência estadual, que ocorrerá no próximo ano. Todo ano trabalhamos com eixos.</p>

					Apresentar os 5 eixos, e dizer que vamos trabalhar com o eixo X.
Introdução ao tema relativo ao eixo	30'	<p>Chuva de palavras e de desenhos, com os principais conceitos relativos ao eixo temático em questão.</p> <p>Isso procura assegurar que todos tenham compreendido os principais conceitos relativos ao eixo e/ou debater assuntos que dialoguem com o eixo.</p> <p>Com isso, as crianças e jovens ficam mais preparados para desenvolver as propostas, na segunda parte.</p>	Após lermos os relatórios dos Planos Regionais, percebemos que muitas das propostas apontadas não dialogavam com o que o eixo estava, de fato, pedindo. Entendemos, portanto, que é essencial trabalharmos com as crianças e com os jovens os principais conceitos por trás de cada eixo, de modo a estimular a total compreensão a respeito do tema discutido, antes de elaboradas as propostas.	<p>Papel <i>kraft</i></p> <p>Canetinhas coloridas</p>	<p>1- Perguntar o que as crianças/adolescentes entendem por direitos / violência / uso do dinheiro público / participação / controle social. Pedir para que falem e escrevam/desenham no flipchart.</p> <p>2- O/A coordenador(a) da "oficina" deverá conduzir a discussão, fazendo perguntas norteadoras previstas no documento do CONANDA, já tendo preparado uma explicação didática para o eixo.</p> <p>3- As crianças/os jovens devem escrever no papel <i>kraft</i> os principais conceitos trabalhados sobre o eixo.</p> <p>4- Caso crianças/jovens não estejam escrevendo ou desenhando, o/a relator(a) pode traduzir a discussão para o flipchart.</p>

Apresentação do caso	10'	Entrega dos casos, definição e sistematização dos do(s) problema(s) trazido(s) pelo caso	De modo a estimular que as crianças e os jovens desenvolvam propostas mais efetivas, achamos que o modelo de resolução de problema poderia ser adequado, de modo a sensibilizá-los mais facilmente com a temática. Os casos trarão problemas que foram amplamente discutidos nas Conferências Regionais.	Casos Flipchart Canetinhas coloridas	1- O/A Coordenador(a) irá apresentar o caso para o grupo, dizendo que, ao final do encontro eles devem resolver esse caso 2- Apresentado o caso, tirará as dúvidas das crianças e dos jovens e irá perguntar ao grupo qual o problema que deverá ser resolvido. 3- Escrever no flipchart os problemas a serem solucionados ao final da atividade
Intervalo	15'	-	-	-	-
Como funciona a cidade/o seu bairro?	25'	Sistematização visual dos equipamentos públicos que contribuam para a solução do problema central e/ou agravam o problema. Localizar o quanto cada equipamento	Entendemos que muitas das crianças e dos jovens não possuem muita clareza sobre como é administrada uma cidade ou até mesmo seu bairro. Queremos despertar essa consciência neles, de modo que eles entendam melhor quais equipamentos e	Flipchart Post-it (duas cores) Canetinhas coloridas	1- No centro do papel, terá o(s) problema(s) identificados pelo caso. 2- Vamos pedir às crianças e aos adolescentes que desenhem ou escrevam no post-it verde um serviço, lugar, pessoa, situação que possa ajudar a resolver esse problema. 3- Depois, vamos pedir que

		público está próximo ou distante do problema.	atores estão envolvidos na resolução de problemas públicos, na garantia dos seus direitos, e, além disso, para que consigam elaborar propostas mais coerentes com a realidade da gestão pública.		escrevam/desenhem o que pode atrapalhar para resolver esse problema no post-it vermelho/rosa. 4- Esses post-its devem ser colados no papel - mais perto do problema se interfere muito nele, e mais longe se interferem muito.
Resolução do caso	35'	Sistematização das propostas a partir da definição do problema (não tem número limite de propostas nessa primeira parte. A priorização vai acontecer posteriormente).	Acreditamos que fica mais acessível para as crianças e para os jovens pensar em propostas para solucionar um problema concreto.	Flipchart Canetinhas coloridas	1- A partir do problema central que foi discutido no momento anterior e da definição dos fatores que ajudam a solucionar o problema e que pioram ele, pensar em propostas para solucioná-lo. 2- Escrever as propostas no flipchart para solucionar esses problemas
Fechamento das atividades Expressões artísticas: como você	10'	Desenhos realizados individualmente	Fechamento lúdico para todas as atividades, de modo a compreender o que cada criança e cada adolescente está levando para casa	Papel sulfite Canetinhas coloridas	1- Fornecer a canetinha e o papel para desenharem 2- Ao final, perguntar se querem falar

está saindo do encontro?			depois do encontro.		alguma coisa, abrir o momento do desenho para uma discussão no grupo sobre o dia.
--------------------------	--	--	---------------------	--	---